

**JOÃO MIGUEL DA MATA SOEIRO**

**POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA PARA A  
EUROPA**

**Orientador: Professor Doutor António Almeida Tomé**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa**

**2016**

**JOÃO MIGUEL DA MATA SOEIRO**

**POLÍTICA DE SEGURANÇA E DEFESA PARA A  
EUROPA**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 24 de Novembro de 2016, com o Despacho Reitoral nº216/2016, com a seguinte composição de Júri:

Presidente-Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente-Professora Doutora Fernanda Maria Neutel Pereira

Orientador: Professor Doutor António Almeida Tomé

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa**

**2016**

## Epígrafe

*A guerra é um assunto de suprema importância para o Estado. É uma questão de vida ou morte, o caminho para a sobrevivência ou para a ruína. Daí que seja imprescindível o seu estudo exaustivo.*

*Sun Tzu*

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais e irmã por fazerem parte daquilo que sou hoje.

## **Agradecimentos**

Este trabalho foi realizado paralelamente com as minhas funções de Piloto Aviador na Força Aérea Portuguesa. Foi quando ingressei na esquadra de voo 201, «Falcões», para iniciar a qualificação na missão de defesa aérea na aeronave F-16 que tomei a decisão de adquirir o grau de Mestre.

Ciente do esforço físico e psicológico inerente à minha profissão, frequentar o curso de mestrado foi uma decisão de risco que exigiu de mim um esforço adicional e muitas foram as vezes em que considerei desistir, por falta de tempo ou cansaço. Assim, a conclusão deste trabalho só foi possível com o apoio e incentivo das pessoas que me acompanharam nos últimos três anos, pelo que me cabe agradecer a todos os que direta ou indiretamente fizeram parte deste longo processo.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais e irmã por acreditarem sempre em mim e me ajudarem a concretizar os objetivos a que me propus.

Agradeço ao meu colega de curso e amigo José de Sousa pelo apoio prestado durante o curso.

Ao Coronel Professor Doutor Almeida Tomé, um especial apreço e agradecimento pela disponibilidade e sábia orientação prestada ao longo do projeto.

Por fim agradeço aos meus camaradas e aos «Falcões» que trabalham comigo diariamente, pelas suas palavras de apoio e por tudo o que fizeram por mim.

## Resumo

Depois da Segunda Guerra Mundial alguns países europeus deram início a um processo de integração económica e militar, em função da nova conjuntura e Sistema Internacional bipolar emergente.

Inspirados no inicial sucesso da integração económica, surgiram também ambiciosos projetos europeus para a área da defesa. No entanto, estes viriam a fracassar, o que elevou a Aliança Atlântica à condição de único meio de salvaguarda defensiva do continente.

Foi apenas na década de 90 que surgiu uma maior consciencialização para a necessidade de uma política externa e de defesa comum credíveis, face à sua crescente dimensão económica. Para o efeito ajudaram o consenso político alcançado para uma estratégia comum que objetivasse uma Comunidade Europeia mais segura e responsável, com um papel preponderante na segurança mundial.

Depois de várias adaptações, estas políticas sedimentaram a sua estrutura nos tratados modificativos da União Europeia, resultando na Política Comum de Segurança e Defesa institucionalizada no Tratado de Lisboa.

Embora os progressos feitos nesta área, os europeus continuam com dificuldades em operacionalizar as suas políticas de defesa por forma a resolver os problemas securitários que afetam o continente.

Os objetivos para a defesa têm sido travados pela falta de consenso no seio da União e pelo facto destas políticas possuírem um profundo carácter intergovernamental, sem orçamento e meios próprios.

O tema proposto analisa e reflete sobre a progressão destas políticas e os fatores que a condicionam.

**Palavras-chave:** Europa; Política Comum; Defesa; Segurança; Supranacionalismo.

## **Abstract**

After the Second World War, Europe began a process of military and economic integration in the emerging bipolar international political environment.

Inspired by the success of this economic integration, ambitious European defense plans materialized. However, these efforts failed, which made the Atlantic Alliance the only means for defense of the European continent.

Beginning in the 1990s, recurring foreign policy failures made European leaders realize their need for better consistency in foreign policy and common defense. This improved awareness of European leaders helped create political consensus in generating a strategy with the objective of a more secure and responsible Europe that would play a larger role in worldwide security.

These policies materialized in the modified treaties of the European Union, although undergoing changes. These treaties culminated in the Treaty of Lisbon, which contains the Common Foreign Security Policy.

Despite the progresses made in this area the europeans are struggling to operate their defense policies, so they can deal effectively with the security matters that affect the continent.

The objectives for the defense had been stopped by a lack of more agreement, the fact that those policies are still in a very intergovernmental level plus a lack of instruments and budget.

This paper will analyze the progress of these policies and will determine the factors that condition their success or failure.

**Keywords:** Europe; Common Policy; Defence; Security; Supranationalism.

## **Lista de Siglas**

**ADM** – Armas de Destruição Maciça  
**CECA** – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço  
**CED** – Comunidade Europeia de Defesa  
**CEE** – Comunidade Económica Europeia  
**CMUE** – Comité Militar da UE  
**COPS** – Comité Político e de Segurança  
**CPE** – Cooperação Política Europeia  
**CSCE** – Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa  
**EATC** – European Air Transport Command  
**ECAP** – European Capability Action Plan  
**EPAF** – European Participation Air Forces  
**EUA** – Estados Unidos da América  
**FIR** – Flight Information Region  
**NATO** – North Atlantic Treaty Organization  
**NRF** – NATO Response Force  
**OECE** – Organização Europeia de Cooperação Económica  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
**PCSD** – Política Comum de Segurança e Defesa  
**PESC** – Política Externa e de Segurança Comum  
**PESD** – Política Externa de Segurança e Defesa  
**PEV** – Política Europeia de Vizinhança  
**RI** – Relações Internacionais  
**TUE** – Tratado da União Europeia  
**UE** – União Europeia  
**UEO** – União da Europa Ocidental  
**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
**WEU** – Western European Union  
**WUDO** – Western Union Defence Organization



## Índice Geral

<b>Dedicatória .....</b>	<b>1</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>2</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>5</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I – Enquadramento Teórico de Conceitos .....</b>	<b>15</b>
1.1 As dimensões do Poder .....	15
1.2 Sobre a Estratégia .....	20
1.3 Segurança e Defesa.....	21
<b>Capítulo II – A génese da integração europeia .....</b>	<b>24</b>
2.1 O contexto político económico e militar na Europa depois da II Guerra Mundial .....	24
2.2 A integração europeia como forma de alcançar a paz .....	30
2.3 O Plano de Pleven para uma Comunidade Europeia de Defesa .....	32
2.4 O Plano Fouchet e o período de Charles de Gaulle .....	34
2.5 A cooperação depois do impasse.....	37
2.6 O contexto que levou à institucionalização da Política Externa e de Segurança Comum .....	42
2.7 As insuficiências da PESC - O impacto do conflito nos Balcãs.....	47
2.8 O Tratado de Amesterdão.....	50
<b>Capítulo III - A revitalização das políticas para a Segurança e Defesa .....</b>	<b>53</b>
3.1 A mudança de mentalidades .....	53
3.2 A construção da PESD e o objetivo militar de Helsínquia para 2003 .....	55
3.3 O Entendimento/relação com a Aliança Atlântica .....	59
3.4 O Novo Conceito Estratégico de Segurança e Defesa para a Europa .....	63
3.5 Adaptação dos objetivos para a PESD; a meta para 2010 .....	66

<b>Capítulo IV – A crise económica e o conceito de ‘Pooling and Sharing’.....</b>	<b>72</b>
4.1 Impactos decorrentes do contexto de contenção orçamental na capacidade das Forças Armadas.....	72
4.2 O conceito de ‘Pooling and Sharing’ como resposta à crise económico-financeira na dinâmica de integração europeia no âmbito da segurança e defesa .....	78
4.2.1 Apoio à Atividade Operacional .....	80
4.2.2 Capacidade Operacional .....	80
4.3 Contextualização de Portugal na análise .....	81
4.4 Considerações Finais .....	82
<b>Capítulo V – A Política Comum de Segurança e Defesa e os novos desafios .....</b>	<b>84</b>
5.1 O chumbo do projeto Constitucional e a Identidade Europeia.....	84
5.2 O Tratado de Lisboa e a Política Comum de Segurança e Defesa .....	88
5.3 Os desafios à Política Comum de Segurança e Defesa .....	92
5.3.1 O aumento das tensões com a Rússia .....	92
5.3.2 O Magreb e o Médio Oriente.....	96
<b>Conclusão .....</b>	<b>101</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>108</b>

## **Introdução**

A presente Dissertação para a obtenção do grau de Mestre constitui um trabalho académico decorrente da frequência do curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais. A própria especialização académica na área militar e interesse pelos assuntos da Segurança e Defesa europeus sensibilizaram o autor para o enquadramento do presente trabalho na temática das Políticas de Segurança e Defesa para a Europa.

O tema proposto procura abordar a evolução e a atualidade dos projetos políticos de uma gestão, que se pretende interdependente, para a área da Segurança e Defesa na Europa.

O termo abordagem interdependente é hoje utilizado frequentemente no seio da União Europeia relativamente à área da Defesa, conceito proveniente de um longo desenvolvimento concetual desta área de alguma complexidade, da qual resultou a Política Comum de Segurança e Defesa europeia. Os líderes europeus estão cada vez mais cientes de que “Toda a estrutura de planeamento, prevenção e gestão de crises da União Europeia deve partir de uma conceção integrada, que abranja as dimensões civil (incluindo as ONG) e militar, [através de uma...] estrutura e ponderação adequadas às necessidades de cada missão” (Viana, 2014, p.5). Esta Defesa interdependente pretende constituir parte ativa e intrínseca própria dos objetivos e finalidades políticas da União Europeia, uma vez que se articula com os elementos diplomáticos, económicos, sociais e culturais cuja simbiose se acaba por refletir na pretendida resposta operacional, nomeadamente em missões em que a UE se encontra envolvida no seu todo. Segundo esta conceção, existe hoje uma visão interdependente para o campo da Defesa europeia, que por vezes se dilui e escapa à observação intuitiva da população civil. Referimo-nos a uma defesa integrada dos sistemas de alerta permanente, busca e salvamento, serviços de informação [e de Intelligence], de inovação tecnológica e científica, de exploração espacial, de missões de defesa alargada e da indústria de defesa; tudo culminando na análise do risco envolvido quanto ao prévio planeamento estratégico destinado a assegurar a segurança e a defesa do continente. Mas para essa Defesa ser verdadeiramente interpenetrada e compreendida por todos os seus membros, estes deverão aceitar e participar em conjunto e consensualmente na estrutura integradora por forma a projetar, administrar e a agir em sintonia que se pretende ser rápida e eficaz. Como aliás bem refere o General Cabral Couto

“...A integração no campo da defesa pode derivar de um sistema de alianças já existente, mas implica muito mais ... Todos os membros, independentemente dos

seus potenciais estratégicos devem, por um lado, contribuir para o processo de decisão em todos os domínios; mas por outro lado, [deverão] cumprir essas mesmas decisões, desde as relativas ao planeamento, à produção de equipamento, à doutrina, à organização e ao exercício do comando.” (1992, p. 872).

De facto, esta interdependência existe já no seio da União Europeia através da sua Política Comum de Segurança e Defesa como parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum. Embora muitas das decisões que tenham implicações no domínio militar ou da Defesa estejam ainda sujeitas a uma deliberação unanime<sup>1</sup>, a realidade é que sempre que uma situação internacional exija uma ação ou posição por parte da UE poderá sempre existir a possibilidade de votação por maioria qualificada. Nesta ótica, existe hoje, concetualmente, uma política comum para a Segurança e Defesa, que tende a ser cada vez mais interdependente, numa ótica de completa integração, visando garantir uma abordagem mais coerente para os assuntos da Segurança e Defesa através de uma coordenação reforçada; na realidade a Segurança será sempre inseparável da Defesa, daí o termo integrado, o que assume uma atualidade flagrante uma vez que e face a determinados Estados e a grupos terroristas transnacionais, a Segurança transcende consideravelmente a nacional para passar a internacional sob a forma de Segurança alargada. Este estágio da integração europeia, que será analisado neste documento, só foi possível depois do início da integração regional económica, o que por sua vez possibilitou um avanço progressivo para uma integração política. Se “Por um lado, medidas pontuais no âmbito da defesa contribuem para a integração política; por outro lado, a integração militar é um subproduto de uma integração política” (Couto, C. 1992. p. 872). Tudo isto ocorre num mundo cada vez mais globalizado, em que existe uma crescente interdependência, integrando causas e efeitos entre os vários e diversificados atores que interagem entre si na cena internacional.

As novas tendências Geopolíticas preveem a transição de alguns destes atores, consideradas potências regionais, ao estatuto de grandes potências mundiais, como a China, a Índia e um novo despertar da Rússia que pretende recuperar o prestígio e a influência perdida desde o colapso da URSS. Uma vez que é aceite que os Estados competem constantemente, numa luta de interesses em que por vezes as vontades se chocam, será o diferencial de poder na hierarquia do sistema internacional que vai definir a relação entre si. Nesta competição os atores interpretam a conjuntura internacional, definem os seus objetivos políticos a alcançar e planeiam estratégias para os atingir, recorrendo aos seus recursos e meios políticos, económicos, geoestratégicos de projeção no Sistema Mundial e militares. Por conseguinte, e

---

<sup>1</sup> Art. 31º, nº4 do Tratado de Lisboa

como por trás de um grande poder económico se encontra sempre um correspondente poder militar, esta ótica será catalisadora de uma corrida para a obtenção de um correspondente poder político-militar por parte destas novas potências, através da investigação e a aquisição de novos meios tecnologicamente mais avançados, que lhes permitirão competir adequadamente com as maiores potências, inclusive com a superpotência Estados Unidos da América [EUA]. Esta realidade fará com que os europeus não possam continuar a apoiar-se nos EUA, atualmente o principal fornecedor de segurança desde a Segunda Grande Guerra, pelo que a Comunidade Europeia<sup>2</sup> terá que ser mais assertiva e agir mais autonomamente na área da Defesa.

Também o peso económico da União Europeia, o maior espaço económico do mundo, obrigará a uma maior capacidade de intervenção e de projeção global, por forma a garantir a sua segurança e a permitir a concretização dos seus objetivos estratégicos.

De facto e no que se refere à Segurança, o fenómeno da globalização e a atual conjuntura política e geoestratégica internacional geram cada vez mais movimentos complexos, imprevisíveis e interdependentes e tudo se encontra em transformação. Neste contexto as várias regiões geográficas estão cada vez mais sujeitas a focos de instabilidade de natureza variada, que podem dar origem a crises múltiplas e conflitos armados que se contagiam interna e externamente.

Para o caso europeu, será de citar o que referiu Jorge Sampaio, ao afirmar que “Existe hoje ... um crescente entrosamento entre política externa, segurança e defesa, que determina uma permanente interacção na formulação de objectivos e na identificação de modalidades de acção.” (1996) Neste sentido e na concretização da finalidade do tema, será abordada a Defesa europeia, com foco na componente militar da UE e dos seus parceiros europeus em matéria de Defesa, num sentido mais amplo, que se interliga com os vários instrumentos de política externa, por forma a proporcionar o seu objetivo final: a obtenção da indispensável Segurança.

Historicamente a Europa tem sido um continente conflituoso abrigando no seu território variados grupos étnicos, religiosos e culturais com grande sentimento de nacionalismo. As suas fronteiras são constituídas por espaços instáveis que podem impor problemáticas de segurança para a União Europeia. A crise recente dos Balcãs, onde a Europa de Maastricht falhou como um todo em dar uma resposta atempada e apropriada constituem

---

<sup>2</sup> Ao longo desta Dissertação é feita referência à Comunidade Europeia ou Europa Ocidental como o conjunto de países europeus que construíram a União Europeia, desde os seus primórdios até à sua configuração atual, bem como os países europeus que pertencem à NATO.

exemplos das vulnerabilidades a que o território europeu está sujeito. O Médio Oriente e o Magreb em particular representam fontes de instabilidade distintas como os problemas económicos, controlo das fontes de energia, crescimento demográfico, excesso de fluxos migratórios, crime organizado, fontes de terrorismo e outras ameaças que se perfilam no horizonte europeu. A Leste a Europa da União enfrenta o desafio da Rússia de Putin e a sua política «expansionista» sobre o espaço pós Soviético. Assim, será de vital importância para a segurança europeia que a União tenha meios suficientes que assegurem a estabilidade destas regiões fronteiriças por forma a fazer diminuir o risco que esses perigos representam.

Face à contextualização da pertinência do tema em estudo torna-se possível formular que a União Europeia carece de uma capacidade de atuação militar que se equipare ao seu peso económico por forma a lidar eficazmente e como um todo com os problemas que afetam a sua segurança.

Uma vez que é através da formulação de hipóteses verificáveis e na tentativa de fixar tendências que, de acordo com Adriano Moreira (2012, p. 119) se vai “... *explicar os fenómenos* [em análise] e *prognosticar sequências*”, retiram-se, da problemática acima definida, duas hipóteses de partida iniciais; a União Europeia tem uma fraca capacidade de atuar militarmente como um todo, nomeadamente ao nível geoestratégico<sup>3</sup>; e, em consequência da hipótese anterior, também se poderá inferir que os europeus não conseguem lidar eficazmente com os problemas que afetam a sua Segurança próxima e afastada.

Partindo desta base inicial e face à transformação e evolução das novas ameaças, a escolha deste tema pretende focar e chamar a atenção para a necessidade de se aprofundar uma análise multidisciplinar convergente relativa à evolução das capacidades europeias funcionando como um todo integrado, em particular quanto ao setor crucial da defesa, tendo por objetivo determinar e compreender os fatores que a determinam.

Com esta problemática em mente, força motriz de toda a pesquisa oral e escrita, pretende-se dar resposta às seguintes questões subentendidas nas hipóteses de partida. Em primeiro lugar, determinar como evoluíram as políticas integradas de Defesa na Europa e quais os fatores que a condicionaram; e ainda e quanto à evolução destas políticas, saber se a Comunidade Europeia tem conseguido lidar coletivamente e de forma apropriada com os desafios securitários internacionais que afetam o continente; e finalmente, como se devem configurar estas políticas face aos desafios internacionais emergentes atuais.

---

<sup>3</sup> Referente à capacidade de projetar Poder a grandes distâncias, no espaço e no tempo.

Por forma a melhor demonstrar a evolução destas políticas, optou-se por iniciar uma análise diacrónica da sua progressão, com destaque para os projetos mais ambiciosos e os fatores que a condicionaram desde os seus primórdios de integração, logo a seguir à II Guerra Mundial, até à atualidade. Assim será dedicada especial atenção à forma como as decisões estratégicas políticas para a Segurança e Defesa europeia se vão relacionar com a geografia do velho continente, numa área científica designada por Geopolítica e Geoestratégia. “Verifica-se então que este domínio relaciona os Factores Geopolíticos com o Factor Militar; e também os problemas estratégicos com os fins políticos...” (Tomé, 2011, p. 181).

Ao longo da Dissertação pretende-se demonstrar que os europeus estão timidamente a aprofundar a sua integração na área da Segurança e Defesa, nomeadamente porque têm sido afetados por fatores internos e externos que condicionaram o seu prosseguimento, visto os interesses dos seus Estados-membros serem em muitos casos divergentes.

A segunda hipótese proposta, que procura dar resposta às anteriores perguntas de partida, pretende determinar se as políticas europeias para a defesa, embora tenham evoluído no campo conceptual, tenham afinal falhado em parte na sua respetiva concretização e efetiva operacionalização.

Assim o contributo deste tema baseia-se no debate ideológico que se encontra nos bastidores da construção europeia na área da sua política externa e de defesa, através de um conjunto de observações com caráter exploratório que permita verificar como a Comunidade Europeia evoluiu nestas políticas e o que pode ser feito para melhorar a sua concretização.

Para uma melhor metodologia de análise, esta Dissertação está estruturada em cinco capítulos que se completam num encadeamento lógico.

No primeiro capítulo – Enquadramento Teórico de Conceitos - será explanado um desenvolvimento de alguns conceitos pertinentes à compreensão da temática em estudo.

No segundo e mais longo capítulo - A génese da integração europeia – é analisado a integração europeia na área da defesa, face à conjuntura envolvente que a condicionou, desde o final da II Guerra Mundial até meados dos anos 90.

No terceiro capítulo - A revitalização das políticas para a Segurança e Defesa – procurar-se-á demonstrar como uma nova estratégia e congregação de vontades para a área da defesa permitiu a criação de soluções estruturais que deram à Europa Ocidental um novo sentido conducente a uma sua capacidade de defesa como um todo.

Entretanto e no momento crucial em que a UE avançava de forma eloquente na integração da sua defesa, com novos e ambiciosos projetos e uma estratégia comum, surgiu de

forma indesejável uma crise económica que acabou por afetar o seu seguimento. Nesta ótica o quarto capítulo - A crise económica e o conceito de 'Pooling and Sharing' – será dedicado aos correspondentes impactos desta crise no projeto da defesa comum, bem como as soluções encontradas para a ultrapassar, nomeadamente o conceito de 'Pooling and Sharing' na cooperação militar.

O tema terminará com uma análise atual da situação europeia nesta área de estudo. Daí a passagem ao quinto capítulo – A situação atual e os novos desafios – que começa por enquadrar e analisar a institucionalização da Política Comum de Segurança e Defesa no Tratado de Lisboa, terminando com a referência a alguns dos desafios mais salientes na área da segurança.

Cientes da atualidade deste tema cujos acontecimentos recentes colocaram a segurança europeia no cume das discussões internacionais, tentou-se estabelecer uma linha temporal de análise que se inicia com o final da II Guerra Mundial e termina com o início da crise dos refugiados para a Europa; migrações essas provenientes em larga escala do 'Arco de Crises' a sul.

Por forma a compreender os fenómenos em análise optou-se por seguir os seguintes métodos de investigação científica: O método hipotético-indutivo – através da formulação de hipóteses que têm como objetivo auxiliar a obtenção de respostas para as perguntas formuladas; e o método histórico – através do estudo do contexto, processos e intuições do passado por forma a compreender a sua natureza, evolução e, através das tendências conjunturais, explicar fenómenos e questões atuais.

Para atingir o fim proposto optou-se maioritariamente pela pesquisa qualitativa, com uma apurada análise documental e bibliográfica relativa ao tema. Por forma a comprovar algumas afirmações recorreu-se algumas vezes à pesquisa quantitativa referente à análise de alguns dados numéricos. Relativamente à estrutura e testemunho bibliográfico desta Dissertação utilizou-se a norma American Psychological Association [APA] providenciado pelo Despacho Reitoral nº30/2014 de 2014. Pretende-se assim ser explicativo e correlacional no sentido de se estabelecer uma relação entre os diferenciados fenómenos, tendo sido sempre considerado na afirmação das ilações apresentadas o emprego das várias expressões da forma mais imparcial e objetivamente possível.

Ao enquadrar este estudo no âmbito da disciplina de Relações Internacionais procurou-se assumir um compromisso com a componente científica da área. Tornou-se portanto necessário desenvolver conceitos e contextualizar teorias com o intuito de conferir



um suporte teórico à investigação e validar cientificamente o trabalho. Consequentemente e durante o desenvolvimento da Dissertação será feito em cada momento um enquadramento da temática fazendo nela incidir as Teorias aplicáveis das Relações Internacionais que explicam o fenómeno da integração da Defesa europeia, desenvolvendo-se alguns conceitos essenciais à compreensão do tema.

Assim e no final desta composição textual, espera-se terem sido expostos os elementos suficientes para responder às questões de partida, através do método científico enunciado e cujas respostas se encontram refletidas nas conclusões.

## **Capítulo I – Enquadramento Teórico de Conceitos**

Nas Ciências Sociais e Políticas, particularmente nas Relações Internacionais, torna-se exigível uma correta definição de conceitos que permita iniciar e sedimentar um estudo científico que oriente a investigação. Assim, torna-se pertinente a delineação de alguns conceitos por forma a reduzir o seu grau de complexidade e circunscrevê-los no âmbito da temática em estudo.

Este enquadramento permitirá distinguir qual a visão do autor perante as diferentes definições existentes na mesma noção, por forma a evitar ambiguidades e trazer ao estudo uma pretendida objetividade. Assim e perante o modelo de investigação definida pela Introdução, será feita uma breve explicação de alguns conceitos-chave que melhor permitam compreender o problema em análise.

### **1.1 As dimensões do Poder**

Desde os primórdios das civilizações que as manifestações de poder tiveram impacto na forma como as comunidades interagiam. Com o evoluir destas civilizações os povos aumentaram as suas relações a todos os níveis e criou-se a necessidade de compreender as suas regras de funcionamento bem como determinar como o conceito de poder pode influenciar a sua relação. Esta necessidade torna-se mais urgente nos dias de hoje, pelo facto de a sociedade internacional ser constituída por uma estrutura complexa de vários e diversificados atores, cada vez mais interdependentes, que coabitam no mesmo espaço de influência. Compreender os mecanismos que regulam este complexo sistema da comunidade internacional implica a necessidade de entender o que é o poder, quem o exerce e com que finalidade.

A noção de poder pode ser definido segunda as várias perspetivas, conforme a abordagem; na gíria corrente acaba por ser um termo bastante comum que, se não for devidamente explicado e enquadrado, poderá perder o seu real significado. “O Poder aparece assim, na primeira observação, como uma estrutura ou aparelho, finalmente composto de homens, que decidem e usam a força como argumento final para serem obedecidos.” (Moreira, 2012, p. 108) Daqui se pode retirar que os homens transferem e reconhecem o poder numa ideia abstrata, como um governo ou instituição que e em última análise, é definida e materializada pelos homens. José Maltez apelida este efeito de «institucionalização do Poder» que “...traduz essa forma de organização de poder nascida do facto de os homens

quererem deixar de obedecer a outro homem, passando a obedecer a uma instituição ou a uma abstracção.” (2009).

No desenvolvimento da definição, Adriano Moreira classifica o poder como “... o produto de recursos materiais (tangible) e imateriais (intangible) que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses” (2011, p. 120). Desta definição podemos encontrar duas dimensões do conceito: O poder como um atributo, ou seja, que está ao alcance dos atores para ser exercido; e o poder como uma relação, uma vez que só faz sentido falar de poder se este exercer influência ou resultado sobre outro interveniente. Assim os atores internacionais usam esta capacidade no seu relacionamento com o objetivo de gerar efeitos favoráveis aos seus objetivos estratégicos. Ou seja, quanto maior for a capacidade de poder de um ator, definida por um conjunto de atributos que a compõem, maior será a sua aptidão para impor a respetiva vontade.

Almeida Tomé refere-se aos atributos de um Estado considerando a sua Força, que é utilizada como o instrumento que projeta e materializa estes elementos.” De acordo com o autor (2011, p. 71) a Força “... engloba todos os recursos ou capacidades de diversa natureza, sejam económicas, tecnológicas, militares, humanas, organizacionais ou psicológicas, susceptíveis se serem utilizados pelo actor político...”.

Porém, comparar os atributos e analisar se um ator pode exercer poder sobre outro será sempre uma arte complexa, por não ser uma coisa mensurável e uma vez que nem sempre o ator mais forte prevalece numa relação de poderes. É preciso ter em conta, não só a assimetria de poderes mas também o contexto em que este é exercido. “O que tudo isto sugere é que não é possível integrar atributos e poder relacional num único algoritmo...” (Brown & Ainley, 2012, p. 165).

Por outro lado, a dimensão de relação sugere que, se o poder não for exercido, este tem apenas uma dimensão potencial. No entanto, este potencial poderá ter impacto em terceiros, sem ter que se exercer qualquer ação. Esta influência baseia-se numa estratégia muito antiga e usada com bastante frequência. Já o General Sun Tzu referia que “... alcançar uma centena de vitórias numa centena de batalhas não é a excelência suprema. Submeter o inimigo sem combater é a excelência suprema.” (2002/2007. p. 33). Portanto, se a força não for usada, esta deve pelo menos ser exibida de forma a que o seu aspeto percetual permita a obtenção dos efeitos desejados.

Neste sentido vale a pena diferenciar o que Adriano Moreira classifica de «manipulação» e de «dominação». O primeiro modo de poder implica, sem declarar a sua intenção, influenciar o comportamento do agente alvo; por outro lado, a «dominação», implica uma intenção declarada, associada à credibilidade do uso da força. É neste sentido que os Estados usam a Diplomacia coerciva como instrumento da sua política externa para, através de uma ameaça de força credível, obrigar um ator a submeter-se à sua vontade. Daqui se infere que uma Diplomacia agressiva ou coerciva será sempre respaldada pela existência de uma força militar credível.

Por fim “... o uso dos recursos físicos ao dispor do agente traduz o estágio final e pleno do uso do poder.” (2012, p. 110). Assim sendo o poder é a capacidade de um ator Político [Estado, etc.] impor a sua vontade a outro ator Político, mediante ações cooperativas ou através de sanções ou pela coação. Verifica-se que enquanto esse poder não é exercido será apenas um poder potencial ou presumível. Para a sua concretização [no terreno] o poder irá então materializar-se através da força: pela aplicação dinâmica de todos os recursos ou capacidades de diversa natureza suscetíveis de serem utilizados pelos atores para obter vantagens dessa situação, com a finalidade de alcançar os objetivos a que se propõe.

Destarte será a expressão real de poder que ultimamente marcará a diferença entre Estados e os agrupará numa reconhecida estrutura de hierarquia de potências na cena internacional. Esta definição não será estática e poderá sempre, em função das mudanças do contexto internacional, revelar-se bastante dinâmica, quando os fenómenos do plano externo provocam o enfraquecimento do Estado e com isso podendo influenciar a balança de poderes em vigor, o que poderá conduzir a situações de declínio; mas simultaneamente poderá sempre ocorrer o fenómeno da decadência quando o Estado não consegue manter a sua coesão social e política e colocar em causa a sua soberania interna e assim, as vulnerabilidades aumentam até ao colapso final.

Recorda-se que, o final da Segunda Guerra Mundial revolucionou as dimensões de poder à escala global. O conflito que consumou o fim do domínio mundial pelas potências europeias provocou a substituição da influência da ‘Europa Marítima’ por uma outra nova ordem alicerçada num novo sistema bipolar, em que se assistiu ao emprego de um novo conceito designado por superpotências. Virgílio de Carvalho classifica este novo conceito como a “... possibilidade que tem de utilizar a sua capacidade militar ímpar nos Oceanos que são mais decisivos para afirmação internacional de poder, e no Espaço Exterior.” (1996, p. 24). Já Almeida Tomé classifica uma superpotência como uma entidade capaz de empregar o

seu potencial estratégico à escala global. Esta capacidade dependerá do “... somatório das forças materiais, conhecido como potencial mássico, multiplicadas pelo somatório das forças morais... intervém também: o atrito ou dinâmica do meio, e a distância a que o potencial mássico se encontra do seu ponto de aplicação.” (2011, p. 75). O mesmo destaca ainda a crescente importância da dimensão aeroespacial na capacidade de projeção de poder de uma superpotência. (A. Tomé, 2011, pp. 106-107). Foi desta forma que os Estados Unidos e a União Soviética exerceram a força nas respetivas esferas de influência, no decorrer do período designado por Guerra Fria.

Mas tendo acontecido a mudança da conjuntura global, com implosão da ex-União Soviética, os Estados Unidos passaram a assumir o papel isolado de Superpotência; o que lhes permitiu usufruir de um longo período de supremacia mundial, posição que ainda detêm. Porém existem atualmente grandes potências regionais que se assumem cada vez mais como polos de poder, candidatas a preencher ou a disputar num futuro próximo um lugar como superpotências. Estas potências, incluindo a “nova Rússia de Putin” possuem um potencial de ação externa ainda algo condicionado, que as limita em específicos setores geográficos ou de projeção geoestratégica.

A História mostra-nos assim que nesta competição constante entre os Estados o desequilíbrio de poderes não se mantém estático, evoluindo com a conjuntura. Face ao exposto, torna-se essencial uma boa avaliação das mudanças conjunturais bem como uma apropriada mobilização e otimização dos recursos disponíveis que permitam aumentar a sua dimensão de poder ou auxiliar na manutenção da sua hierarquia na área internacional.

Esta realidade faz também refletir sobre a tradicional definição de Soberania. Freitas do Amaral (2012, p. 161) refere que “A soberania é um poder absoluto, isto é, que não está sujeito a condições ou encargos postos por outrem, que não recebe ordens ou instruções de ninguém, e que não é responsável perante nenhum poder”. Portanto, a Soberania, é o símbolo máximo de um poder, na medida em que não reconhece nenhum outro poder que lhe seja superior ou concorrente<sup>4</sup>. Neste contexto, o conceito de Soberania tem vindo a evoluir em função dos novos fenómenos de integração política regional, tal como se apresenta no caso da União Europeia em que os Estados membros concordaram em abdicar de parcelas de soberania do todo Nacional em ordem a contribuírem em conjunto para a funcionalidade da União; embora na prática operacional se possa admitir que o conceito de Soberania dos

---

<sup>4</sup> Entretanto convirá sempre ter presente que, se a Soberania pragmaticamente é igual para cada Estado, já a Força será certamente muito diferente entre eles devido às diferentes capacidades que possui.

Estados europeus dentro da União funcione, na altura das grandes decisões, mais em favor de uns [os de maior peso] do que de outros. (A. Tomé, 2015)

Com efeito, os Estados que numa dada conjuntura sentem a necessidade de aderir a estas uniões ou tratados de segurança, em particular aqueles de menor dimensão, acabam por sentir a necessidade de se integrarem num sistema de alianças, abdicando de algumas frações da sua soberania, por forma a aumentarem as dimensões reais do seu poder; ou contrabalançarem um desequilíbrio face a uma grande manifestação competitiva que os possa afetar. Neste sentido verifica-se quase sempre o facto de o conceito depender cada vez mais do espaço geopolítico onde o Estado se encontra inserido e na sua relação para com outros exteriores a essa mesma área geográfica, consoante se altere a situação conjuntural; o que faz repensar na veracidade da tradicional conceção de que todos os Estados são igualmente soberanos ou seja, que existe igualdade de presença e de ação entre todos os Estados que integram o sistema mundial e que neles competem em permanência.

Nesta perspetiva, quanto maior for o poder potencial ou presumível de um Estado, maior será a sua capacidade em se afirmar como soberano com capacidade de atuar e influenciar os outros. Por outro lado, uma perda de poder pode levar a uma redefinição da sua soberania. Deste modo o poder militar torna-se essencial para a liberdade de atuação de um ator no Sistema Internacional afirmando-se, efetivamente, com um importante instrumento da política externa dos Estados por intermédio da dissuasão ou da coerção ou, no limite, como reforço das ações diplomáticas.

No entanto existem outras formas de poder que vão para além da vertente militar, de acordo com a sua natureza, função e conjuntura em que se aplicam. Encontram-se neste âmbito o poder aeroespacial, o económico-financeiro, cultural e o científico-tecnológico, entre outros. O poder é também constituído por outras características que definem a sua dimensão. Neste sentido, as reais ou principais dimensões de poder podem ser bastante complexas, e não ser de todo fácil encontrar uma definição que englobe todas as suas características. A célebre fórmula de Ray S. Clyne permite fazer uma aproximação da dimensão total do poder de um Estado, possibilitando também aferir as potencialidades e vulnerabilidades de um ator internacional. Assim, o poder Nacional =  $[(P+T+CE+CM) \times (OE+VN)]$  em que P = População; T = Território; CE e CM = Capacidade económica e militar; OE = Objetivos estratégicos; VN = Vontade Nacional. Os primeiros quatro elementos da fórmula  $[P+T+CE+CM]$  materializam e constituem a massa crítica do Estado, sendo por isso denominados elementos tangíveis do Estado e portanto quantificáveis. A População e o

Território constituem a massa crítica correspondendo à congregação homogénea da quantidade da comunidade política que o habita a que se terá de adicionar a extensão dessa área territorial, a sua posição estratégica e o valor geopolítico do território, incluindo a sua natureza climática e a existência de recursos naturais. Por sua vez, a capacidade económica encontra-se intimamente ligada à sua capacidade financeira, grau de organização e qualidade e capacidade organizacional e de liderança dos seus governantes. Juntamente com a capacidade militar constituem, a CE e a CM, um dueto de capacidades que envolvem as capacidades industriais, científica tecnológica e o domínio dos modernos sistemas C4ISR<sup>5</sup>. Já os dois últimos elementos da equação [OE + VN] são designados por intangíveis uma vez que a sua quantificação será sempre subjetiva. Os Objetivos a cumprir em defesa do interesse nacional irão derivar da estratégia definida pelo Estado em causa, enquanto que a Vontade nacional depende da coesão, qualidade e adesão da população à estratégia nacional e aptidão dos seus líderes para cumprir os objetivos delineados (Carvalho, 1999, p. 69) (A. Tomé, 2011, pp. 76-77).

Em síntese o poder será um conjunto de atributos que os atores exercem numa relação com outras unidades políticas e cujos resultados irão depender do diferencial de poderes e do contexto e forma como este é exercido. Quanto à sua verdadeira expressão será a estratégia que projetará esse poder através dos vários tipos de força.

## **1.2 Sobre a Estratégia**

Depois de aprofundar o conceito de poder podemos afirmar que quando duas partes não chegam a acordo, em função de uma disputa de poder, poderá ter início um processo de conflito que e em último caso, culminará com o disputar através do fenómeno da guerra.

Adriano Moreira refere que “... a guerra expressa uma situação de oposição entre sociedades, um conjunto de acções e reacções destinadas a submeter um adversário à sua vontade” (1998, p. 35). Por sua vez a “Estratégia é a ciência de identificar Poder potencial (Pp), e de o transformar em Poder efectivo (Pe) para realizar objectivos definidos pela Política, em ambiente de conflito.” (1999, p. 67). Assim e associado à guerra, a estratégia vai materializar o conjunto de meios disponíveis e aplicá-los ao nível estratégico. Por sua vez, a guerra constitui um dos objetivos da estratégia, existindo assim uma subordinação desta estratégia à política e não o contrário.

---

<sup>5</sup> Capacidade de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informação e Vigilância.

Mas o fenómeno guerra poderá aplicar-se de forma independente a vários níveis ou então ser mesmo uma conjugação de várias ações. Nas palavras do General Cabral Couto “... a guerra nunca é um fenómeno puramente militar, mas sim de carácter total, onde se combinam e interferem acções diplomáticas, económicas, psicológicas, de espionagem, subversivas, etc...” (1988, p. 86). Por sua vez, José Alves refere que “... a guerra deixou de ser exclusiva do domínio militar de cada Estado e passou a interessar igualmente outros domínios, como o económico, o social, o político e outros de não menor importância para a sua realização” (1998, p. 94).

Assim a estratégia, que materializa a projeção do poder político, não se restringe apenas ao domínio militar por também exercer a sua influência em todos os meios em que se possa verificar um conflito de interesses. É também “... uma ponderação, dado ser uma disciplina intelectual, uma forma de dissecar, analisar e de agir sobre a realidade...” (Duarte, 2011, p. 218). Deste modo retira-se que a estratégia, sendo uma ciência e uma arte, integra um planeamento prévio conducente à concretização dos objetivos da Política a vários níveis, resultante de uma confrontação de interesses de natureza variada.

### **1.3 Segurança e Defesa**

O conceito de estratégia surgiu inicialmente da necessidade de empregar eficazmente uma força militar num espaço de batalha, estando assim associado ao conceito de Defesa.

Em relação à Defesa, esta noção pode adquirir vários significados encontrando-se, na maior parte das vezes associado à obtenção da Segurança, que constituirá sempre a finalidade primordial de um Estado ou de uma Nação.

Relativamente às suas origens, associa-se aos primórdios das civilizações e à necessidade de os homens se organizarem militarmente por forma a enfrentarem e resolverem os conflitos de natureza ofensiva ou defensiva. Com a evolução e transformação do tempo histórico, o instrumento militar, passou a ser usado com mais frequência por forma a impor uma vontade perante num conflito. Uma vez que o diferencial de poder, essencialmente militar, significava por vezes o fim ou a sobrevivência de uma civilização, foi sendo atribuída crescente importância ao fenómeno e arte da guerra, por forma a, não apenas maximizar os seus resultados mas também determinar as causas que a motivam.

Consequentemente o conceito de Defesa tinha um significado mais localizado, uma vez que o fenómeno da guerra era da exclusiva responsabilidade dos militares,



encontrando-se a defesa do Estado diretamente associada ao seu poder militar. Neste sentido também a estratégia era compreendida como sendo do exclusivo domínio militar na prossecução dos objetivos da Política. No entanto, com o desenvolvimento dos conflitos, com destaque para as Grandes Guerras do Séc. XX, o fenómeno Guerra tornou-se mais complexo devido à existência das Organizações internacionais tendo transitado “... de [um] instrumento de política nacional para supranacional.” (Tomé, 2011, p. 18).

A juntar à sofisticação dos conflitos, a arena internacional tornou-se num palco cada vez mais complexo, multidimensional e em constante mutação, com mais e novos atores que tendem a dispersar os centros de decisão, num fenómeno que Adriano Moreira apelida de «Lei da Complexidade Crescente da vida internacional». Segundo o autor, a realidade internacional é “... acompanhada de uma progressiva multiplicação, quantitativa e qualitativa, dos centros internacionais de diálogo, cooperação, e de decisão, e das relações entre esses centros.” (2002, pp. 57-57). Acresce também a influência de outras atividades, como a económica, conduzida também por atores não-estaduais, cujas ações poderão ter consequências ruinosas para os Estados. Por sua vez, o conceito de Defesa evoluiu para uma noção mais ampla e abrangente. Esta deixou de ser um encargo restrito dos militares para passar a ser uma responsabilidade nacional que envolve todos os setores do Estado. Na atual conjuntura a Defesa também possui um crescente carácter supranacional, face à necessidade de integração e de cooperação dos atores, no sentido de assegurar a sua defesa mútua e a segurança internacional.

Confirma-se portanto que o conceito de Segurança, condição derivada da Defesa, também evoluiu, sendo hoje utilizado com grande amplitude e interligando-se em Relações Internacionais com o conceito de Defesa. O termo Segurança abrange atualmente um conjunto de atividades «multinível», «multisetorial» e «multidisciplinar». Armando Alves classifica a Segurança como “... o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de actividades ... sem rupturas.” (2010, p. 37) Porém a Segurança interna depende também da dimensão externa e assim a Segurança dos Estados depende da Segurança Internacional dando origem a um fenómeno a que Luís Elias classifica de «Externalização da Segurança Interna» (2003, p. 9). Rafael Villa vai mais longe ao definir a Segurança como «segurança global e multinacional». Esta noção “... reflete a interseção complexa de planos interestatal, transnacional e supranacional...” (1999, p. 230). Por conseguinte, o conceito de Segurança é

interpretado fora do seu tradicional campo fronteiriço nacional, como um conceito mais alargado, que se mistura com vários domínios internos e externos aos Estados, nomeadamente com o conceito de Defesa.

Considera-se assim que os conceitos de Segurança e Defesa, embora estreitamente interligados, tendem a assumir diferentes significados consoante a contínua evolução da conjuntura, do tipo de ameaças que se perfilam para o futuro e das respetivas formas de atuação face ao carácter mais difuso das atuais ameaças. Assim e consoante os cenários geopolíticos e geoestratégicos atuais e aqueles futuristas que se irão projetar para o Espaço, o conceito tenderá sempre a evoluir, mas com a Segurança a abranger todos os espaços concetuais e materiais da eterna aplicação do poder e da Força.

No caso europeu, até à II Guerra Mundial, o catalisador que tem fomentado a união dos vários países na Europa Ocidental e Central tem sido materializado pelos vários Estados designados por ‘perturbadores continentais’ contra os quais se coligam de imediato as Potências Marítimas para impedir a sua hegemonia sobre todo o Continente.

Mas tudo indica que o grande catalisador atual será a existência de vários ‘Perturbadores da Ordem’ no denominado ‘Arco de crises’ a Sul e a Sudeste da Europa. Estas novas ameaças que perfilam no horizonte europeu ganham cada vez mais força ao aproveitarem os ‘espaços vazios’ de poder e de Ordem proveniente da instabilidade política e social na região do Magreb e do Médio Oriente. Subsiste também a dúvida quanto às intenções da Rússia de Putin no Leste europeu.

## **Capítulo II – A génese da integração europeia**

Este capítulo analisa a integração europeia na área da defesa, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao Tratado de Amesterdão. O estudo inicia-se com a escaupelização do contexto da integração na área da defesa através da avaliação da situação política, económica e militar no continente europeu, depois da Segunda Grande Guerra, destacando os projetos proeminentes que tiveram impacto no desenvolvimento das políticas integradoras respeitantes à área da defesa. Como se irá constatar a integração europeia na área da defesa teve como incentivo a forte vontade em estabelecer uma paz duradoura no continente, com projetos bastante ambiciosos mas que e no entanto, em grande parte, acabariam por fracassar. Como consequência a Europa Ocidental entra num período entorpecido, onde os avanços nesta área se fazem de forma algo tímida pelo que e no período, a NATO assume por completo os assuntos da defesa no continente europeu. Com o fim da Guerra-Fria e o aprofundamento da integração europeia no campo político-económico, os assuntos da defesa serão dinamizados, através da transição da Cooperação Política Europeia para a institucionalização de uma Política Externa e de Segurança Comum. Este passo significa um avanço significativo mas não o suficiente para responder às crescentes exigências dos desafios internacionais. O Tratado de Amesterdão procurou melhorar as lacunas da PESC, com novas recomendações no campo da política externa e de defesa, na tentativa de dar aos europeus os instrumentos necessários para lidar com os assuntos externos que lhe dizem respeito.

### **2.1 O contexto político económico e militar na Europa depois da II Guerra Mundial**

Para estudar a organização militar na Europa, logo a seguir à IIGM, haverá que começar por referir as suas políticas e as causas que lhe deram origem.

A Política Comum de Segurança e Defesa [PCSD] constitui um elemento importante da atual política da União Europeia [UE] que abrange a defesa e os aspetos militares. Esta política de desenvolvimento do pensamento europeu sobre segurança e defesa surgiu em consequência do paradigma geopolítico que entrou em vigor logo após o fim da II Guerra Mundial, com a emergência de um sistema mundial bipolar.

Será, entretanto, de recordar que no debate das teorias que explicam os fenómenos ocorridos no continente europeu depois da IIGM, sempre se destacou a Escola Clássica<sup>6</sup> das Relações Internacionais [RI] que defende serem “... as RI ... o resultado da competição e dos frequentes confrontos entre os Estados e que os conflitos e as guerras são por isso naturais, logo inevitáveis.” (A. Tomé, 2011, p. 63). O conflito da II Guerra Mundial pareceu confirmar efetivamente a teoria da Escola Clássica como sendo o pensamento dominante para explicar a interação dos vários atores na cena internacional, com base na ‘Realpolitik’, em oposição ao pensamento do internacionalismo liberal<sup>7</sup>, que tinha ganho força no período entre as duas Grandes Guerras. Verificou-se que, após o término da I Guerra Mundial, emancipou-se uma forte vontade popular por medidas que pudessem evitar uma tragédia semelhante. A Sociedade das Nações, onde foi feita uma proposta de paz com 14 pontos-chave sugeridos pelo então Presidente dos EUA Woodrow Wilson<sup>8</sup>, pretendia ir ao encontro desta opinião pública referente ao internacionalismo então dominante. Mas aconteceu que um novo conflito em solo europeu viria a descredibilizar essa Teoria, voltando a colocar os Estados e o seu sentido de ‘Realpolitik’ no centro da interação internacional e na dura realidade da problemática da Guerra.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Outras duas grandes linhas de pensamento são a Escola do Transnacionalismo e a Escola Soviética do Neo-Marxismo e do Imperialismo. De forma sucinta, o Transnacionalismo apoia-se na “... livre troca das ideias, das permutas entre os povos e da liberdade de circulação...” com a existência de outros atores importantes na cena internacional, nomeadamente os indivíduos e as empresas; atores ditos secundários que vêm assim retirar a importância e o monopólio dos Estados nas relações externas, o que a afasta substancialmente da Escola Clássica. Já a o pensamento da Escola Soviética do Neo-Marxismo e do Imperialismo “Considera ser o Imperialismo o estágio supremo da evolução burguesa e capitalista; será o resultado final da expansão da economia capitalista que irá gerar o máximo de riqueza, mas também desníveis, contradições e conflitos, os quais irão beneficiar o progresso do socialismo e conduzir à sua vitória.” (A. Tomé, 2011, pp. 63-67). A doutrina soviética estabelece ainda que a divisão do mundo se consumará em dois campos irreduzíveis: de um lado o Imperialismo; e do outro o Socialismo Internacionalista Proletário; ou seja, existirá sempre um antagonismo entre exploradores e explorados e tudo culminante na dominação de uns sobre os outros, ou seja, a luta de Classes será inevitável.

<sup>7</sup> Também denominado por idealismo ou Utopismo, baseando-se na ideia que: “«o povo» tinha um interesse real e um desejo de paz e que os regimes democráticos deveriam, se tivessem ocasião, permitir que esses interesses e desejos imperassem. O inimigo da paz, nesta explicação, era o tipo de regime militar, autoritário, autocrático e antidemocrático.” (Brown & Ainley, 2012, p. 52).

<sup>8</sup> Presidente dos EUA durante a Primeira Guerra Mundial e mais tarde Nobel da Paz pelo seu pensamento em prol da convivência pacifista entre os povos. As suas ideias baseavam-se na promoção do comércio livre entre Estados, no reforço do modelo democrático entre Nações e na promoção da lei do direito nas relações internacionais, apoiados por Organizações Internacionais, por forma a moderar a conflitualidade das relações entre os Estados. As suas ideias ajudaram a estabelecer os princípios gerais do internacionalismo liberal; mas não conseguiriam evitar o deflagrar da II Guerra Mundial.

<sup>9</sup> O que vem confirmar que não existe nem poderá existir uma única Teoria geral das RIs, porque todo o conjunto conceitual e teórico do seu estudo e compreensão se baseia em diferentes abordagens à sua interpretação, mas será em cada Tempo um diálogo entre modelos contraditórios que prossegue há séculos e que irá continuar no futuro. O que demonstra que não será possível efetuar uma síntese das diferentes abordagens às relações entre a sociedade internacional ou escolher uma Teoria com exclusão das outras, pois e num certo sentido, elas sobrepõem-se e por vezes completam-se consoante a sua aplicação às diversas situações temporais.

Verificados que foram os destroços da IIGM, assistiu-se nos anos imediatos a uma grande crise económica que ameaçava a estabilidade política e social dos países europeus. Nesta situação a Europa Ocidental deixava de assumir o protagonismo secular centro do poder mundial, devido ao surgir de uma nova ordem alicerçada num sistema bipolar em que as superpotências EUA e a URSS passaram a assumir o poder mundial nas respetivas esferas de influência, mas interagindo em todas as outras.

Na Europa Ocidental, principalmente nos países mais afetados pela guerra surgia a necessidade de garantir a sua segurança e evitar um novo conflito, pelo que se tornava necessário estabelecer um novo entendimento de cooperação.

O primeiro tratado entre países europeus, depois da IIGM, foi estabelecido a 4 de Março de 1947, entre o Reino Unido e a França, com a assinatura do Tratado de Dunquerque. Quanto à sua finalidade, Trachtenberg faz referência à reorientação do sistema de defesa Ocidental para conter o avanço soviético que se perfilava como nova ameaça militar, com a previsível rutura ideológica, e utilizando o pretexto alemão como desculpa. “It had long been understood that the german threat could serve as cover for arrangements that were really designed to deal with the Russian problem.”(1999, p. 85). Também Kaplan argumenta “...with the idea of using the anti-German language to avoid open offense to Russia” referindo ainda que “The two allies were then poised to take the next step of bringing the United States into this new Western European entity.” (2007, p. 14).

Os primeiros sinais de conflito Este/Oeste não tardaram em manifestar-se. A guerra civil grega, que opôs o governo monárquico, apoiado pelo Ocidente, contra forças revolucionárias apoiadas pelo partido comunista grego e a Frente Nacional de Libertação, depois de estes últimos não aceitarem o resultado das eleições de 1946, constituiu um indício daquilo que iria acontecer. Do lado Ocidental, o manifesto comunista e sua necessidade de expansão ameaçava os ideais liberais e democráticos da economia de mercado Ocidental. Do lado dos marxistas-leninistas, a continuação da luta de classes contra a burguesia e o imperialismo americano continuava a ser o cerne da respetiva ideologia, centrada na luta de classes (Causa Operária, n.d.).

Porém será prematuro considerar-se que o Tratado de Dunquerque tenha sido concebido com o intuito de estabelecer a primeira linha de ação para enfrentar o previsível clima de Guerra-Fria que se adivinhava. Na verdade, os dois países signatários tinham outras prioridades, como a defesa dos seus territórios coloniais; e aparentavam estar ainda mais preocupados com a eventualidade de um rearmamento alemão na Europa, como era o caso da

França, do que com o surgimento de um novo inimigo proveniente de Leste. Tanto assim que, no artigo II, é acordado estabelecer uma cláusula de assistência mútua entre os dois países para este efeito (1947). Por outro lado “...Britain did not want to commit to the defence of Europe. The British defence establishment in particular was skeptical towards Franco-British cooperation...” (Mérand, 2008, pp. 45-46). Portanto tratava-se de um pacto de assistência bilateral, com ambições modestas, especificamente direcionada para o sempre possível ressurgimento alemão mas que poderia prever, no futuro, algum tipo de desenvolvimento e cooperação na área de defesa e ainda eventualmente admitir a adesão de outros Estados.

Esta reorganização europeia demonstra os indícios de um restabelecimento de equilíbrio de forças, inicialmente contra o «perturbador continental»<sup>10</sup> alemão e, mais tarde, contra a ameaça soviética vinda de Leste. Esta prática dos Estados europeus verificou-se em outras ocasiões da história, como por exemplo contra Napoleão, numa prática designada por “... Política de Equilíbrio ou de Balança de Poderes...” (Tomé, 2011, p. 132).

Entretanto, a situação na Europa continuava bastante frágil, com uma instabilidade política acentuada, o que tornava os países vulneráveis à ameaça que representava a aspiração dos respetivos partidos comunistas em alcançarem o poder. Estes desenvolviam guerras fratricidas na franja limite do espaço entre o Leste e o Oeste, perfilando uma vulnerabilidade que ameaçava as democracias ocidentais. Este contexto era visto pelos Estados Unidos como uma ameaça à sua ideologia de economia de mercado, segundo a ótica capitalista, que preconizava as livres transações, o progresso do povo americano e o que melhor lhes parecia providenciar a sua própria segurança. “...that the United States was prepare to recognize that the survival of western democracies threatened by communist internal subversion or external aggression was vital to the security of the United States itself.” (Kaplan, 2007, p. 5).

Nesta ótica, os EUA prepararam em 1947 um plano de ajuda financeira<sup>11</sup>, mais tarde denominado por Plano Marshall. O seu objetivo era a injeção de grandes quantidades de capital, destinadas à recuperação económica, financeira e social dos países europeus, cujas economias se encontravam fortemente afetadas pela guerra, ação que seria posta em prática sob a égide dos próprios EUA. Com este contributo os países abrangidos conseguiam assim uma importante ajuda à sua estabilidade social e recuperação económico-financeira. Como condição os países beneficiados tiveram que adotar uma política de comércio livre, que foi

---

<sup>10</sup> Condição que acontece quando um Estado tenta romper com o equilíbrio da balança de Poderes estabelecido por forma a almejar a hegemonia ou um Poder excessivo.

<sup>11</sup> Inicialmente a União Soviética chegou a ser convidada mas Stalin declinou o convite.

mais tarde administrada pela Organização para a Cooperação Económica Europeia, o que ajudou a moldar e a centralizar as políticas económicas dos países europeus.

De facto, o Plano Marshall foi importante para a recuperação económica da Europa, na medida em que visava garantir a sua estabilidade política face à sua instabilidade social; ao mesmo tempo que permitia diminuir a sua vulnerabilidade face aos avanços soviéticos. Porém o resgate financeiro não foi bem recebido pela União Soviética que acusou os EUA de querer controlar os destinos da Europa. Kaplan refere que; “Certainly, the vehement Soviet reaction to the Marshall Plan accelerated the Cold War, even if did not ignite it” (2007, p. 11).

Mas os acontecimentos seguintes fizeram aumentar os receios dos países europeus sob o ponto de vista militar, o que fez reconsiderar as respetivas prioridades estratégicas dirigindo-as mais para o setor da defesa. O golpe de Praga, em fevereiro de 1948, em que o partido comunista da Checoslováquia apoiado pela União Soviética assumiu o poder incontestável, fez aumentar ainda mais o sentimento de se encontrar em curso, uma planeada ofensiva ideológica e político-militar soviética, para a futura criação de «Estados satélites» na Europa central.

Por conseguinte, os signatários do Tratado de Dunquerque, juntamente com os países do Benelux, assinam o Tratado de Bruxelas que virá consagrar a cooperação europeia no setor da defesa. Este acordo, para além de definir termos de cooperação económicos sociais e culturais, focava-se num pacto de segurança alargada, baseada sobretudo num poder económico e financeiro forte, apoiado num sistema político democrático. Esta foi, efetivamente, a primeira tentativa de organização de defesa coletiva dos países europeus depois da Guerra. Já contemplando um compromisso de defesa comum europeia, o Tratado introduzia, através do artigo IV, uma cláusula de assistência mútua em caso de agressão a um país signatário. Muito embora este ainda fizesse referência ao perigo de uma ameaça alemã, esta condição de assistência do artigo IV foi mais direcionada para lidar com a emergente ameaça soviética (Mérand, 2008, p. 46) (The Brussels Treaty, 1948).

Na tentativa de concretizar a cooperação militar europeia surge então, e como consequência do Tratado de Bruxelas, a agência militar ‘Western Union Defence Organization’ [WUDO],<sup>12</sup> com o objetivo de evidenciar e passar a mensagem de que os países europeus poderiam operar conjuntamente tentando criar simultaneamente um esforço de padronização de procedimentos de atuação através do treino e execução de operações

---

<sup>12</sup> A ‘Western Union Defense Organization’ pretendia ser o braço armado da Europa Ocidental cuja estrutura iria ser o núcleo da fundação da NATO.

conjuntas. Depois da criação desta Organização “Many feel that this is only a first step and that a wider basis for cooperation is needed, one involving the United States.” (NATO, 2001).

Pouco tempo depois, em Junho do mesmo ano, a União Soviética interrompe as ligações terrestres e aéreas com a cidade de Berlim, agravando de forma perigosa a tensão entre as duas superpotências, naquele que foi o ponto de viragem para o início da Guerra-Fria. O General Abel Cabral Couto não tem dúvidas em afirmar que “A partir de 1948, em consequência do golpe de Praga, em Fevereiro, e do bloqueio de Berlim, em Junho, consagra-se a rotura entre o Leste e o Oeste, começando o período de «guerra fria»...” e que leva ao início da “... integração da segurança e defesa da Europa...” (1992, p. 874).

Face a este contexto e à pressão dos países europeus sobre os EUA para integrarem o seu sistema de defesa, são iniciadas negociações para um novo tratado, uma vez que a WUDO estava longe de ser a proteção ideal que o continente europeu precisava. “In the summer and fall of 1948, the generals saw for themselves just how little progress WUDO was making. They sensed that WUDO was as much a façade, if not a fraud...” (Kaplan, 2007, p. 140).

Nesta ótica, foram então concebidos planos para a criação de um novo sistema de segurança ocidental, que incluía a América do Norte e a Europa ocidental, centrada no Atlântico. Nuno Teixeira refere que o novo sistema assentava em dois pilares estratégicos: o “...continente norte-americano ... retaguarda e autonomia de todo o sistema” e o “continente europeu, linha da frente de defesa imediata...” (Teixeira, 1999, p. 18). Neste contexto surge a Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN] ou North Atlantic Treaty Organization [NATO], fundada a 4 de Abril de 1949, depois da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, em Washington D.C., com o objetivo de salvaguardar a liberdade e a segurança dos seus membros através de meios políticos e militares (NATO, n.d.) (The North Atlantic Treaty, 1949). Segundo José Arsénio a criação da NATO “...veio conferir uma dimensão atlântica ao esforço de autodefesa colectiva, iniciado em Bruxelas.” (1990, p. 25). À data da sua fundação, “A NATO não incluiu entre os seus membros a República Federal Alemã, ... embora fosse reconhecido, principalmente pelos americanos, que era necessário rearmar o país com vista à sua integração no sistema defensivo da Europa Ocidental.” (Antona, 2007, p. 14).

Ao mesmo tempo que se criavam as alianças defensivas ocidentais para a garantia da paz, alguns visionários propunham o caminho da integração europeia como forma duradoura para evitar conflitos internos entre potências no continente, fortalecer a Europa face às novas ameaças externas e garantir um futuro mais próspero a nível económico. Neste sentido, interessará então referir e analisar a forma como a integração económica, através da



implementação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço [CECA], esteve relacionada com o pensamento de Defesa europeu e as suas intenções para uma futura integração militar defensiva.

## **2.2 A integração europeia como forma de alcançar a paz**

No crescente contexto de Guerra-Fria a Europa encontrava-se cada vez mais dividida entre dois blocos e era necessário “...integrar a parte ocidental da Alemanha no sistema europeu a fim de evitar um conflito, ... garantir uma sólida base para a democracia na Alemanha federal,...” bem como “... proteger o território... em caso de conflito com o Bloco de Leste e ... apoiar a reconstrução económica do país e integrar a sua economia na da Europa Ocidental.” (Antona, 2007, p. 13).

Na necessidade de estabelecer a paz e resolver a questão alemã, alguns visionários defenderam o caminho da integração Europeia. Winston Churchill, antigo oficial do exército Inglês e Primeiro-ministro, acreditava que só uma Europa forte e unida poderia assegurar a harmonia entre os povos europeus, evitando o conflito entre eles e tornando assim o continente imune às ameaças externas que se perfilavam a Leste. Em 1948, Churchill presidiu ao congresso europeu, em Haia, onde terá sido recomendada “...a criação de uma Assembleia deliberativa europeia e um Conselho europeu especial encarregue de preparar a integração económica e política dos países europeus.” (Europa, 2015a). O seu objetivo era eliminar definitivamente as “doenças europeias do nacionalismo e do belicismo.” (Europa, 2015c).

Esta necessidade de eliminar a doença do belicismo, principalmente entre as potências centrais, é referida por Schumann, ministro francês dos negócios estrangeiros, no seu famoso discurso: “A união das nações europeias exige que seja eliminada a secular oposição entre a França e a Alemanha.”. R. Schuman propôs-se a «comunitarizar» as produções de aço e carvão, tornando esta intenção pública a 9 de maio de 1950. Tal medida “revelará que qualquer guerra entre a França e a Alemanha se tornará não apenas impensável como também materialmente impossível.” (Europa, 2015b). Esta sua declaração baseou-se num plano adotado pelo seu governo que haveria sido inspirado em Jean Monnet<sup>13</sup>. Este “... defendia que se devia seguir uma estratégia de pequenas realizações comuns dos Estados europeus, a qual deveria levar a criação de solidariedades de facto entre países tradicionalmente rivais e

---

<sup>13</sup> Político francês considerado um dos grandes arquitetos da integração europeia. Foi também o primeiro presidente da CECA.

conflitantes”, levando estes a “aceitarem o princípio da criação de uma entidade supranacional” (Soares, 2009, p. 9). Estavam assim lançadas as bases para uma comunidade comum ao mesmo tempo que se lançava o convite para outras nações europeias aderirem; o que veio a concretizar e evidenciar uma forte vontade quanto ao processo de integração.

Na continuação deste processo, o Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi assinado em Paris, em 1951, nele se incluindo a França, a Itália, a Alemanha e os países do Benelux<sup>14</sup>. Os países signatários aceitavam, num certo domínio, abdicar de parte da sua soberania em prol da Comunidade, dando assim o primeiro passo no sentido de uma Europa supranacional. O principal objetivo do Tratado consistia na introdução de uma zona de “livre circulação do carvão e do aço, bem como o livre acesso às fontes de produção. Além disso, uma Autoridade comum assegurava a vigilância do mercado, o respeito pelas regras da concorrência e a transparência dos preços.” (Europa, 2010b). De acordo com o seu Artigo 2º a CECA pretendia, através de uma harmonia com a economia dos membros constituintes e o estabelecimento de um mercado comum, contribuir para o aumento da produtividade, do emprego, e da melhoria o nível de vida nos Estados-membros. (The European Coal and Steel Community, 1951).

Efetivamente, esta solidariedade e cooperação regional entre Estados revelou ser um caminho essencial para a paz e o crescimento, com os franceses como pioneiros no projeto. Autores defendem que os verdadeiros motivos da França, para a institucionalização da CECA, se tivessem baseado numa escolha estratégica racional, devido à fragilidade em que se encontrava no período pós Segunda Guerra. Na verdade, a França necessitava de iniciar uma recuperação económica e de garantir a sua segurança em decorrência do começo da Guerra-Fria. Por outro lado, os franceses ainda olhavam para a Alemanha como um Estado agressor e uma possível ameaça. Através da institucionalização deste Tratado económico, a França “foi capaz de ampliar sua segurança, mantendo a Alemanha sob sua supervisão enquanto expandia sua capacidade de defesa”, garantindo um maior crescimento económico que dependia, em muito, das relações com a Alemanha (Filho, 2011).

De facto e no caso europeu, verificou-se deste o início da sua integração que os assuntos da Segurança e Defesa se foram imbricando com os interesses económicos, como se verificou com a implementação da CECA. Com efeito poderá encontrar-se na integração europeia um dos traços característicos da «Interdependência Complexa das Relações Internacionais». Nesta linha de pensamento e ao contrário da teoria Realista que assume

---

<sup>14</sup> Área de comércio entre Luxemburgo, Bélgica e Holanda.

serem as questões da Segurança e Defesa o topo da prioridade das discussões da política externa, não existe uma hierarquia bem definida na agenda de discussão internacional (Brown & Ainley, 2012, p. 71).

O sucesso do surgimento da CECA criou a ilusão que seria o início de um caminho rumo a uma união política e militar no continente. Este sucesso levou os seus mentores a precipitarem-se na implementação de uma Comunidade Europeia de Defesa, [CED], apostando fortemente num projeto de integração nesta área.

### **2.3 O Plano de Plevén para uma Comunidade Europeia de Defesa**

Depois da criação da Aliança Atlântica, como refere Silva, “Os americanos redobravam as pressões sobre os europeus para que desenvolvessem esforços substantivos para uma organização da defesa ocidental em reforço do Pacto do Atlântico.” (2010, p. 68. Deste modo a questão da defesa passa cada vez mais a ser um tema de discussão no seio da Europa.

Com o início da guerra da Coreia, em junho de 1950, e o respetivo envolvimento americano, a questão do rearmamento alemão tornou-se ainda mais urgente. Porém, esta inclusão alemã no sistema defensivo europeu ainda causava algum desconforto, como defende Merlingen, “Opposition to West German rearmament was strong in many Western countries, notably in France” (2012, p. 28).

Poderá então considerar-se que foi esta insistência americana, juntamente com os receios franceses em rearmar a Alemanha, que ajudaram a fomentar o começo da integração europeia nas áreas económica e militar, depois da Organização Europeia de Cooperação Económica [OECE]<sup>15</sup> e do Tratado de Bruxelas respetivamente.

Como referido constata-se que na base motivacional da criação da CECA se encontravam considerações económicas e a intenção de um controlo francês numa dependência mútua, em torno de um setor estratégico para o fornecimento de matéria-prima usada na indústria de armamento; situação que viria a mudar no ano seguinte com o reconhecimento da verdadeira ameaça protagonizada pela então URSS. Entretanto e na mesma linha de pensamento preconizada para a CECA, surge um plano para a criação de forças armadas europeias sob um comando central comum, que incorporasse o esforço dos vários países signatários do Tratado de Bruxelas, bem como a Alemanha e a Itália que

---

<sup>15</sup> Organização criada em 1948 com o objetivo de promover a cooperação económica dos seus membros e coordenar a distribuição dos fundos provenientes da ajuda financeira do Plano Marshall.

aderiram a seguir. Este plano ficou conhecido como o Plano de Plevén, da autoria do Presidente do Conselho francês René Plevén; tinha como objetivo criar uma Comunidade Europeia de Defesa [CED]. Este ambicioso plano resolveria o receio francês acerca do rearmamento alemão, ia ao encontro das pretensões americanas em rearmar a Alemanha e dava à Europa uma capacidade de defesa avançada do «Bloco Ocidental» face a um ataque inopinado oriundo de Leste, capaz de criar um espaço de tempo que permitisse a chegada dos reforços oriundos do bloco Estados Unidos e Canadá.

Em certa medida, o plano consistia no aprofundamento do plano Schumann,<sup>16</sup> que se materializava sob a forma de:

“... um exército europeu governado por um Ministro da Defesa Europeu e um Conselho de Ministros com um orçamento comum e ‘procurement’ de material militar. Enquanto os restantes membros mantinham forças separadas para efeitos coloniais e outros. A Alemanha apenas poderia participar no exército europeu” (Booker & North, 2003, p. 61).

Nos dois anos seguintes, o plano de Plevén foi objeto de negociações. Em 1952, embora não fosse tão ambicioso como a ideia original, ainda chegou a ser assinado pelos primeiros seis países da CECA. Porém e já em 1954 este seria travado pela sua não ratificação na Assembleia francesa. Merlingen considera que um dos motivos se baseava no facto de: “The French had second thoughts about giving up control over a large chunk of their armed forces while the British would keep full control over theirs” aliado à oposição e posterior rejeição do plano por parte dos britânicos (2012, p. 29).

Verificava-se entretanto que um projeto desta envergadura, referente à CED, se configurava ainda como demasiado ambicioso para se poder afirmar numa Europa que ainda não possuía uma estrutura supranacional sólida, em virtude da CECA se encontrar ainda numa fase de implementação. Este fracasso representou um retrocesso no projeto pioneiro da criação de uma força militar conjunta europeia, com o propósito de fazer face à escalada da Guerra-Fria e à problemática resultante da guerra na Coreia. Como alternativa, incluiu-se a Alemanha e a Itália na ‘Western Union Defense Organization’, passando esta a designar-se, ‘Western European Union’<sup>17</sup>, [WEU], com o objetivo de dar alguma independência de iniciativa militar à Europa.

---

<sup>16</sup> Que nos termos da sua declaração, a implementação da CECA seria o primeiro passo num processo da maior envergadura que visaria a criação de uma Federação.

<sup>17</sup> Também conhecida por União da Europa Ocidental [UEO].

A WEU foi oficialmente criada em 1954, num período marcado pela escalada da Guerra-Fria e já depois do impasse europeu quanto à integração no campo da defesa. Trata-se de uma organização que operou, do ponto de vista institucional, paralelamente à CECA e mais tarde à Comunidade Económica Europeia [CEE] e à atual União Europeia [UE].

A WEU surgiu face à necessidade de integrar a Alemanha e a Itália no sistema de defesa Ocidental sob a supervisão de uma organização europeia; criar uma alternativa ao supranacionalismo imposto pela CED, para o qual a Comunidade Europeia não estava ainda preparada; e comprometer simultaneamente a França e o Reino Unido numa parceria com a Alemanha ocidental. Assim, o Tratado de Bruxelas é revisto e a WEU é formalizada, depois do acordo de Paris, em 23 de Outubro de 1954, com o propósito de “...offer mutual military assistance in case of external aggression and it provided a strong basis for the development of European defence cooperation”. (European External Action Service [EEAS], n.d.) De modo a evitar a duplicação de funções e meios com a organização NATO, de acordo com o artigo IV do Tratado de Bruxelas modificado, é assumido que os seus membros e órgãos devem trabalhar em cooperação com a Aliança Atlântica (Modified Brussels Treaty, 1954).

## **2.4 O Plano Fouchet e o período de Charles de Gaulle**

Verificado que foi o colapso da CED, em virtude da oposição entre as principais potências europeias, a Comunidade Europeia passou a direccionar-se mais para o campo político-económico, passando, a partir de 1957 e depois do Tratado de Roma, a contar com um mercado comum que facilitava o seu crescimento e desenvolvimento.

Verificava-se que a WEU pouco progredia pelo que a NATO, liderada pelos EUA, passou a emergir como a verdadeira e real garantia de defesa do continente, algo que começava a provocar algum desacordo no seio europeu principalmente depois do regresso do General Charles de Gaulle ao poder em França. O Presidente francês movia-se pela sua ideologia de autonomia em relação a qualquer potência mundial. “Dai vem a condenação categórica da hegemonia norte-americana e da tendência dos países europeus, inclusive a França ... [de] ambicionarem a proteção militar proporcionada pelos EUA e pela OTAN [situação] que acabava por diminuir as suas margens de manobra internacional.” (Lessa, 2003, p. 54).

Em 1958 De Gaulle manifesta o seu desacordo com a estrutura da NATO através de um comunicado em que propunha uma reestruturação da Organização dando maior liberdade

de decisão à França. De igual modo, a perda de soberania provocada pela subordinação da França ao supranacionalismo europeu não agradava ao Presidente francês que decide intervir na sua estrutura, desenhando uma nova política que fosse ao encontro das suas ideias e essencialmente dos interesses geoestratégicos da França.

Na sequência dos bons resultados da Comunidade Económica Europeia é decidido criar, depois da Cimeira de Bona em 1961, uma comissão intergovernamental presidida pelo então Embaixador francês Christian Fouchet, ex-ministro do governo de Charles de Gaulle, com o objetivo de “...elaborar propostas concretas para promover a União política” (Eur-Lex, 2007, parag. 13).

O General francês enuncia então o lançamento das suas ideias através de uma proposta de sua iniciativa, que ficou conhecida como o Plano Fouchet. O seu enunciado incluía alterações estruturais ao funcionamento da Comunidade, a criação de uma política externa comum e uma política comum de defesa. Tal como a CED, a recomendação do Plano Fouchet poderia relançar os planos de defesa europeus, sem no entanto incluir a característica da supranacionalidade à qual De Gaulle se opunha. De acordo com o artigo V da proposta, um conselho de Chefes de Estado reuniria de 4 em 4 meses e estes, de acordo com o artigo VI, decidiriam por unanimidade estabelecer também que, na falta de consenso nas decisões, qualquer ação poderia ser aplicada pelos Estados que teriam votado favoravelmente (Fouchet Plan, 1961). A França contava com o apoio da Alemanha mas tinha a clara oposição da Bélgica e da Holanda. Estes temiam um enfraquecimento da construção europeia, apontado pelo recente Tratado de Roma, o agigantar do eixo franco-alemão que poderia passar a controlar os destinos da Europa, e o degradar das relações transatlânticas que tornaria o continente mais independente em política externa e de segurança mas afastando-a da NATO e consequentemente dos EUA.

A proposta de De Gaulle para submeter uma política interestadual às instituições comunitárias seria reprovada e a Comissão tentou, sem sucesso, submeter aos seus membros um segundo projeto com alterações que agradassem a todos. Este plano foi, de acordo com Teasdale:

“... an important, if unsuccessful, diplomatic initiative by the then French President, Charles de Gaulle, to alter the emerging institutional balance of the European Community away from the supranational model of the Founding Fathers, towards a looser, intergovernmental approach based on cooperation among ‘sovereign’ nationstates” (2013, p. 1).

O manifesto do Presidente francês em dar um caminho puramente europeu ao continente, sem a intervenção dos EUA esteve na base do veto francês à entrada da Inglaterra para a CEE, entre outros motivos de ordem política<sup>18</sup>. Entre outras alegações, De Gaulle denuncia a relação especial que os britânicos tinham com os Estados Unidos e as suas poucas motivações europeias. O próprio refere que a sua entrada resultaria "... por surgir uma comunidade atlântica colossal sob a dependência e direcção americanas, que rapidamente absorveria a Comunidade Europeia." (1963, p. 64).

Nos anos seguintes o Presidente da França segue a sua política de carácter unilateral e «anti-americana» ao abandonar em 1966 o comando militar integrado da Aliança Atlântica; e ao justificar com a necessidade de recuperação da autonomia e soberania francesa, limitada pela NATO<sup>19</sup> como Organização de carácter supranacional. Adriano Moreira (2008, agosto 12) acrescenta o facto de Gaulle recusar "...ver a França "autenticamente implicada numa guerra" que, de acordo com o preceito da Aliança, seria considerada uma agressão contra qualquer um dos países aliados integrantes seria de imediato tratada como uma agressão a toda a Aliança Atlântica;". Aliado ao facto de França de ter testado com sucesso a sua primeira bomba atómica, isso iria permitir-lhe recuperar toda a sua anterior autonomia estratégica, pelo que iria proceder à retirada do seu aparelho militar da Aliança com a correspondente subordinação em permanência.

Na sequência da recusa gaulista em não reconhecer uma entidade externa superior à da soberania francesa, nomeadamente em virtude de ter sido chumbado o Plano Fouchet, a França decide assumir-se como independente do supranacionalismo europeu tal como já tinha acontecido com a Organização Atlântica. Nesta ótica, Charles de Gaulle origina um período de crise designado por «Crise da cadeira vazia», devido ao facto do presidente francês, descontente, não se fazer representar em várias reuniões do Conselho, o que bloqueou a capacidade de decisão da Comunidade e ocasionou vários impasses contra resoluções cruciais que teriam de ser tomadas no seio da CEE<sup>20</sup>.

Com a saída de De Gaulle do governo francês surge toda uma nova situação para a política europeia que irá reagir nos anos seguintes ao impasse de então na sua integração.

---

<sup>18</sup> Como a perda de influência na Europa.

<sup>19</sup> Esta política radical de Charles de Gaulle origina um período de crise que obrigou à transferência da sede da NATO de Paris para Bruxelas.

<sup>20</sup> Nomeadamente o veto francês a algumas reformas estratégicas cruciais, como a decisão por maioria qualificada do Conselho de Ministros ou ainda a centralização do controlo orçamental de fundos próprios para a Assembleia das Comunidades. Pode-se assim dizer que De Gaulle tinha uma visão mais intergovernamental, em oposição ao supranacionalismo pretendido pela maioria de Estados da então CEE.

## 2.5 A cooperação depois do impasse

Com a mudança de presidência em França, em 1969, a Comunidade Europeia ganha uma nova dinâmica, nomeadamente pelo constante impasse político provocado pela administração francesa.

De modo a solucionar a inexistência de uma posição oficial europeia a «uma só voz» nos assuntos externos, ainda em dezembro do mesmo ano, depois de uma reunião em Haia, os líderes dos seis países membros dão instruções aos seus ministros dos negócios estrangeiros para estudarem soluções para o problema da unificação política. Consequentemente é apresentado na Cimeira de Luxemburgo, em 1970, o relatório de Davignon, que resultaria no processo designado por Cooperação Política Europeia, [CPE]. Este “implicava essencialmente a realização de consultas entre os Estados-membros sobre questões de política externa”, considerados essenciais a uma pretendida unidade política por forma a facilitar o processo de tomada de decisão (Europa, n.d., parag. 7) (Davignon Report, 1970).

Em 1973, através do relatório de Copenhaga, a CPE, agora a nove elementos<sup>21</sup>, é reforçada com novas recomendações com o objetivo de melhorar as ações concertadas no campo da política externa (Copenhagen Report, 1973).

Considerado como sendo o mais próximo que a Europa Ocidental pretendia de uma política externa comum e embora esta ainda fosse considerada como uma conceção embrionária em início de desenvolvimento, esta cooperação política veio a funcionar inicialmente de forma informal gerando, no entanto, alguns resultados positivos na coordenação da sua posição externa. Os seus reflexos fizeram-se sentir, por exemplo, nas várias sessões da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, [CSCE]. Em 1975 este fórum de consulta passa oficialmente a Organização Internacional, depois da decisiva e importante declaração de Helsínquia, cujo objetivo seria o apaziguamento do clima de Guerra-Fria através de vários acordos que regiam o comportamento e a interação entre os Estados participantes. Entre outros, estas resoluções envolveram a Europa, EUA, Canada e o Pacto de Varsóvia. Segundo José Pereira da Costa “Esses trabalhos duraram três anos e foram a demonstração da possibilidade de uma cooperação muito estreita em política externa e de segurança entre os 9 países que compunham a Comunidade Económica Europeia...” referindo também que “Nunca tinha havido, em política externa, uma tão importante convergência de posições comuns entre os países europeus:” (2012, p. 78).

---

<sup>21</sup> Com a entrada da Dinamarca, Reino Unido e Irlanda.



Poderá então constatar-se a existência de uma crescente vontade europeia em coordenar e desenvolver a sua política externa e mais preocupada com a própria segurança. No entanto haverá que entender que a então conjuntura da Guerra-Fria assim o impunha e que a CPE era, essencialmente, um “processo político de decisão apenas informalmente reconhecido...” (Pereira, 2005, p. 92). Como será explanado mais à frente e muito embora a CPE tenha sido implementada essencialmente por motivos instrumentais, um dos efeitos provenientes desta cooperação foi a criação de uma consciência comum acerca dos assuntos da defesa que viria a motivar mais tarde a implementação de uma Política de Defesa Comum.

Mais tarde e no dealbar dos anos 80, surge a necessidade de ser reforçado o processo da CPE, abrangendo de forma mais coerente os aspetos da segurança europeia face ao evoluir dos acontecimentos internacionais e da permanência da ameaça.

No relatório de Londres para a CPE, emitido em 1981, a Comunidade Europeia a 10 elementos<sup>22</sup>, mostra-se cada vez mais preocupada com o aumento das tensões a nível mundial e com a sua futura intervenção quanto ao influir nas relações e nos assuntos internacionais. É então acordado manter uma polivalência de questões abrangidas pela CPE no sentido de esta continuar a abranger e a permitir a discussão de assuntos tão importantes da política externa como os aspetos da segurança e da defesa; “...although it was quite clear that the distinctions between the political, economic and militar aspects of security were difficult, if not impossible, to maintain.” (Salmon & Sheperd, 2013, p.37) (Report on European Political Cooperation, 1981, p. 2).

Com o plano Genscher-Colombo<sup>23</sup>, emitido no mesmo ano e de iniciativa germano-italiana, é levantada a questão de a CPE se poder estender para além das suas áreas de intervenção, por forma a abranger as questões da defesa europeia que eram quase sempre discutidas no contexto da NATO. Entre outras propostas, é sugerida a criação de uma estrutura de tomada de decisão para os assuntos da CPE sob a responsabilidade do Conselho Europeu<sup>24</sup>, que deliberava acerca destas matérias<sup>25</sup> e a criação de um secretariado para a CPE<sup>26</sup> (Hill & Smith, 2000, p. 120).

---

<sup>22</sup> Com a entrada da Grécia.

<sup>23</sup> Pensado pelo ministro dos negócios estrangeiros alemão, Hans-Dietrich Genscher e pelo ministro italiano Emilio Colombo.

<sup>24</sup> Parte II, n.º1.

<sup>25</sup> Parte II, n.º2.

<sup>26</sup> ParteII, n.º7.

De modo a gerir com maior detalhe assuntos vitais como a segurança europeia, será então levantada a ideia de se constituir, paralelamente ao Conselho, um corpo formado pelos respetivos ministros da defesa.<sup>27</sup>

Uma vez mais, o plano para os assuntos de defesa da Europa sugeria uma transformação da cooperação política para uma política externa e de segurança comum. Contudo, alguns obstáculos foram surgindo quanto à sua concretização, como a oposição de alguns países mais céticos que consideravam ser um passo prematuro. Mazzucelli refere que: “The fact that the initiative never received the support of France effectively sealed its fate.” (1997, p. 38). Também a neutralidade irlandesa assim como a oposição da Grã-Bretanha, que considerava haver a necessidade de manter uma relação mais estreita com o seu aliado EUA, ajudaram a que o projeto não fosse então avante.

Mas apesar deste revés, continuou-se a envidar esforços para a concretização da união política, sendo então apresentada, em 1983, a declaração solene de Estugarda juntamente com as “...declarações dos Estados-Membros sobre os objectivos a alcançar em termos de relações interinstitucionais, de competências comunitárias e de cooperação política.” (Europa, 2010, parag. 4) (Moller, 2008, p.242).

Contudo e em relação aos assuntos da Segurança e Defesa continuou a existir alguma falta de consenso, o que impediu o aprofundamento destas políticas. As intenções europeias ficaram-se então pela coordenação de posições oficiais entre os Estados-membros nos aspetos políticos e económicos da segurança, uma vez que alguns membros da Comunidade continuaram a dar preferência à discussão dos assuntos da defesa mas no seio da NATO que, à data, já tinha provado a sua eficácia e operacionalidade (Stuttgart Summit, 1983).

No entanto, a manifestação para a necessidade da existência de um fórum de discussão para os assuntos militares alternativo à Organização atlântica, veio a resultar de forma inevitável na reativação da WEU. Mais tarde e a convite da Itália, país que já haveria sugerido o desenvolvimento das políticas de defesa europeias, os países membros da WEU aproveitam o 30º aniversário do Tratado de Bruxelas, em 1984, para se reunirem e discutirem o futuro da Organização. Desta reunião resulta a Declaração de Roma, que estabelece como um dos objetivos pretendidos; “strengthen western security and the specifically western European geographical, political, psychological and military dimensions...” (Rome Declaration, 1984, n.º3). Assim a WEU irá assumir-se como uma promissora alternativa à falta de consenso quanto à forma de integração política europeia, mas sempre a pensar que as Forças

---

<sup>27</sup> Parte II, n.º4.

empenhadas à NATO poderiam ser facilmente alocadas para operarem sob o Comando da WEU, o que se revelaria ilusório.<sup>28</sup>

Ainda no progressivo avanço para a construção de uma verdadeira União Europeia, o Conselho Europeu cria um comité *ad hoc*, para os assuntos institucionais, que resultou num relatório final emitido em 1985, contemplando recomendações para a política externa europeia e para a criação de um secretariado permanente para a cooperação política. As recomendações para a Segurança e Defesa são então inseridas, no n.º4, que codifica as práticas e regras para a CPE, embora defrontando-se com várias discordâncias da parte dos seus autores. Serão de destacar, de entre várias recomendações, o apelo para prestar maior atenção aos interesses comuns em matéria de segurança; e para a necessidade em cooperar na indústria do armamento militar (Report to the European Council, 1985).

Esta composição da CPE poderia eventualmente apontar para a criação de uma política de defesa, inserida na política externa europeia, situação que apontava para um avanço estrutural que viria a acontecer mais tarde.

Com a finalização dos trabalhos de preparação é assinado o Ato Único Europeu, em 1986, que entra em vigor no ano seguinte com o principal propósito de relançar o “...processo de construção europeia com vista a concluir a realização do mercado interno.” (Europa, 2010a).

Na área da Defesa será de destacar a inserção da CPE no Ato Único Europeu, através do seu título III, que trata das provisões da cooperação europeia no domínio da política externa. No seu artigo 30º é invocada a necessidade dos Estados-membros formularem e implementarem conjuntamente uma política externa europeia, apelando a consultas periódicas em ordem a convergirem nas suas posições e respetiva tomada de decisão (Single European Act, 1986). Contudo e embora estas iniciativas tenham avançado, não existe ainda qualquer referência quanto ao seu carácter vinculativo, o que afinal poderia possibilitar a ação unilateral de algum Estado e com isso dificultar a execução de uma política externa sólida comum. As questões da defesa constam do seu Título III, artigo 30º n.º6, sendo no entanto bastante vagas e pouco assertivas.

O facto é que, e volvidos cinco anos depois do plano Genscher-Colombo e suas recomendações para a defesa, a Comunidade Europeia pouco tinha avançado neste sentido uma vez que “...estabeleceu-se o entendimento de que a discussão e concertação em matérias

---

<sup>28</sup> Entrevista com Almeida Tomé, participante das reuniões da WEU como Chefe da Missão Militar Portuguesa junto ao Comando Sul da NATO (2015).

de segurança [militar] e defesa só poderiam ter lugar no quadro exclusivo da OTAN.” (Pereira, 2005, p. 93).

Por conseguinte a WEU ganha relevo, ao assumir a capacidade operacional conjunta, tornada cada vez mais necessária e que escasseava no conteúdo dos tratados europeus. Prova desta necessidade foi o estabelecimento da «Plataforma para os Interesses da Segurança Europeia»,<sup>29</sup> produzida em 1987, com o objetivo de desenvolver no seio da Europa uma identidade europeia em matéria de defesa. Neste documento os países membros, comprometidos em construir uma união política de acordo com o Ato Único Europeu, afirmam; “We are convinced that the construction of an integrated Europe will remain incomplete as long as it does not include security and defence” (1987, p. 1).

De facto, a dimensão europeia obrigava a esta necessidade e muitos dos líderes europeus queriam uma Europa que contribuísse para a gestão de crises mundiais, de acordo com o seu peso e capacidade de intervenção no mundo.

Esta consciencialização é catapultada em parte pela influência que o aprofundamento da estrutura europeia, centralizada em Bruxelas, tem sobre os líderes europeus, ajudando a criar expectativas solidárias acerca de uma política externa e de defesa comum para a Europa. Também a NATO contribuiu para criar um conjunto de predisposições comuns que levaram os líderes europeus a pensarem nas questões da defesa mais no sentido coletivo do que no nacional. Desta forma encontramos traços característicos da abordagem construtivista<sup>30</sup> para a Europa, em que o comportamento dos líderes políticos é moldado pelas estruturas normativas e ideacionais com que estes se relacionam; assim, a Política Externa e de Segurança e Defesa europeia será também institucionalizada através desta moldagem de identidades, interpretações e interesses que se tornam comuns (Brown & Ainley, 2012, pp. 122-123).

Entretanto e com o romper da década de 90, perfilam-se novos desafios quanto à política externa europeia e à capacidade operacional da WEU. Com efeito, a Comunidade Europeia passa a considerar como mais prioritária a necessidade de revitalizar a sua estrutura política, o que se concretiza através da assinatura do Tratado de Maastricht. Este documento histórico veio conferir uma nova dimensão à integração europeia.

---

<sup>29</sup> Também conhecida por plataforma de Haia.

<sup>30</sup> Abordagem que rejeita o centralismo estatal nas RI e dá mais ênfase à política comum da organização internacional onde os Estados se encontram inseridos; e consequentemente, às forças globais sociais, económicas, culturais e políticas.

## 2.6 O contexto que levou à institucionalização da Política Externa e de Segurança Comum

Na transição dos anos 80 para a década de 90 assiste-se ao colapso da União Soviética e, consequentemente, ao fim do longo período de Guerra-Fria; o que representou o fim de uma longa ordem internacional e de um sistema bipolar até aí então vigente.

Neste panorama, a Comunidade Europeia parece ter encontrado as condições propícias para a consolidação da sua integração e crescimento, surgindo como um dos principais blocos económicos<sup>31</sup>, depois da assinatura do Ato Único Europeu e do reforço do seu mercado único. Quanto a esta matéria e para além das condições propícias ao crescimento económico, Almeida Tomé destaca também a possibilidade de construção “... de políticas de segurança comum [para a UE] muito semelhantes tanto em estrutura como em estatuto às da sua congénere transatlântica NATO, europeia e o grupo EUA/Canadá.” (2011, p. 141).

De facto, como se irá constatar, a Comunidade Europeia procurou aprofundar a sua estrutura de integração económica e também avançar quanto às suas políticas de Segurança e de Defesa comuns.

De realçar que, com o desmantelamento da União Soviética, esta integração vai contra as previsões realistas que previam “... the imminente disintegration of the EU when the bipolar Cold War structure disappeared, which ... had sheltered the European construction...”. (Merlingen, 2012, p. 13). Ainda neste debate teórico da integração europeia podemos encontrar, no período em consideração, algumas particularidades da corrente do pensamento neofuncionalista da integração regional as quais, através do conceito de ‘Spillover’<sup>32</sup>,

---

<sup>31</sup> Contando com Produto Interno Bruto [PIB] de 6.502.161.755.903 Dólares americanos, em 1990. Por sua vez, o PIB americano, no mesmo ano, situava-se nos 5,979,600,000,000 Dólares americanos (The World Bank, 2015).

<sup>32</sup> Conceito desenvolvido por Ernst B. Haas a partir da doutrina da ‘ramificação’ de David Mitrany. Para Haas, para além das questões técnicas, as motivações políticas e económicas podem iniciar o processo de integração para novas áreas. Assim há uma transferência gradual de competências para uma Organização Internacional sendo este aprofundamento de integração acompanhado por uma maior supranacionalidade. Introduzido por David Mitrany, o Funcionalismo fornece a base essencial para a compreensão da Teoria da Integração e da Cooperação. Segundo este, O Séc. XX será caracterizado por um número crescente de assuntos técnicos e especializados, os quais desfrutariam de melhor tratamento por parte de funcionários altamente especializados do que da parte de políticos que não possuíam as competências técnicas necessárias. Em ambiente de cooperação [caso da Comunidade Europeia] estariam criadas as condições para que essa cooperação funcionasse como teia de cooperação para outras áreas externas, como a das Instituições Internacionais. Nestes termos, o Funcionalismo em si mesmo, constituiria uma possibilidade daquilo que denominou de Ramificação: ou seja, o processo que dera origem à cooperação [em resultado da necessidade antecipada de uma tarefa funcional] iria ele próprio ramificar-se, estendendo-se a outros setores e influenciando as atitudes a favor de uma cooperação ainda mais intensa e criando e alargando um espectro de questões muito mais amplo e integrado das atitudes. Da cooperação funcional resultaria o fundamento para que as Instituições que se baseiam no multilateralismo se consolidassem (Mitrany, 1943).

explicam a integração europeia em novas áreas e com novos atores atraídos pela divulgação de benefícios. Segundo esta explicação, o sucesso da cooperação económica inspiraria a integração em outras áreas e em novos contextos funcionais mais sensíveis e complexos, como a Segurança e a Defesa, num processo de integração contínuo e evolutivo que pretende ir ao encontro do interesse coletivo. (IntegraRI, 2013, 9 de Abril). Trata-se assim de uma lógica de expansão por setores os quais, ao reconhecerem as vantagens da integração apreendidas num contexto de uma nova situação, desejarão beneficiar dessas mais-valias, com essas vantagens a estenderem-se e a generalizarem-se a outros setores.

Entretanto será de realçar que durante o período de Guerra-Fria e depois de várias tentativas mal sucedidas para criar uma defesa e uma política externa integradas, os vários obstáculos e discrepâncias quanto à futura visão de política externa foram impedindo a sua concretização. Deste modo e como refere António Cruz, “E durante cinquenta anos a defesa e segurança da Europa repousou exclusivamente nas capacidades e nas garantias dos Estados Unidos, no seio da Aliança Atlântica...” (2013).

Neste novo clima de segurança aparentemente garantida, depois do desaparecimento do bloco soviético, restava então saber se a Comunidade Europeia continuaria o seu caminho da integração na área económica, deixando para segundo plano os aspetos da defesa; ou se e por outro lado, avançava no sentido de uma maior autonomia e auto sustentabilidade neste setor. Como se irá constatar mais tarde, estes períodos de paz que se avizinhavam “... não produziram nem segurança, nem previsibilidade.” (Moreira, 2012, p. 397).

De facto são vários os fatores que explicam a necessidade dos europeus se emanciparem em relação à sua política externa e de segurança. Almeida Tomé refere que “... por detrás de um grande poder económico se encontra sempre um grande poder militar que lhe serve de garantia política.” (2011, p. 95). Ora, e de acordo com a analogia de Almeida Tomé, o gigante económico europeu, que então procurava uma união política e a sua afirmação na esfera internacional como polo económico de referência<sup>33</sup>, situava-se ainda numa fase onde muito se encontrava por fazer quanto ao credibilizar da sua política referente às relações externas, nomeadamente quanto à sua capacidade geoestratégica de projeção de poder.

Em 1990 François Mitterrand e Helmut Kohl<sup>34</sup> propõem uma política externa e de segurança comum de modo a completar a união política e monetária (Bindi & Angelescu,

---

<sup>33</sup> Sendo o maior espaço de comércio livre do mundo.

<sup>34</sup> Presidente Francês e Chanceler Alemão.

2010/2012, p. 24). Consideradas estas suas propostas no Conselho Europeu de Roma de dezembro de 1990, onde este tema é profundamente debatido, são então delineadas as bases gerais para a política externa e de segurança comum bem como os elementos a ter em consideração quanto ao seu processo de decisão (Rome European Council, 1990, pp. 9-10).

Para além da própria dinâmica do processo de integração europeu que inevitavelmente iria progredir para outras áreas paralelas à económica, os acontecimentos externos à Europa obrigavam igualmente os Estados europeus a desenvolverem as suas políticas externas de modo a enfrentarem de forma eficaz a instabilidade mundial, devido ao surgimento das novas «Ameaças Não-Tradicionais».

Aconteceu entretanto que, ao mesmo tempo que a Comunidade Europeia negociava um novo tratado com a possível inclusão de uma política externa e de segurança comum, o mundo assistia apreensivo à invasão e anexação iraquiana do Kuwait. Esta atitude bélica do Iraque provoca o início da crise do Golfo, defrontando-se então a Comunidade com o seu primeiro grande desafio fora das suas fronteiras, depois da Guerra-Fria. Ao confrontar-se, de facto, com um ato de guerra que requeria uma ação imediata comum, mas ainda com a sua política de defesa em fase de projeto, a Comunidade Europeia verifica então que não dispunha, no momento crítico, de instrumentos para lidar com um conflito externo fora do seu tradicional campo de interesses diplomático e económico<sup>35</sup>. Esta ideia é sustentada por Knud Jorgensen ao referir que “The European Community had not been established to deal with management of out-of-area crisis and lacked the military instruments and decision-making procedures required to deal effectively with this task.” (1997, p. 15).

Por conseguinte os ministros dos negócios estrangeiros e da defesa dos membros da WEU reúnem-se em Paris, em agosto de 1990, para discutir a situação da crise do Golfo e reforçar as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.<sup>36</sup> Um grupo *ad hoc* composto pelos respetivos ministros foi criado para assegurar a “...overall operational concepts and specific guidelines for coordination between forces in the region, including areas of operation, sharing of tasks, logistical support and exchange of intelligence.” (WEU, 1990, parag.8). Mas o acordo conseguido foi difícil de alcançar e de âmbito limitado, o que faria prever algumas dificuldades de entendimento no terreno o que aliás se veio a verificar.

---

<sup>35</sup> Os países europeus ainda estavam limitados pela doutrina defensiva adquirida durante a Guerra-fria e faltava uma adaptação, das suas forças militares, à intervenção armada fora do seu território.

<sup>36</sup> Resolução 660 e 662.

Pouco depois e com o não cumprimento do ultimato imposto ao Iraque pelo Conselho de Segurança, a coligação liderada pelos EUA consegue luz verde para atacar, sendo então iniciadas as hostilidades.

Mas mesmo antes do início da guerra e quanto ao nível diplomático, os europeus já tinham divergido de forma considerável quanto ao objetivo estratégico. Quanto ao nível militar, as divergências foram mais acentuadas e a intervenção da WEU na coligação, solicitada também pelos EUA, acabou por ser revelar um grande desapontamento dada a falta de consenso e de capacidade coordenadora<sup>37</sup>, devido principalmente ao facto de os seus membros acabarem por agir unilateralmente<sup>38</sup>, alguns de forma indireta, e apenas com a França e a Inglaterra a constituírem-se como os únicos países europeus a enviar forças para combate direto<sup>39</sup>. Em relação ao papel da Comunidade Europeia e da WEU no conflito, Jorgensen refere que “...the EC and the WEU did not appear to make a visible difference to the policies pursued by the three great powers. They used the two organizations instrumentally to promote their own preferences...” (1997, pp. 17-24).

Neste contexto a Comunidade Europeia acabou por falhar a vários níveis quanto a este primeiro seu teste em agir como um bloco coeso; algo que teria, inevitavelmente, consequências nas negociações para a política externa e de segurança comum.

Depois do conflito surgiram desentendimentos em assuntos como “... security, majority voting, how to integrate foreign policy into the Community, and whether the philosophical distinction made between security and defence could be abandoned. Different views were also expressed over whether the WEU should be merged with the EU.” (Bindi & Angelescu, 2010/2012, pp. 24-25).

Na sequência do processo negocial e face às exigências impostas por alguns países, entre eles a Grã-Bretanha, relutante em relação a uma política comum de segurança e defesa, os europeus conseguem chegar a um consenso final e assinam o Tratado de Maastricht em 1992 que, entre outras medidas, estabeleceu metas para a livre circulação de bens, pessoas, capitais e serviços (Jorgensen, 1997, p. 21). Com este Tratado e a sua entrada em vigor a

---

<sup>37</sup> Embora algumas missões coordenadas com sucesso nomeadamente no bloqueio naval e depois do conflito.

<sup>38</sup> Também em consequência de outros fatores que essencialmente envolviam os seus interesses e não os da Europa.

<sup>39</sup> Também pelo facto de sentirem uma responsabilidade acrescida por serem membros permanentes do Conselho de Segurança.



partir de 1993 nasce a União Europeia, agora com uma estrutura renovada assente em três pilares estratégicos.<sup>40</sup>

Nesta ótica haverá que destacar, no interior da área de interesse do tema e para a análise do segundo pilar da União correspondente à Política Externa e de Segurança Comum, a sua importância na consolidação do projeto europeu. Com efeito, a sua institucionalização, veio substituir o anterior mecanismo de cooperação europeia nos assuntos externos, com o ambicioso objetivo de:

“... executar uma política externa e de segurança que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum que poderá conduzir, no momento próprio, a uma defesa comum, fortalecendo assim a identidade europeia e a sua independência, em ordem a promover a paz, a segurança e o progresso na Europa e no mundo.”  
(Tratado da União Europeia [TUE], 1992).

Inseridas no título V do Tratado, as disposições para a PESC abrangem todas as questões externas e de segurança relativas à agora União Europeia. O Conselho Europeu define as orientações gerais da PESC<sup>41</sup> e o Conselho, que delibera por unanimidade<sup>42</sup> e toma as decisões necessárias para a definição e execução desta política com base nas orientações provenientes do Conselho Europeu. Cabe à Presidência a representação da União no âmbito da PESC a nível internacional, expressando a sua posição nas conferências e organizações internacionais.<sup>43</sup> No caso dos países membros da NATO, a PESC contempla a compatibilidade com a Organização<sup>44</sup>. Já a WEU continua a ser o vetor de referência principal, “... que faz parte integrante do desenvolvimento da União Europeia...”<sup>45</sup> e que planeia as decisões e ações no âmbito da defesa para a União que são depois adotadas pelo Conselho.

Porém, este novo caráter político e operacional encontra-se situado a um nível muito intergovernamental, dependendo da vontade política e da concordância de todos os Estados-membros. Mesmo assim representa um avanço considerável na política externa e nos assuntos da defesa para a comunidade europeia, mas conferindo-lhe agora uma dimensão política. Com este avanço a Comunidade Europeia pode falar a «uma só voz» de acordo com os seus

---

<sup>40</sup> O primeiro pilar corresponde às três comunidades previamente existentes. A CEE alarga os seus domínios de intervenção, passando a maior parte dos assuntos a serem deliberados por maioria, aplicando-se o princípio da supranacionalidade. O terceiro pilar estratégico corresponde à cooperação política e judiciária em matéria penal.

<sup>41</sup> Art. J.8, n.º1 do TUE.

<sup>42</sup> Art. J.8, n.º2 do TUE.

<sup>43</sup> Art. J.5, n.º1, n.º2 do TUE.

<sup>44</sup> Art. J.4, n.º4 do TUE.

<sup>45</sup> Art. J.4, n.º2 do TUE

interesses, sempre que for conseguido consenso, bem como empreender ações militares conjuntas.

## **2.7 As insuficiências da PESC - O impacto do conflito nos Balcãs**

Conforme já citado, os anos 90 marcaram uma nova etapa europeia em relação ao seu compromisso económico e à sua intenção em se tornar um ator influente e credível na gestão de crises internacionais, através de uma Política Externa e de Segurança Comum.

Efetivamente, o conflito do Golfo expôs as limitações europeias quanto a um consenso que deveria ser comum, levantando muitas críticas à pretendida política europeia de se exprimir a uma só voz, o que acabou por condicionar as negociações relativas ao futuro Tratado de Maastricht. Com efeito e nos assuntos considerados estratégicos de projeção de influência, tem faltado até agora uma maior capacidade coordenadora e um efetivo de forças mobilizáveis, simultaneamente projetável e credível, permanentemente disponível para a resolução e gestão das crises, crises estas que se apresentam cada vez mais multifacetadas e com contornos difusos.

Eis porque o Tratado de Maastricht apenas institucionalizou uma limitada capacidade operacional, mais direcionada para missões de ‘Soft power’<sup>46</sup> ou de ‘Peace Keeping’.

Entretanto a WEU desenvolveu as suas próprias capacidades operacionais, através das missões de Petersberg, em 1992, numa altura em que se equacionava a inserção desta organização na União Europeia, com a finalidade e o propósito de se assumir como a componente defensiva da UE. Estas participações seriam, à semelhança da PESC, da exclusiva decisão soberana dos Estados membros e incluiriam missões de carácter humanitário, de evacuação e salvamento, missões de manutenção de paz e envio de forças de combate para reforçar situações de paz, se entretanto perturbada, bem como missões de paz e de gestão de crises (Petersberg Declaration, 1992).

A juntar-se ao conflito no Médio Oriente o mundo assistiu, e já relativamente perto das fronteiras europeias, ao surgimento de uma grave tensão étnica na região dos Balcãs que ameaçava a paz na região, com tendência para destabilizar toda a área europeia e para colocar em causa a segurança da Europa Ocidental. Daí a necessidade de referir, ainda que

---

<sup>46</sup> Capacidade que um ator de Relações Internacionais possui para mudar as preferências ou comportamento dos outros atores, através de meios mais pacíficos ou indiretos dos que habitualmente são usados no ‘Hard Power’, como o poder militar ou coação económica. Os seus recursos são usualmente a cultura, os valores políticos e a política externa (Nye, 2004, pp. 5-11).

brevemente, o impacto que teve no interior da União. É neste sentido que a compreensão do envolvimento europeu na região dos Balcãs se torna essencial para o entendimento da evolução da Política Externa e de Segurança Comum europeia, pelo que se julga conveniente exarar neste trabalho uma breve análise dos acontecimentos.

O processo de desintegração do Estado multiétnico e multirreligioso jugoslavo representou um desafio diplomático para a então Comunidade Europeia, que se assumiu prontamente como principal entidade mediadora do conflito, sob o peso da responsabilidade de se tratar de um assunto fronteiriço (Juncos, 2005, p. 95).

Embora os esforços europeus para evitar pela via diplomática uma escalada de violência nesta área tradicionalmente conflitual, os combates iniciam-se em 1991, primeiro na Eslovénia e depois na Croácia, com a invasão destes territórios pela Sérvia. A declaração de Brioni<sup>47</sup>, com o objetivo de criar as condições apropriadas para uma negociação pacífica, composta pelas partes envolvidas e uma delegação da CE, não conseguiu alcançar o efeito pretendido uma vez que logo eclodiram os combates na Croácia (Brioni Declaration, 1991).

A típica hesitação inicial europeia, em reconhecer a independência dos dois Estados separatistas tornou-se evidente na fase inicial dos conflitos. Ao apoiar as pretensões separatistas os europeus temiam encorajar a separação de outras zonas multiétnicas no continente, o que aumentou a sua hesitação. Assim, os Estados-membros europeus apresentavam várias divergências em relação à melhor solução para alcançar a paz na região. Como é referido; “In the beginning of the 1990s the EU was unable to reconcile the conflicting views of its member states, who disagreed not only on what to do and how to do it, but also on the very nature of the problem.” (Whitman & Wolff 2012, p. 140).

Tomada a decisão, a posição europeia é refletida nas opiniões emitidas pela ‘Arbitration Commission of the Peace Conference on Yugoslavia’, onde foi assinalada a referência ao respeito pelos direitos das minorias étnicas como principal característica necessária ao reconhecimento da independência dos novos Estados a sair da antiga federação jugoslava (Pellet, 1992).

Consequentemente, a Bósnia apressou-se a fazer um referendo com o propósito de obter o consentimento europeu, embora existisse uma forte contestação interna, proveniente da minoria sérvia. Face ao resultado do referendo, favorável à independência, a UE reconhece o novo Estado mas ignorando a situação das minorias étnicas o que, segundo alguns autores, poderá ter sido o principal catalisador para condenar a Bósnia à guerra. A inexistência de um

---

<sup>47</sup> Assinado a 7 de Julho de 1991.

acordo entre os vários grupos étnicos, condição *sine qua non* para o reconhecimento da independência, segundo Vincent Rigby, “almost guaranteed violence and possibly violated international law.” (1994, parag. 15).

A incapacidade europeia em conduzir o processo foi evidente, não conseguindo evitar que os conflitos e combates se propagassem à região da Bósnia, onde se instalou uma grave crise humanitária.

De assinalar que, no início da crise nos Balcãs, os países europeus envolvidos ainda formavam uma Comunidade, a caminho da união política, sem base legal para uma intervenção fora do campo diplomático. Porém, com a assinatura do Tratado de Maastricht e a criação da recém-criada Política Externa e de Segurança Comum, que envolve todos os seus assuntos de segurança da União, a agora União Europeia passa a ter à sua disposição a capacidade de intervir com meios de ação diferentes dos tradicionais, ou seja, através de ações militares com base legal, numa crise que ponha em causa a sua segurança ou estabilidade. No entanto, a estratégia europeia baseou-se essencialmente na aplicação da respetiva influência económica e na negociação diplomática,<sup>48</sup> tentando influenciar as partes envolvidas a comprometerem-se num cessar-fogo e a negociar, embora sem sucesso.

Verificado que foi o insucesso da União Europeia em terminar o conflito, houve então que apelar à NATO, que sob a liderança dos EUA irá intervir na região por várias vezes, sendo a operação «Força Deliberada»<sup>49</sup>, em 1995, a mais decisiva no teatro de guerra da Bósnia.

Nesta intervenção da UE e ainda quanto à sua participação, é consensual a constatação do seu insucesso, nomeadamente pela revelação daquela que foi a primeira falha da sua PESC. O autor Arikan relaciona este insucesso com a inexistência de uma política comum credível e a falta de uma capacidade militar coligada que permitisse agir como um forte ator capaz de influenciar e controlar as partes envolvidas (n.d., p. 16).

Foi portanto neste contexto negativo que os países europeus chegaram à conclusão que a PESC afinal não possuía os instrumentos necessários para fazer face aos vários desafios internacionais, como se pretendia e fora projetado.

Face a esta falha de afirmação, é então apresentado em 1995 no Conselho Europeu de Cannes, uma nova iniciativa em que um dos objetivos prioritários propostos é o

---

<sup>48</sup> Estes dois instrumentos fazem parte dos «Instrumentos da Política Internacional dos Estados» que são usados “... como forma de exercerem as suas acções de Política Externa inerentes às relações internacionais em que se encontram envolvidos com os outros atores e agentes” (Tomé, 2011, p. 21).

<sup>49</sup> Portugal participou nesta operação na medida das suas possibilidades.

fortalecimento da Política Externa e de Segurança Comum por forma a tornar esta política apta a lidar eficazmente com os novos desafios internacionais. (Cannes European Council, 1995). O Tratado de Amesterdão procurou preencher este requisito.

## **2.8 O Tratado de Amesterdão**

De facto, o debate em volta da evolução da PESC europeia veio a assumir diferentes formas, consoante as posições dos vários países membros da UE. Com o insucesso da PESC a discussão baseava-se à volta da necessidade de um maior supranacionalismo no processo de tomada de decisão que pudesse sobrepor-se à forma intergovernamental predominante até então.

Ainda no debate quanto à defesa, são várias as opiniões que argumentam que a União terá de seguir nesta matéria um caminho mais europeu que a torne cada vez mais independente da sua atual dependência para com a NATO.

Em 1996, a conferência intergovernamental da União Europeia, que teve como objetivo rever o Tratado de Maastricht e preparar a União para um futuro alargamento, refere a necessidade de uma identidade defensiva europeia mais afirmante e credível, face ao fracasso da sua intervenção na guerra da Jugoslávia. Para este objetivo é também referida a importância da WEU, afirmando-se ainda que esta organização é a única instituição europeia competente para lidar com os assuntos da segurança e defesa. (Intergovernmental Conference of the European Union, 1996).

O Tratado de Amesterdão, assinado em 1997 e entrado em vigor em 1999, alterou as disposições do título V referentes à PESC, através da introdução de instrumentos mais coerentes que pudessem suavizar e preencher as inúmeras lacunas existentes. De referir as mudanças mais relevantes daí resultantes: o Conselho Europeu continua a ser o Órgão que define os princípios gerais para a PESC mas agora decidirá também sobre as estratégias comuns a ser implementadas em áreas em que os seus membros tenham interesses comuns importantes; O Conselho decidirá ainda acerca da implementação dessas estratégias, através da adoção de instrumentos de decisão e de atuação, integrando posições comuns que permitam definir a posição da União relativa a uma qualquer situação específica que se profile, bem como para o estabelecimento dos requisitos para a efetivação de ações operacionais conjuntas (Tratado de Amesterdão, 1997).

Estas linhas político-militares de então visavam reforçar a capacidade operacional da UE bem como o seu consenso político de suporte, uma vez que a definição anterior do Tratado de Maastricht era quanto a esta matéria bastante vaga. Houve ainda que ajustar a também sua relação com a WEU, através do desenvolvimento de relações institucionais mais próximas tendo por objetivo final torná-la no seu braço armado, o que implicaria a médio prazo a sua integração na União. Com esta reformulação doutrinária e de estrutura ficaria assegurado um futuro acesso às capacidades provenientes das missões de Petersberg, sendo a União dotada de um substancial reforço quanto ao seu pilar europeu defensivo através da constituição de uma força de defesa que fosse compatível com a congénere Aliança Atlântica. (1997).

De destacar também a criação do posto de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, o Secretário-geral do Conselho, que assiste o Conselho no âmbito da PESC e assessora à sua condução. Com este dispositivo, a representação externa da UE deixa de ser um exclusivo da presidência, portanto e através da criação deste departamento será agora possível assistir e representar a PESC no diálogo externo com terceiros. Este cargo só seria ocupado em 1999, por Javier Solana. Pela sua experiência como ex-secretário Geral da NATO, representou de facto uma mais-valia para o desenvolvimento das políticas de defesa europeia.

Relativamente ao processo de decisão, continua a existir o direito a veto, salvaguardada a cláusula de o Estado que o exercer apresentar motivos importantes da sua política nacional que o justifiquem. Porém, será de salientar, em caso de abstenção e se estas representarem menos de um terço da votação, a decisão pode prosseguir em nome da União Europeia, o que de certa forma representa um avanço na limitação imposta pelo direito ao veto.

Com este Tratado, continua a ser da responsabilidade do Conselho Europeu e do Conselho garantir a implementação destas políticas com a introdução da criação de posições comuns. Esperava-se então que, deste modo, os Estados se conformassem e agissem de acordo com estas posições, de modo a reforçar a posição europeia como um bloco coerente.

Estabelecidas estas novas estruturas, a questão que se passou a colocar foi a de saber se as mudanças provenientes do Tratado de Amesterdão seriam suficientes para por em prática os objetivos estratégicos pretendidos; ou então e mais uma vez, se a Comunidade Europeia reagiria timidamente ao insucesso das suas ações externas, nomeadamente à crise dos Balcãs. Mas o prolongamento da guerra para a região do Kosovo e a incapacidade dos

Estados europeus em travar os conflitos, viriam a demonstrar a continuação das limitações europeias e a evidenciar a necessidade de implementar com urgência as alterações introduzidas no Tratado de Amesterdão.

### **Capítulo III - A revitalização das políticas para a Segurança e Defesa**

Nos capítulos anteriores procurou-se demonstrar a progressão feita pelos europeus nas suas políticas externas e de Segurança e Defesa. Também se verificou que a sua evolução foi lenta e algo indecisa não sendo suficiente para acompanhar os acontecimentos e desafios internacionais por ter faltado essencialmente, até então, o necessário consenso político e a vontade de progredir e de avançar nesta matéria.

Nesta ótica e ao longo do presente capítulo será estudada a transição de pensamento sobre a segurança e defesa, materializada na implementação de uma maior concordância entre Estados para atingirem uma estratégia comum que viria a permitir um expressivo avanço nestas políticas.

#### **3.1 A mudança de mentalidades**

Embora muitas das alterações quanto à área da defesa, consubstanciadas pela revisão de Amesterdão, ainda não contivessem as mudanças institucionais necessárias ao seu pleno funcionamento, a opinião generalizada era de que a Comunidade Europeia, através da WEU e da sua política externa, detinha meios consideráveis de resposta a muitas das crises internacionais que pudessem colocar em causa a sua segurança e os valores que a norteiam.

Contudo e muito embora ainda faltasse implementar muitas das medidas previstas pela assinatura de Tratados, a Europa da União tinha demonstrado até então uma evidente ausência de consenso, o que limitava acentuadamente quanto à sua vontade de agir atempadamente.

Dessa forma, considera-se que teria sido necessária uma congregação de vontades que pudesse levantar as estruturas institucionais que regulassem e efetivamente implementassem as suas ações externas, sobretudo a nível militar.

Ao analisar as posições assumidas pelos vários Estados, sobretudo as da França e da Inglaterra, não poderá deixar de notar-se que estas mesmas posições eram antagónicas, relativamente ao envolvimento institucional europeu em matéria de defesa, o que impossibilitava o progresso das suas políticas.

Efetivamente a França, desde o tempo de De Gaulle e juntamente com outros países, defendia uma emancipação do continente relativamente aos Estados Unidos, em matéria de defesa. Por outro lado um conjunto de países onde se incluíam Inglaterra e Portugal manifestavam-se contrários à duplicação de esforços entre a Europa e a NATO numa perspetiva menos europeísta e mais voltada para o aliado Norte-americano.



Neste tema considera-se realisticamente que, para a União efetivar com sucesso a sua Política Comum de Defesa face às alterações produzidas por Amesterdão, se tornaria essencial uma mudança de perspetiva dos vários países através do alinhamento das suas políticas, visando permitir definir qual o tipo de política de defesa pretendida. Esta consciencialização iria acontecer depois do acordo entre França e o Reino Unido, alcançado no final de 1998 na Cimeira de Saint-Malo. Para tal, contribuiu o desfecho do conflito dos Balcãs, com a já verificada inabilidade europeia para lidar com a situação; o que viria a colocar em causa a credibilidade da sua política externa e de defesa e a consciencializar os líderes europeus de que se tornava necessário imprimir uma realística abordagem à problemática, com a introdução de um fator de mudança mais adequado à então comentada opção europeia de Defesa.

Do mesmo modo considera-se que constituiu fator preponderante para a evolução da componente defensiva europeia no seu todo a entrada de Tony Blair<sup>50</sup> para o governo britânico, que de imediato imprimiu uma mudança de posição da política europeia, tornando assim possível alguma progressão quanto a este tema.

A Cimeira de Saint-Malo parece marcar essa diferença naquela que foi um ponto de viragem histórico no capítulo da Segurança e Defesa europeia. Desta Cimeira franco-britânica surge uma declaração em que estes dois governos chave chegam a acordo quanto à necessidade de municiar a União Europeia com uma capacidade autónoma de decisão e de ação, apoiada por forças militares credíveis, de modo a usufruir da necessária capacidade de resposta quanto ao enfrentamento das crises internacionais, de forma autónoma e sem o envolvimento ou «supervisão» dos Estados Unidos. (St. Malo Declaration, 1998). “É aqui que se prevê transitar de uma identidade de defesa europeia para uma política de segurança e defesa comum.” (Bispo, 2004)

Parecia assim estar ultrapassado o impasse que estagnava este campo de integração europeia, o que permitiu na sua sequência implementar a Política Externa de Segurança e Defesa [PESD].

---

<sup>50</sup> Do lado francófono Jacques Chirac era o Presidente da França.

### **3.2 A construção da PESD e o objetivo militar de Helsínquia para 2003**

Com o objetivo definido de implementar a Política Europeia de Segurança e Defesa para a UE, proveniente de uma nova convergência de vontades, os trabalhos começaram em meados de 1999.

Os Conselhos Europeus de Colónia e de Helsínquia, em 1999, ajudaram a estabelecer as linhas gerais para a construção da PESD, uma vez que o Tratado de Amesterdão não contemplava muitas alterações institucionais necessárias para a sua concretização.

Estes dois Conselhos irão refletir essencialmente a vontade expressa na cimeira de St. Malo e representaram o primeiro passo institucional para a implementação da PESD.

Em Colónia, reafirmou-se o desejo da União se afirmar como agente de segurança individual, com a intenção da concretização de uma forte autonomia que a «libertasse» da forte dependência da NATO. Já o Conselho de Helsínquia, realizado no mesmo ano em seguimento das orientações definidas em Colónia, estabelece o objetivo de, até 2003, ter capacidade para destacar no prazo máximo de 60 dias, durante um período mínimo de 1 ano, forças militares que podem chegar até aos 60.000 efetivos, por forma a desempenhar e suportar as missões de Petersberg previstas pelo Tratado de Amesterdão. Este seria um objetivo bastante ambicioso mas que refletia bem a vontade europeia em constituir a sua própria estrutura militar, referindo, no entanto, que não implicaria a criação de umas forças armadas europeias nem uma duplicação de meios com a NATO. (Conselho Europeu Helsínquia, 1999) (Conselho Europeu Colónia, 1999).

Os trabalhos preparatórios foram continuados no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, que ocorreu em junho de 2000, já com a presidência portuguesa no Conselho, onde é reafirmado o desejo de concluir em 2003 o objetivo acordado em Helsínquia.

Paralelamente ao objetivo militar, em consequência das recomendações anteriores em estabelecer um mecanismo de gestão de crises, este Conselho identifica as “...áreas prioritárias para os objectivos dos aspectos civis da gestão de crises e a identificação dos objectivos específicos para as capacidades da polícia civil.”<sup>51</sup> Neste âmbito, os Estados-membros acordam em trabalhar conjuntamente para, até ao ano de 2003, conseguirem providenciar 5000 forças policiais para efeitos de missões internacionais, no âmbito da prevenção de conflitos e gestão de crises, com a possibilidade de destacar 1000 polícias num espaço de 30 dias. Assim, quer no âmbito militar como no civil, a UE aposta fortemente no

---

<sup>51</sup> Alinea C, n.º11.

desenvolvimento das suas capacidades em destacar forças para o exterior, em número considerável e em tempo reduzido, por forma a poder atuar em todas as missões definidas pelo Tratado da União Europeia. (Conselho Europeu Santa Maria da Feira, 2000).

Para a consecução dos objetivos militares, e uma vez que os efetivos seriam voluntariamente fornecidos pelos Estados-membros, os representantes dos vários países reuniram-se em Bruxelas, em novembro de 2000, para estabelecer um catálogo de Forças disponibilizadas à UE, emitido na declaração para a ‘Military Capabilities Commitment’. Desta reunião estimou-se que, em caso de necessidade, a UE poderia contar com uma cedência de efetivos e meios que poderiam totalizar cerca de 100.000 homens, 400 aeronaves e 100 navios. (Military Capabilities Commitment Declaration, n.d.).

Com efeito estas quantias pareciam pecar por defeito, uma vez que alguns responsáveis acreditavam que os números em meios humanos e material poderiam não corresponder na prática às reais capacidades da UE. A título de exemplo: se um país possuir no seu inventário 40 unidades de um modelo de aeronave, do tipo caça-bombardeiro, não significa necessariamente que estas estarão disponíveis para combate em teatros modernos em caso de solicitação. Neste exemplo das 40 aeronaves e na melhor das hipóteses, apenas 20 se encontrarão operacionais, estando as restantes em fases de manutenção programadas e inopinadas; das restantes 20, 10 serão necessárias para satisfazer as necessidades internas do Estado pelo que das 40 iniciais apenas sobram 10 para disponibilizar. E mesmo estas 10 aeronaves, embora possam ser dispensáveis para o cumprimento de uma missão da UE em caso de destacamento para o exterior, requerem um apoio logístico de abastecimento enorme que o país pode não possuir devido aos constrangimentos económicos e financeiros. Em suma, e uma vez que não existe nenhum órgão de controlo europeu nem tão pouco exercícios militares conjuntos que comprovem a operacionalidade das forças atribuídas e valide competências, este número de meios que os Estados-membros colocam à disposição da União será muito difícil de comprovar.

No entanto, a disponibilidade mostrada pelos Estados permite-nos afirmar que existem boas intenções quanto ao empenhamento dos mesmos no desenvolvimento das suas políticas conjuntas para a defesa, correspondendo de forma bastante positiva aos ambiciosos objetivos propostos.

Na declaração resultante da mesma reunião para a ‘Military Capabilities Commitment’, são emitidos alguns projetos de grande importância para a capacidade operacional e estratégica da União Europeia. Conscientes da insuficiência de meios e da

necessidade de continuar os trabalhos desenvolvidos, será também de destacar a criação do ‘European Capability Action Plan’ [ECAP], em que os Estados concordam em estabelecer um plano de ação com o objetivo de racionalizar os esforços europeus na área da defesa, propondo-se a aumentar a sinergia entre os projetos nacionais e os multinacionais por forma a criar os meios necessários para suportar o objetivo político de Helsínquia. (Military Capabilities Commitment Declaration, n.d.) Este plano recebeu a importante ajuda de especialistas da NATO que providenciaram apoio militar e técnico para a implementação do ECAP. (NATO, n.d., p.7)

Entretanto e terminada a presidência portuguesa no Conselho Europeu, sucede-lhe a do governo francês, com a responsabilidade de continuar os trabalhos desenvolvidos, tendo por objetivo atingir a meta de Helsínquia.

A conjuntura seria a ideal para uma integração europeia a todos os níveis, depois de uma década que ficou marcada pela assinatura de dois novos tratados e onde se assistiu a mais prosperidade e crescimento económico, para além da existência de um consenso social e cultural geral propiciador de uma maior união. A estas oportunidades foi ainda projetada a introdução de uma nova moeda comum que constituiu um passo bastante importante na integração europeia nomeadamente na área económica e financeira. De acrescentar também que com um novo alargamento em vista, as questões da defesa também se mantiveram na agenda dos europeus, com estes a mostrarem-se bastante pró-ativos quanto aos projetos apresentados. O surgimento de novos tipos de ameaças, cada vez mais diversificadas, obrigavam também a uma reflexão mais profunda relativamente aos assuntos da defesa e de segurança geral nomeadamente a externa.

Ainda no ano 2000, novos Órgãos e estruturas político-militares foram criados e cujo desenvolvimento haveria sido previsto em Helsínquia de forma a possibilitarem a orientação política e estratégica da União. Dentro desses Órgãos será de realçar a criação da uma estrutura nuclear, de decisão e execução da sua política de defesa, composta pelos seguintes meios: Comité Político e de Segurança [COPS] “que sob a autoridade do Conselho, irá exercer o controlo político e a direcção estratégica das operações de gestão das crises”; O Comité Militar da UE [CMUE], que se perfila como o mais importante Órgão militar dentro do Conselho de Ministros ao ter como função fornecer ao Comité Político as recomendações necessárias sobre as questões militares e ao dirigir todas as atividades militares da União; e o Estado-Maior militar da UE, que idealiza e produz recomendações e o imprescindível

planeamento estratégico militar em todo o espectro das missões de Petersberg. (Assembleia da República, n.d.) (Official Journal of the European Communities, 2001).

Já no final desse ano realizou-se em Nice mais um Conselho europeu, centralizado no alargamento da União, onde as questões da PESD foram também abordadas. Nas suas conclusões é sublinhada a vontade europeia em se tornar rapidamente operacional neste domínio, sem no entanto serem apresentadas novas propostas. A importância deste Conselho refletiu-se na decisão de institucionalizar os três órgãos militares de decisão e orientação estratégica referidos anteriormente, passando do anterior estatuto interino à situação de permanente já no ano de 2001, ficando aprimorada também a função de cada um. (Conselho Europeu de Nice, 2000).

Entretanto o Tratado de Nice, assinado em fevereiro de 2001, procurou adaptar o funcionamento das Instituições europeias em função de um novo alargamento que já se encontrava em marcha. Contudo verificou-se que a assinatura deste Tratado não proporcionou grandes avanços no âmbito da PESD. De assinalar apenas que foi efetivada a eliminação das disposições de relacionamento entre a UE e a WEU bem como a materialização da criação do Comité Político de Segurança. Efetivamente “Nenhuma forma de cooperação reforçada no domínio da defesa emergiu, ao passo que a questão da criação de um futuro esquema de defesa colectiva continuou em aberto.” (Pereira 2007 p. 181).

De facto, o Tratado não incidiu especificamente sobre as questões da PESD como se esperava, por na altura a UE se encontrar mais centrada no alargamento. (Treaty of Nice, 2001). De destacar no entanto a declaração adotada no Tratado para que a PESD se torne operacional o mais rápido possível. (Treaty of Nice, 2001, p. 77).

Poderá então considerar-se que os dois últimos anos foram bastante produtivos nesta matéria: pela vontade política e pelo empenhamento que os Estados europeus demonstraram. Para Nuno Severiano Teixeira a PESD é formalmente consagrada pelo Tratado de Nice referindo que, nos anos que antecederam a sua implementação, foram dados “... passos concretos, prudentes e sólidos nos diversos planos – institucional, das capacidades, operacional e doutrinário -, tendo mesmo ido além do que estava definido no Tratado.” (2009, p. 216). Os líderes europeus pareciam partilhar desta opinião uma vez que, face à aparente partilha de visão estratégica entre os vários membros e em função dos trabalhos desenvolvidos, o otimismo europeu era evidente e ficou expresso no Conselho Europeu de Laeken, em dezembro de 2001. Nesta última reunião é afirmado que, graças “...ao reforço das suas capacidades, tanto civis como militares, e à criação das estruturas apropriadas no seu

interior, a União tem agora capacidade para conduzir operações de gestão de crises.” (Conselho Europeu de Laeken, 2001).

A despeito da confiança então afirmada, o facto é que se estava até então perante uma operacionalidade parcial uma vez que faltava ainda concretizar uma série de metas para que fosse possível a materialização de todas as missões previstas. Algumas das intenções para o objetivo europeu de Helsínquia exigiam um esforço bastante grande para serem executadas em apenas três anos, por forma a estarem completamente operacionais em 2003. Martin Reichard (2006, p. 226) aponta sobre esta dificuldade referindo que “Most military analysts pointed out already that most of the capabilities which the Headline Goal required were unrealistic to realise by 2003...”. Com efeito, a inexistência de transporte estratégico e consequente capacidade logística de suporte militar, de interoperabilidade entre as forças europeias, da dissemelhança tecnológica no que concerne a área de armamento entre os vários países, e a relação com a Aliança Atlântica, foram questões então analisadas e mantidas em aberto por necessitarem de ponderação e reflexão complementar.

Nesta ótica e por constituir finalidade deste trabalho, será analisada de seguida a forma como a União veio a progredir para a concretização destes tópicos e se conseguiu a sua efetiva materialização, abordado a forma como a União Europeia e a NATO se vão relacionando face às intenções europeias. No final, concluir-se-á com a natureza das consequências desta abordagem para o desenvolvimento da PESD.

### **3.3 O Entendimento/relação com a Aliança Atlântica**

Nos trabalhos que foram desenvolvidos anteriormente, estes refletiam a vontade europeia em desenvolver uma estrutura mais autónoma e independente para a problemática da gestão de crises. Não obstante, o caminho traçado não implicaria, como já fora abordado, a criação de umas Forças Armadas europeias uma vez que essa intenção não era do interesse de alguns. De acordo com Luís Tomé “...o objectivo dos Estados Membros quando lançaram a PESD não era construir uma defesa comum, mas sim implementar um sistema eficaz de prevenção de conflitos e gestão de crises...” (n.d.).

Em relação à NATO, importará referir que o objetivo da UE na busca da sua identidade de defesa não seria demarcar-se por completo da Aliança, criando uma desnecessária duplicação de meios; mas sim assumir-se como entidade capaz de gerir crises internacionais, que pudessem colocar em causa a sua segurança e interesses em cenários em que a NATO não estivesse em condições políticas de ser envolvida, nomeadamente em áreas

imediatamente próximas que seriam primariamente da responsabilidade dos europeus e da sua área de influência.

Embora parecesse que a Europa da União procurava a sua autonomia de decisão e menos dependência em relação à Aliança Atlântica de forma categórica, o facto é que e para todos os efeitos a NATO continuava a ser a forma primária de defesa coletiva dos Estados europeus seus membros e o pilar militar de defesa do ocidente por excelência.

De facto sempre se verificou que quando os europeus tentavam avançar de forma significativa nas suas políticas de defesa surgia um binómio de pensamentos: por um lado, reivindicava a necessidade de uma maior autonomia, enquanto por outro, não se quer colocar em causa as relações transatlânticas com os Estados Unidos. Na primeira linha de raciocínio, Hensel refere que esta autonomia, proporcionada por um maior desenvolvimento europeu nas suas políticas de defesa, se tornou essencial para a concretização dos objetivos internacionais na UE, referindo ainda que: “ The most importante reason for adding a defense dimension to the EU is to compensate for increasing uncertainty about US military involvement in Europe.” (2006, p. 162).

De recordar que a NATO assenta em dois pilares estratégicos que se articulam; o primeiro materializado no continente americano, com destaque para os EUA, funcionando como garantia de todo o sistema; o segundo fixado na Europa, enquanto constituída por vários Estados com diferentes níveis de empenhamento na PESD e na NATO.

O Vice-Secretário de Estado dos EUA Strobe Talbott assume a posição oficial americana em relação à PESD, pouco depois do Conselho de Helsínquia, ao afirmar que:

“As for ESDP, I think I should repeat what I said a moment ago. There should be no confusion about America's position on the need for a stronger Europe. We are not against; we are not ambivalent; we are not anxious; we are for it.”

Mais afirma que “We want to see a Europe that can act effectively through the Alliance or, if NATO is not engaged, on its own. Period, end of debate”. (1999, parag. 15).

No entanto, embora o parecer americano tenha sido positivo, estes não deixam de alertar para as consequências negativas que uma excessiva autonomia europeia poderia ter nas relações transatlânticas. Com efeito, na sua memória ainda estão as controversas relações com a França do General De Gaulle, que lutou por uma maior autonomia europeia que afastasse a influência americana gradualmente, algo que, no entanto, não se enquadra nos interesses da superpotência mundial. Sloan (2000, pp.14-15) apelida a posição americana como um “US

yes, but to the Blair initiative”, significando que, com algumas reservas, aprovam o avanço das políticas de defesa europeias mas sob a égide da influência das iniciativas promovidas por Tony Blair; tudo motivado pela existência das tradicionais boas relações com o Reino Unido, uma vez que este constitui um aliado mais previsível e confiável sempre que se trata de assuntos de defesa ou do desencadear de operações de paz.

Deste modo consideramos que existe interesse, por parte dos EUA, para que a Europa desenvolva as suas políticas e capacidades para a defesa mas desde que não comprometa as relações com a NATO e a influência americana no continente. Nesta perspetiva, os europeus passariam a assumir maiores responsabilidades nas áreas da segurança e defesa europeias, o que permitiria libertar as Forças Armadas americanas do esforço operacional despendido em cenários que deveriam ser unicamente europeus, encaminhando-as para o cenário de crise emergente que se perfila no sudeste asiático; com a ocupação gradual das ilhas e ilhéus do Mar da China, pela Potência China, que não para de reivindicar espaços aéreos e marítimos.

Neste possível cenário, tornou-se necessário criar uma parceria estratégica, segundo os moldes anteriormente referidos, que permitisse a interoperabilidade entre as duas organizações que partilham valores e interesses comuns, de modo a reforçar o papel europeu como entidade autónoma e, por força da projeção do pilar europeu em cenários respeitantes à Europa, tornar mais forte e coesa a própria Aliança Atlântica; destarte equilibrando os pilares de suporte em que assenta referente às duas margens do Atlântico.

Nesta relação UE-NATO tornava-se igualmente necessário estabelecer mecanismos que evitassem potenciais conflitos, nomeadamente quanto à eventual atribuição das capacidades disponíveis da NATO a serem cedidas à União, uma vez que existem países pertencentes a apenas uma das organizações que não se sentem motivadas para a disponibilização de recursos.

Do ponto de vista da NATO Jorge Sampaio (2003, parag. 20) refere que “O principal desafio que se coloca actualmente à NATO é o de acomodar no seu seio o esforço europeu para estabelecer, no quadro da União Europeia, uma política de defesa forte e credível”, reforçando deste modo a própria Aliança.

No sentido de acomodar e de interligar a então nova estrutura de defesa europeia no seio da NATO, a cimeira da Aliança de 1999 realizada em Washington, veio reconhecer a necessidade de desenvolver a identidade de segurança e defesa europeia, com o seu apoio. (NATO, 1999).



Em 2002, a parceria estratégica é formalizada na declaração EU-NATO para a PESD, culminando no ano seguinte com a finalização dos acordos de cooperação entre as duas Organizações, consagradas no acordo ‘Berlim Plus’. Com este acordo estratégico, que tem como objetivo juntar as duas organizações a trabalhar conjuntamente e em sintonia, parceria traduzida afinal numa resposta mais eficiente face ao surgir de uma eventual crise, a UE passava a poder usufruir das capacidades de planeamento, Comando e Controlo, recursos e capacidades da NATO, num cenário de crise liderado pela UE. Deste modo fica ao critério da União a decisão de recorrer aos meios da NATO, em cenários em que esta última não esteja envolvida, tendo em consideração o papel da Aliança e suas capacidades, ao nível geoestratégico, e qual o tipo de envolvimento na região a ser intervencionada.

Para assegurar a transparência no processo de cooperação foram estabelecidos métodos de consulta que envolvem o Comité Político e de Segurança da UE, o Conselho do Atlântico Norte da NATO os Comités Militares da UE e da NATO e o Secretário-geral da Aliança. Assim e em questões que ponham em causa os interesses defensivos europeus, a União assegura a total participação dos membros Aliados europeus não pertencentes à UE, tanto no processo de decisão como na atribuição dos meios e capacidades da Aliança. (Europa, n.d.) (NATO, 2002).

Em consequência dos trabalhos desenvolvidos, ainda no ano de 2003, a UE liderou a sua primeira operação militar, designada por operação Concórdia, na República da Macedónia, utilizando meios e capacidades da NATO. Entretanto a segunda e última missão em cumprimento do acordo de Berlim teve lugar em 2004, no cumprimento da operação Althea, que teve lugar na Bósnia.

Em síntese, poderá considerar-se que e em resposta ao fraco desempenho europeu nos Balcãs, a resolução de Berlim foi criada com o objetivo de dar à UE as condições necessárias para enfrentar um futuro conflito que surja às suas portas, sem a necessidade de intervenção dos Estados Unidos, com a finalidade de cumprir as suas obrigações de defesa alargada.

Neste desdouro e no cumprimento de maior afirmação da UE, considera-se que as operações Althea e Concórdia foram apenas missões de substituição da NATO pela União Europeia no terreno, através da saída dos EUA; portanto um pouco longe do preconizado na resolução de ‘Berlim plus’, como aliás refere Erwan Lagadec; “... as they succeeded NATO missions, did not allow the US to stay away: but only to leave... Ultimately, there has never been a Berlim Plus operation.” (2012, p. 119).

Assim sendo, e muito embora ainda esteja por se verificar a sua efetividade, este acordo pode representar um instrumento útil à disposição dos europeus, quanto ao colmatar das suas insuficiências; o que poderá representar uma mais-valia preciosa na concretização dos seus objetivos. Mas face às condições do memorando, restará saber se os europeus não estarão afinal perante uma sua acomodação aos meios da NATO, maioritariamente do parceiro EUA; o que poderia representar um retrocesso quanto ao seu objetivo final em se tornar um forte ator internacional mais capaz e autónomo quanto à segurança europeia imediata e nas suas proximidades.

### **3.4 O Novo Conceito Estratégico de Segurança e Defesa para a Europa**

O novo milénio veio revelar um mundo em crescente interdependência em que existem cada vez mais atores internacionais que se multiplicaram e passaram a competir entre si pela conquista dos mercados e das fontes de abastecimento; desta forma ampliando e tornando mais complexo o fenómeno conhecido pela globalização, em que as ameaças passaram a perfilar-se como multidirecionais e multifacetadas. Esta crescente “... pluralidade de actores estatais, sub-estaduais e transnacionais que se relacionam entre si”, aliada à “... crescente importância dos factores económicos, sociais e culturais influenciam e vêm condicionar contemporaneamente a capacidade de manobra e o comportamento dos governos” tal como defende a Escola do Transnacionalismo. (A. Tomé, 2011, p. 64) Por conseguinte, a crescente facilidade de intercâmbio e de contactos através das fronteiras têm permitido a mobilização de um número crescente de comunidades o que, aliado ao fenómeno de globalização vulnerabilizou as fronteiras dos países tornando-as, por vezes, meras referências físicas e geográficas devido à sua maior porosidade.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 e as mudanças conjunturais relativamente à emergência de novos fenómenos culturais, ou civilizacionais, alertaram os países para esta fragilidade, levando os europeus a aperceberem-se de que teriam de rever a sua PESD por forma a acompanhar a rápida evolução dos acontecimentos e a contínua aceleração da conjuntura.

Neste sentido, os objetivos estratégicos traçados para a operacionalidade militar europeia afiguram-se demasiado ambiciosos para se tornarem realizáveis em tão curto espaço de tempo; e ainda porque terão de ser adaptados em função dos novos riscos e ameaças, as quais ainda se adicionam as conhecidas limitações existentes.

Também e em paralelo com o desenvolvimento das capacidades militares, uma nova crise no Iraque voltou a expor o que se considera ser a maior fragilidade europeia quanto à sua política de defesa inerente ao surgimento dos grandes desafios internacionais: a «eterna» falta do necessário consenso político.

Com efeito a administração Bush, com a sua mais recente instrumentalização dos seus meios de política externa para lidar com as novas ameaças baseada na prevenção e no unilateralismo, esteve na origem de uma crise que viria a terminar com a invasão do Iraque, através da operação ‘Iraqi Freedom’; operação que viria a ter um impacto considerável nas relações interestaduais europeias. Sem entrar em muito detalhe acerca deste conflito será de realçar que, tal como a guerra nos Balcãs, também esta operação levantou divergências diversas entre os vários países europeus “... by exposing deep and fundamental conflicts of interest among EU member states”. (Hensel, 2006, p. 162). Para Costa a divisão europeia consistia “...entre aqueles que apoiaram a estratégia belicista e unilateral do presidente W. Bush e os que, mais prudentes, pretendiam um consenso no seio das Nações Unidas antes da implementação de uma qualquer acção” (2012, p. 86).

Foi esta divisão durante a crise Iraquiana que mais uma vez inibiu a Comunidade Europeia de falar a «uma só voz» e de assumir uma posição firme, o que levantou novamente muitas críticas e dúvidas respeitante à sua homogeneidade e consenso político e se refletiu ainda na estratégia a seguir quanto a uma defesa comum. Nas palavras de Jean Heine “One of the major reasons why the EU was so divided in the case of Iraq was its lack of strategic reasoning” (n.d., p. 7).

Tal como acontecera com a inaptidão europeia em conflitos anteriores, também esta nova crise deu origem a um período de ponderação que acabou por se revelar impulsionador da criação de uma nova estratégia face à resposta dada pelos países europeus. Tratou-se afinal do comprometimento futuro em novos conflitos e missões de manutenção de paz e, essencialmente, na criação de um novo conceito estratégico que, na verdade, já se justificava face à nova conjuntura e panóplia de ameaças emergentes.

Em resultado das reflexões europeias para uma nova estratégia comum é emitido então um documento de referência, adotado em Conselho Europeu em dezembro de 2003, com uma nova visão para a segurança e defesa que teve a contribuição do Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, Javier Solana. Esta manifestação fala sobre o ambiente de segurança na Europa, os objetivos estratégicos e as implicações políticas para o continente. No seu texto é mencionado mais uma vez a inevitável responsabilidade europeia

na segurança mundial, face ao seu peso militar mas principalmente económico na cena internacional. Face ao novo contexto internacional o documento define as novas ameaças como mais diversificadas, menos visíveis e menos previsíveis (European Security Strategy, 2003, p. 3).

O terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição maciça, os conflitos regionais, governos falhados, o narcotráfico e o crime organizado<sup>52</sup> são agora apontados como os maiores constrangimentos à segurança europeia. Suprimir estas últimas ameaças é agora uma prioridade que deve ser alcançada através da adaptação do sistema defensivo europeu, substituindo o da doutrina defensiva proveniente do período de Guerra-Fria, uma vez que um ataque direto a um Estado membro é, à data da conceção do documento, considerado improvável.

São referidos, no texto, três objetivos estratégicos principais. O primeiro inclui medidas com o propósito de anular as ameaças identificadas; o segundo objetivo fala da importância da boa governança e estabilidade nos países fronteiriços de modo a evitar futuros conflitos que coloquem em causa a segurança europeia, sendo atribuída especial atenção ao Mediterrâneo e ao conflito israelo-árabe; e finalmente o terceiro objetivo, cita o compromisso europeu em fazer valer a lei internacional, através de um sistema multilateral sob a égide das Nações Unidas.

Para poder funcionar, a nova estratégia para a segurança europeia deve ser baseada mais na prevenção e na defesa das denominadas fronteiras de segurança instaladas fora da Europa; pelo que deverá atuar por antecipação e de forma rápida e contundente, sem esquecer os tradicionais meios políticos, diplomáticos e económicos.

Consequentemente e em função destas novas diretivas será necessário rever os objetivos para a PESD por forma a adaptá-la ao novo ambiente internacional. Segundo Haine “This document could constitute the first awakening of Europe to unpleasant world realities.” (n.d., p. 8).

Poderá então verificar-se que apesar das divergências provocadas pela Operação no Iraque, a Comunidade Europeia mais uma vez procurou adaptar-se e dar uma resposta mais realista face ao evoluir dos acontecimentos, tendo por objetivo transparecer-se como um ator internacional credível na resolução de crises. Citando Croci & Verdun (2006, p. 63), “It is

---

<sup>52</sup> O terrorismo transnacional, o narcotráfico e o crime organizado transnacional são classificados em Relações Internacionais como «Ameaças Não-Tradicionais».

impossible to imagine Saint-Malo without the Balkans, or the EU's security strategy without Iraq”.

O desafio que se coloca agora é o de saber como os europeus irão conseguir adaptar os objetivos da PESD em função da nova conjuntura, do seu novo conceito estratégico e da vontade política para concretizar o conceito adotado.

### **3.5 Adaptação dos objetivos para a PESD; a meta para 2010**

Na continuação da definição dos aspetos fundamentais da estratégia global da UE para a sua política de segurança e defesa através do período considerado, alicerçada numa nova filosofia preventiva e na experiência operacional proveniente das várias missões conjuntas em que os europeus participaram, tudo obrigou a uma inevitável reformulação dos objetivos, que estivessem mais de acordo com as suas reais capacidades militares.

Recorrendo aos termos logísticos atuais, aplicados ao emprego de forças, constatamos que:

“The presence of forces in locations with little or no Host Nation support at greater distances than previously necessary, operating along extended and perhaps very limited lines of communication, placed an emphasis on deployable logistic capabilities. In addition, assured access to strategic lift (i.e., aircraft) and deployable logistic enablers became crucial.” (NATO, 2012)

Esta definição faz refletir acerca do propósito europeu em estabelecer uma capacidade operacional, de 60.000 homens destacáveis, no prazo de sessenta dias. Do anterior, a definição de tal objetivo ficou claramente condicionado pela falta de capacidade em lidar com o conflito nos Balcãs, o que levou os europeus a uma precipitada necessidade de resgatar a sua credibilidade por forma a colocarem-se num espaço de relevo a nível da segurança mundial. Embora os Estados-membros colocassem estas forças ao dispor da UE, o problema residia essencialmente na sua falta de capacidade de transporte estratégico para teatros hostis com aterragem em pistas não preparadas; bem como em estabelecer uma linha de apoio logístico eficaz, por a maior dificuldade residir na falta de transporte aéreo estratégico. Findo o prazo para a meta de Helsínquia para 2003, surgiram então muitas dúvidas quanto à conclusão desta intenção, face à inexistência de uma adequada capacidade de projeção de forças e do seu suporte a cargo da União. O Conselho para os assuntos gerais e relações externas, em maio de 2003, reconhece algumas destas limitações, afirmando que “...the EU

now has operational capability across the full range of Petersberg tasks, limited and constrained by recognised shortfalls” (General Affairs and External Relations, 2003).

Foi esta consciencialização das suas incapacidades, juntamente com os acontecimentos que tinham decorrido nos últimos três anos que fizeram os europeus repensar os seus objetivos.

Após a crise política gerada pela guerra no Iraque os europeus, tal como acontecera previamente no seu processo de construção política, tentaram adaptar-se à nova conjuntura, recorrendo a formas para melhorar a operacionalidade das forças militares europeias; o que viria a refletir-se nas seguintes operações conjuntas, essencialmente em África e nos Balcãs e em novas propostas para tornar a PESD mais funcional.

Relativamente à construção da sua operacionalidade, a questão que se colocava era se faria sentido apostar em capacidades para operar com contingentes numerosos, por forma a lidar com uma grande crise, afirmando-se como ator ‘Hard Power’; ou então e face à nova arquitetura de ameaças, a UE deveria antes apostar em várias forças de menor dimensão e mais flexíveis, dotadas da capacidade de responder rapidamente e por antecipação aos novos desafios estratégicos e táticos.

O relatório estratégico para a segurança e defesa apontava a segunda opção como o caminho a seguir juntamente com uma política de diálogo e de cooperação que afastava a ideia do ‘Hard Power’ europeu.

Era reconhecido no documento que nenhum país ou potência se encontrava em condições de resolver, por si próprio, os problemas da humanidade, mas apela-se à respetiva participação na segurança mundial através da assunção das suas responsabilidades. Com este conceito em mente, o novo plano de intervenção militar passava por diminuir o tempo de reação das forças europeias em ocorrências que colocassem em causa os seus interesses e segurança, nomeadamente quanto à inerente segurança alargada ou afastada. Para alcançar esta meta os Estados-membros ainda precisariam de melhorar uma série de aspetos operacionais, alguns destes já identificados para o objetivo de 2003, como o suporte e o transporte logístico aéreo, a flexibilidade de emprego, a interoperabilidade dos meios e a normalização de todo o sistema de Comando e Controlo, incluindo a implementação de um sistema ‘C4ISR’<sup>53</sup> conjunto.

Para os países europeus, no que respeita aos seus diferentes conceitos operacionais, haveria a considerar ainda outro fator que poderá sempre implicar sensíveis dificuldades na

---

<sup>53</sup> Refere-se a Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Informações, Vigilância e Reconhecimento.

consecução da desejada interoperabilidade entre os diferentes países: esse item referia-se à falta de equipamento militar tecnologicamente semelhante, ou não estandardizado; esta lacuna haveria de ser colmatada, mais tarde, com a criação de uma Agência Europeia de Defesa.

Também a experiência europeia, adquirida na operação Artémis, ajudou a identificar as áreas a melhorar. Esta operação, embora de iniciativa maioritariamente francesa, foi a primeira grande missão liderada pela UE fora de território europeu, concretamente na República Democrática do Congo, o que constituiu mesmo assim um marco importante no quadro de desenvolvimento da PESD, indo ao encontro do seu novo conceito estratégico de defesa.

Em consequência da experiência encorajadora das missões em termos de cooperação e colaboração no continente africano e na região dos Balcãs, e ainda pelos fatores referidos anteriormente, um novo conceito de operação direcionado para missões de pequena dimensão começou então a surgir em 2004. A partir dessa data, a UE preparou-se para adquirir capacidades acrescidas e para a possibilidade de enviar rapidamente forças de contenção dotadas da capacidade de atuar em vários cenários simultaneamente, com cerca de 1500 homens, efetivos empregues na operação Artemis. Este objetivo tornou-se então mais realista e fácil de concretizar devido à progressão das suas capacidades operacionais e também ao nível de comprometimento político demonstrado até essa data.

Nesta análise, considera-se que esta finalidade não representa um recuo funcional mas antes uma exigência de confrontação europeia à sua dimensão e capacidades, que só foi possível perante a aceitação da NATO em intervir como parte integrante da sua estrutura defensiva para missões mais exigentes. Esta ideia é defendida por Croci & Verdun ao referirem que “... the Union has accepted the need for its defense policies to be closely linked to NATO, and has rejected the more ambitious aspirations of some of its member states.” (2006, p. 63).

O novo conceito operacional resultou de um pacote de medidas, adotadas no Conselho Europeu de junho de 2004, que procuravam preencher uma série de requisitos operacionais a serem concluídos até 2010, em função do novo Conceito Estratégico para a Segurança; requisitos que pudessem cumprir e serem compatíveis com as missões de Petersberg. Este novo objetivo para 2010 tinha na sua génese o pressuposto da intenção da UE em conseguir lançar uma operação num período de cinco dias, em resposta a uma crise. Uma vez tomada a decisão e quanto ao acionamento das forças destacáveis, haveria que colocá-las no terreno num prazo máximo de dez dias. (Headline Goal 2010, 2004).

Esta força, também conhecida como ‘Battlegroups’, teria a dimensão aproximada de um batalhão, com forças multinacionais dos diferentes Estados, que ficavam à disposição por um período de seis meses. Findo este período estaria prevista uma rotação em que outros membros colocariam os seus efetivos à disposição. Como refere o documento, melhorar a interoperabilidade, a capacidade de destacamento e de sustentação no terreno das forças europeias seria o objetivo central dos Estados membros.

De notar entretanto que o documento parece ignorar o objetivo anterior de destacar uma força de 60.000 homens num prazo de 60 dias, em prol do novo conceito ‘Battlegroups’, para fazer face às missões de Petersberg. “It is hard to say whether this constitutes a silent dropping of that previous goal...” (Reichard, 2006, p. 231).

De recordar que os acordos ‘Berlim Plus’, obtidos com a NATO, já representavam um importante conceito posto à disposição dos europeus, mas sem constituir, no entanto, uma capacidade própria da UE. A União procurava assim estabelecer as metas que lhe permitissem suportar uma ou mais operações simultâneas, de forma autónoma, fora do seu território e em tempo mínimo. Desta forma os europeus recuavam no seu plano de quantidade em função da qualidade e rapidez.

Entretanto esta ideia, proveniente do novo conceito estratégico de defesa europeu, não era inovadora. A força de reação rápida europeia era bastante parecida ao conceito criado pela Aliança, através da NATO Response Force [NRF],<sup>54</sup> que derivava do novo conceito estratégico da NATO, direcionado para o combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição massiva (NATO, 2015).

O Tenente Coronel Nuno Silva já referia que o conceito Battlegroup “...permite que a União Europeia passe a dispor de Forças aptas, capazes, treinadas, e com uma prontidão muito elevada.”. No entanto alertava para o facto de o novo conceito estratégico continuar a depender da voluntariedade dos Estados membros em relação às forças e comandos necessários para essas operações (2005, p. 5).

Nesta ótica, verifica-se os esforços da NATO e da PESD para convergirem num conceito concetual e operacional que fosse semelhante.

Entretanto e já tendo em conta a constituição do objetivo para 2010, será de destacar também a criação, prevista para 2004, de uma Agência Europeia de Defesa que desenvolvesse

---

<sup>54</sup> Força multinacional com alto grau de prontidão, tecnologicamente avançada, e logisticamente autónoma, É composta pelas componentes aéreas, marítimas, terrestres e de forças especiais, pronta para destacar num período de tempo muito curto sempre que necessário.



as capacidades militares europeias de forma a torna-las mais eficientes, compatíveis, flexíveis e credíveis.

“A Agência tem por missão apoiar o Conselho e os Estados-Membros nos seus esforços para aperfeiçoar as capacidades de defesa da União Europeia na área da gestão de crises e apoiar a PESD na sua actual configuração e na sua evolução futura.” (Jornal Oficial da União Europeia, 2004).

Esta agência veio a desempenhar um papel fulcral na capacidade militar europeia ajudando a colmatar uma série de dificuldades operacionais, identificadas anteriormente neste trabalho, como sendo: a falta de uma doutrina operacional semelhante; e o problema do armamento dissimilar maioritariamente de fabrico não europeu. Permitiu ainda ajudar a estabelecer medidas de cooperação para promover a pesquisa e desenvolvimento no setor da indústria de armamento, integrando as economias de escala.

Em consequência de um maior desenvolvimento no setor da indústria da defesa, surgiram então vários projetos europeus visando colmatar as suas lacunas, sendo de destacar no aeroespacial; os projetos Eurofighter, Gripen e Rafale. Estes três caças de 4ª geração apresentam características únicas de manobrabilidade, precisão e de avançadas tecnologias, constituindo sistemas de armas poderosos e de elevada capacidade de atuação em cenários hostis.

Também aqui se constata as divergências europeias em apostar em tecnologia própria ou continuar a importar armamento essencialmente americano. De destacar que a European Participation Air Forces [EPAF], da qual fazem parte Portugal, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos, constitui uma comunidade de países que operam a aeronave de fabrico americano F-16. A EFAP tem sido apontada como um exemplo a seguir pela forma como os países, de forma conjunta, partilham doutrina e atualizam as suas plataformas aéreas. Desta forma foi assegurada a interoperabilidade, uma vez que um piloto português de F-16 poderá operar, por exemplo, um F-16 Belga num cenário hipotético de uma operação conjunta, em missões com pilotos das diferentes seis nacionalidades, em que todos se encontram sintonizados e treinados quanto à mesma forma de operar, pelas semelhanças de plataforma e pelo treino de semelhante doutrina vigente.

Estes países mostraram-se relutantes em apostar nos próprios projetos europeus, com a maior parte deles a considerar continuar a adquirir nesta área armamento americano, em que se poderá destacar o novo projeto da Lockheed Martin, o avião de caça F-35.

Este tipo de operação conjunta só é possível através da confiança e das relações de cooperação desenvolvidas pelos países EPAF, que permitiu um sucesso enorme em termos de custo de operação e de interoperabilidade. Este grau de confiança e de abertura não é visto, por exemplo, entre os países europeus que operam o avião de combate ‘Eurofighter’, uma vez que os seus operadores ainda demonstram reservas na partilha de informação. A França, país que sempre apostou no seu armamento próprio, começou por entrar no projeto ‘Eurofighter’ acabando por desistir e apostar numa conceção própria, a aeronave ‘Rafale’, atitude que suscitou muitas críticas.

Estes exemplos são apenas demonstrativos da existência de uma competição «nacionalista» entre os países europeus na área militar, e da falta de consenso em apostar em projetos e partilha de informação comum que possam constituir uma mais-valia para todos e evitar redundâncias.

Por último haverá a salientar outro projeto europeu de grande expressão: a aeronave A-400M que procurou preencher uma das maiores lacunas europeias, materializada no transporte estratégico a médias e longas distâncias. Também esta aeronave não adquiriu o consenso da maioria e acabou por ser um programa com muitas adversidades e atrasos. Portugal chegou a entrar no projeto de desenvolvimento, com o objetivo de substituir os velhos C-130 mas, e tal como o Eurofighter e o helicóptero NH-90<sup>55</sup> viu-se obrigado a desistir, por razões essencialmente financeiras.

A situação portuguesa espelha bem os resultados que a recessão económica provocou em muitos dos projetos europeus, com os países a verem-se obrigados a recuar no seu ‘procurement’ militar; o que veio introduzir consideráveis perturbações nos seus projetos e em muitas das suas intenções. Mesmo assim, destacam-se os trabalhos desenvolvidos no âmbito da PESD, desde 1999, a nível operacional, institucional e doutrinários.

No capítulo seguinte e numa breve reflexão, serão abordados alguns dos impactos decorrentes da crise financeira instalada na Europa no setor da defesa, bem como apontadas algumas das soluções propostas.

---

<sup>55</sup> Helicóptero militar muito versátil de fabrico europeu que esteve para ser adquirido para o Exército Português.

## **Capítulo IV – A crise económica e o conceito de ‘Pooling and Sharing’**

No último decénio foram entretanto feitos progressos significativos no quadro da Segurança e da Defesa europeia, nomeadamente com a implementação da PESD. Os objetivos foram traçados de acordo com o novo Conceito Estratégico e, no seguimento das novas diretivas para a defesa, começaram a surgir novos projetos para colmatar as lacunas europeias a nível militar. Mas com a grave crise económica que se instalou no continente europeu os orçamentos para a defesa dos Estados-membros sofreram reduções significativas que vieram afetar todo o processo. Neste sentido surge um novo conceito, o ‘Pooling and Sharing’, com a premissa de melhorar operações integradas com mais reduzidos orçamentos, para e face aos constrangimentos tornar a UE minimamente eficiente.

Neste ponto de vista, serão analisadas as origens e as consequências da crise económico-financeira na Europa, seu reflexo na área da defesa e as possibilidades do ‘Pooling and Sharing’ na dinâmica de integração.

### **4.1 Impactos decorrentes do contexto de contenção orçamental na capacidade das Forças Armadas**

Provocada pela bolha financeira ocorrida nos EUA com início em 2007/8, a Europa passou então a encontrar-se no dealbar de uma crise da qual ainda hoje se sentem os efeitos. Como consequência, houve um rápido alastrar dessa crise para os sistemas financeiros e para a economia à escala global, que começaram a atingir o “velho continente” a partir de 2008.

O primeiro sinal de crise financeira, registado em 2008, foi a falência do banco de investimento «Lehman Brothers», nos EUA, que despoletou o início do que então se assemelhou a um colapso geral do sistema financeiro norte-americano. Para além do referido, outras grandes instituições financeiras nos EUA foram atingidas pelo vórtice das consequências provocadas, como a ‘crise do subprime’<sup>56</sup>. Devido à atividade bancária de financiamento e com as mais importantes economias dependentes do Dólar, a que se associou o jogo da especulação inerentes aos mercados financeiros, muitos bancos correram enormes riscos, nos Estados Unidos e na Europa, provocando nesta última impactos que iriam repercutir-se nos anos seguintes e de cujas consequências ainda não recuperou.

---

<sup>56</sup> Trata-se de um crédito à habitação de alto risco que se destina a uma fatia da população com rendimentos mais baixos e uma situação económica mais instável. A única garantia exigida nestes empréstimos é o imóvel e mesmo que o credor não tenha capacidade para liquidar a dívida, desde que o imóvel continue a valorizar, a situação continua a ser rentável para a entidade credora.

Com a crise financeira instalada, acentuou-se a falta de liquidez e de confiança por parte das instituições financeiras, tendo surgido de imediato a necessidade premente de aumentar as reservas dos bancos.

Verificando-se que a economia mundial se tornou crescentemente interdependente, no que se designa por economia mundial integrada que surgiu com a expansão do comércio internacional no Séc. XX, a crise que surgiu nos EUA teve consequências na Europa. Como refere Almeida Tomé, “... qualquer anomalia que ocorra na economia dum país com suficiente projeção se transmitirá rapidamente às outras dos vários países ao longo da actual estrutura económica...” (2011, p. 99).

A desconfiança em relação à sustentabilidade financeira dos países da União Europeia começou então a aumentar, o que fez com que diversos bancos ficassem excessivamente prudentes nas suas intervenções transacionais, passando a restringir o crédito a pessoas, associações e empresas.

Os indivíduos deixaram assim de adquirir bens e serviços, motivando um período de redução e de contenção da despesa, facto que se refletiu nas empresas ao serem incapazes de vender os seus produtos, ou então perdendo nichos dos mercados.

Para além dos juros mais altos, os Estados viram a sua capacidade de recolher receitas drasticamente reduzida, por via de impostos diretos e indiretos, tornando incomportável a manutenção dos mesmos níveis de despesa pública. O aumento da despesa pública e a rigorosa redução da receita resultaram num aumento do défice orçamental em diversos estados europeus, sujeitando a aceitação de financiamento nos mercados internacionais a taxas de juro elevadas e a uma subsequente acumulação de dívida pública.

Eric Toussaint, na apresentação das conclusões da auditoria à dívida grega, apontou a raiz do problema à atividade bancária privada que, ao endividar-se em excesso a partir de 2000, deu início ao processo de crise. O mesmo especialista critica a forma como os governos europeus, apoiados pela Comissão Europeia, decidiram injetar grandes quantidades de capital para salvar os bancos privados. A Grécia, tal como Portugal, Irlanda e Espanha viram-se perante um ataque especulativo, por culpa destes governos assumirem a culpa das dívidas privadas, daí resultando a subida dos juros para níveis insustentáveis (Toussaint, 2015).

Posteriormente, a crise financeira deu lugar à crise económica, tendo afetado gravemente a economia real que arrasta consigo a crise social que se encontra na origem dos protestos que têm ocorrido por toda a Europa.

Segundo Francisco Luiz Corsi, esta crise pode ter colocado em causa o sistema atual neoliberalista, afirmando que “Governos liberais estatizaram parte do sistema financeiro de seus países. Medidas protecionistas são defendidas e adotadas.” (n.d., p.44).

Bendit & Verhofstadt consideram que, com a crise económica, a Europa corre “... o risco de assistir a uma desintegração lenta mas inexorável do laço transatlântico e da marginalização do Velho Continente.” O que e face aos riscos e ameaças que se perfilam, originaria uma situação altamente perigosa a médio prazo. (2013, p. 15).

Numa situação de crescente pressão sobre o poder de compra da população em geral, quer através de aquisições indiretas através da carga fiscal, quer por via direta através de reduções salariais significativas, fórmula simplista adotada pelos responsáveis políticos, estes depararam-se com uma enorme pressão dos seus cidadãos visando a redução da despesa pública. Assim, diversos governos europeus têm optado por proceder à redução das verbas destinadas às Forças Armadas e às de Segurança, tentando, tanto quanto possível, privilegiar os orçamentos destinados a setores considerados mais sensíveis aos olhos da generalidade da opinião pública, como os da educação e saúde e descurando nas novas ameaças que se perfilam contra a Europa.

Como afirma Pimenta (2009, 31 de Janeiro) “Numa altura de crise económica como a que vivemos, falar em investimento ou reequipamento das Forças Armadas (FA) será para muitos, impensável e para outros tantos até escandaloso. Certo será que a opinião pública não será favorável.” Face a este ambiente de desacreditação, as Forças Armadas europeias terão que enfrentar o seu maior desafio, cabendo aos líderes políticos gerir os seus orçamentos, sem colocar em causa a segurança dos seus países.

Para Almeida Tomé, o desinvestimento nas Forças Armadas, tem sido usado como uma propaganda política irresponsável. Tudo porque, muitos Partidos com assento nos parlamentos europeus, nomeadamente todos aqueles à esquerda dos Partidos Socialistas<sup>57</sup> dos

---

<sup>57</sup> Alguns exemplos que comprovam esta política encontram-se espelhados nas posições oficiais e nos programas eleitorais do Bloco de Esquerda [BE] e do Partido Comunista Português [PCP], que criticam o investimento nas Forças Armadas e a sua modernização. A título de exemplo; “A compra dos dois equipamentos [submarinos da Marinha Portuguesa] é, para os bloquistas [e PCP], uma opção errada, sobretudo no actual momento que vive a sociedade portuguesa” (TSF, 2010). Recordamos também as críticas do PCP à compra da esquadra de F16s da Força Aérea Portuguesa, que, como referiu o deputado João Amaral, são “caros meios militares que nada acrescentam à defesa nacional e só servem para o Governo passear vaidades” (Avante, 1998). Estes dois partidos, juntamente com outros partidos de esquerda de menor dimensão, também criticam os exercícios militares levados a cabo pelas forças armadas portuguesas no seio da NATO e defendem a saída de Portugal da Aliança Atlântica. Estes exercícios conjuntos são de extrema importância para manter as Forças Armadas preparadas para atuarem nos cenários modernos de conflito, melhorar a sua interoperabilidade e garantir a sua prontidão operacional. Recordamos, entre outros, as críticas do BE e do PCP ao exercício ‘Trident Juncture 2015’, que teve lugar em Beja.

vários países, em estreita associação com certos meios de comunicação social, desenvolvem estratégias indiretas sob mandato de poderosas internacionais a quem interessa o desarmamento do Ocidente; estas posições têm sido afirmadas em plenas discussões sobre Segurança e Defesa nos próprios Parlamento e Comissão Europeia (A. Tomé, 2013). Esquecem-se com frequência, deliberadamente ou não, que a História sempre tem ensinado que as Forças Armadas de um Estado funcionam como uma garantia de «seguro de vida», que se tem que pagar regularmente, na hipótese que muitos consideram sempre improvável de um dia ser necessário recorrer para resolver os problemas de sobrevivência do Estado Nação (Tomé, 2013).

Na abertura do ano solene do Instituto de Estudos Superiores Militares [IESM] do Curso 2011/2012, momento em que pela primeira vez se dirigiu às Forças Armadas portuguesas, o então atual Primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho indicou na sua intervenção que uma das linhas de ação para a estruturação das Forças Armadas passa por clarificar e determinar quais são os meios e equipamentos militares essenciais (2012). Na abertura solene do ano letivo 2012/2013, do IESM, o ministro da Defesa Nacional, José Aguiar-Branco, reforçava esta ideia, referindo ainda que “Qualquer Ministro da Defesa Nacional gostaria de dar aos seus homens e mulheres as melhores condições, os melhores meios, os melhores equipamentos, mas todos conhecemos a situação que o país atravessa.” (2012).

Na gestão estratégica militar, a questão dos recursos coloca-se principalmente ao nível da relação entre os objetivos definidos e os meios disponibilizados para os alcançar, devendo ser encontrado um ponto de equilíbrio mínimo, para que não se coloque em causa o cumprimento das missões em que são empregues sistemas de armas atualizados e de última geração que obrigam à incorporação de elementos humanos altamente especializados e respetivos custos de formação e treino.

O Tenente Coronel Rui Vieira, relembrou durante a palestra «O paradigma genético no processo de adaptação das Forças Armadas», num quadro de elevadas restrições orçamentais, obriga a identificar os meios críticos indispensáveis ao cumprimento da missão, considerando serem os meios críticos “aqueles que sem os quais existe um claro risco de falha no cumprimento dos objetivos definidos” (2012). Por conseguinte, quem executa tem que conseguir identificar aqueles meios críticos para o cumprimento das missões. E a quem compete definir objetivos estará reservada a responsabilidade de disponibilizar os meios necessários à sua consecução, sendo da sua inteira responsabilidade assumir os riscos inerentes a uma possível incompatibilidade entre a consecução de objetivos e os meios

necessários. “Esta falta de equilíbrio entre objetivos, meios e a forma como se conduz a ação estratégica, faz aumentar a instabilidade do sistema [nacional], correndo o risco de este se tornar pouco credível face aos objetivos fundamentais da sua existência.” (Vieira, 2012).

Aqui importará recordar que um dos objetivos primordiais do Estado passa por garantir a segurança dos cidadãos face a qualquer ameaça externa, ou interna, sendo esta segurança um bem público fundamental que não deve ser substancialmente afetada pela austeridade orçamental e pela redução da despesa pública. Por conseguinte, a drástica redução nos orçamentos da Defesa pode vir a ter consequências bastante graves no cumprimento dos objetivos nacionais, logo na segurança dos Estados, podendo em última análise acontecerem os fenómenos de Decadência e de Declínio com a possível perda do poder e da Soberania do Estado. (A. Tomé, 2011, p. 83).

Neste cenário e devido ao relatado anteriormente, tem-se constatado desde 2008 uma clara redução generalizada dos orçamentos no setor da defesa por toda a Europa, ameaçando o agravamento das fragilidades operacionais neste domínio, e colocando em causa a Segurança do Estado.

Com efeito, a maior parte dos Estados da UE procedeu a cortes nos orçamentos de Defesa durante o período em apreço, verificando-se que os gastos da União com pessoal chegam a ultrapassar os 60% do seu Orçamento de Defesa. Com este processo fixo em relação ao quadro da despesa, torna-se mais difícil a redução dos gastos, que apenas serão concretizáveis através de programas de redução de efetivos, mas sempre comprometendo uma eventual tentativa de reafectação de verbas para operações, manutenção, aquisição de equipamento e seu ‘upgrade’, investigação e desenvolvimento.

Nos seguintes gráficos são visíveis os efeitos da crise a partir de 2007 no seio da UE, no que respeita aos seus orçamentos de Defesa. Assim, verifica-se no período de 2007 a 2013, uma descida da média da União Europeia dos orçamentos atribuídos à área da Defesa.

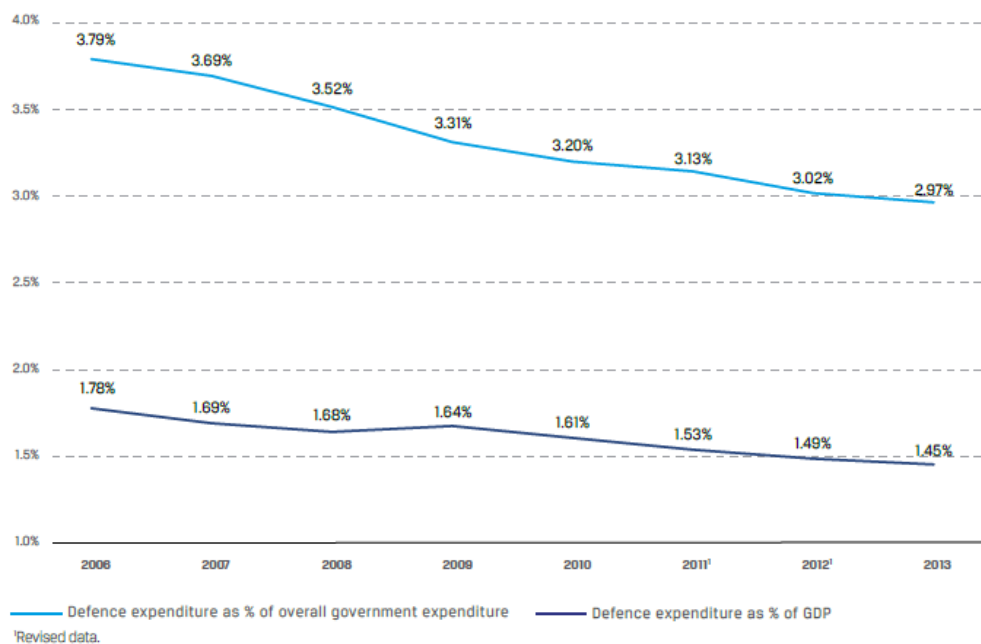
### Defence expenditure in current and constant<sup>1</sup> prices (billion EUR)



DEFENCE DATA 2013 | 9

**Gráfico 1 – Descida no investimento na área da Defesa em custos constantes e relativos.**  
(European Defence Agency, 2015).

### Defence expenditure as a share of GDP and overall government expenditure (%)



**Gráfico 2 - Descida no investimento na área da Defesa em percentagem de PIB.**  
(European Defence Agency, 2015).



No caso português, o Coronel Piloto Aviador Rui Freitas, a propósito da conferência “Força Aérea e os Desafios do Futuro”, afirma que esta relação entre o orçamento relativo a pessoal e referente ao operacional é bem mais grave, em Portugal, devido aos sucessivos cortes no orçamento da Defesa. Dando o exemplo concreto do orçamento da Força Aérea Portuguesa, que foi drasticamente reduzido no ano de 2012, constata-se que uma fatia de 82% do orçamento foi para pessoal, o que equivale a cerca de 212 milhões de Euros. Dos restantes 18% do orçamento apenas 12 milhões foi alocado ao regime de esforço, isto é, atividade aérea, o que equivale a 5% do valor total. Isto significa muito pouco para uma organização em que o seu ‘core business’ é voar. (Freitas, 2012).

De facto, a atual crise tem constituído um argumento várias vezes evocado para reduzir o orçamento destinado à Defesa. Pelo que se torna necessário, face às fortes restrições impostas, encetar reformas estruturais visando racionalizar recursos e operacionalizar eficiências.

Os Estados Unidos da América dedicam cerca de 3.5% do seu PIB ao setor da Defesa, valor consideravelmente inferior ao que vigorava antes da administração Obama, período em que este orçamento se encontrava bem acima. No caso europeu, em 2009 a média da UE ficou-se pelos 1.8% baixando sucessivamente, até 1.5%, em 2014 (The World Bank, 2015). No entanto, segundo Luís Tomé, estes dados não colidem com uma possível necessidade quanto a um acréscimo do orçamento para a Defesa, isto porque, “...por um lado, muito se pode ainda fazer na União em termos de cooperação e harmonização dos sistemas militares europeus...”<sup>58</sup> (n.d., p.6).

É neste contexto que surge o conceito de ‘Pooling and Sharing’ no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa europeia, visando alcançar solução possível face aos desafios orçamentais impostos pela atual conjuntura económica e que na ótica política terão que continuar.

#### **4.2 O conceito de ‘Pooling and Sharing’ como resposta à crise económico-financeira na dinâmica de integração europeia no âmbito da segurança e defesa**

Foi já afirmado que um dos principais objetivos da União Europeia é a consolidação da sua política de defesa comum, por forma a obter uma capacidade de resposta eficiente a

---

<sup>58</sup> Para Luís Tomé a UE, vista como um todo, ainda é muito ineficiente em matéria de Defesa daí que o autor defenda que uma melhor organização no setor, nomeadamente através do conceito de ‘Pooling and Sharing’, possa trazer mais Segurança para o continente sem aumentar os custos para a área da Defesa.

nível dos conflitos e das crises, dentro e fora do continente europeu, tendo por objetivo assumir um papel de maior relevo na contribuição para a paz mundial, bem como para a manutenção da mesma.

A atual conjuntura económica e a consequente diminuição dos orçamentos para a Defesa dos vários países europeus<sup>59</sup>, levou os seus líderes a tentar determinar qual seria a melhor forma de colocar em prática o seu objetivo para a defesa. Dentro deste quadro, surge o conceito de ‘Pooling and Sharing’ entre os Estados-membros, que é apresentado como uma parceria para a resolução de alguns dos problemas desta área.

Como refere Andrade (1984, p.130), o poder Nacional “...surge como o instrumento de que a Nação dispõe para, com a estrutura do Estado, conquistar e manter os seus objetivos, nomeadamente de Desenvolvimento e de Segurança Nacional.” Dependendo esta capacidade da quantidade de recursos disponíveis e da forma como os mesmos são geridos e empregues, o conceito de ‘Pooling and Sharing’ aplicado dentro da política da PESD pode ser entendida como um plano alargado, no quadro da União Europeia, desta mesma necessidade.

Nesta perspetiva, este conceito foi desenvolvido para melhorar as capacidades de defesa dos Estados-membros, individualmente ou considerados no seu todo. A sua génese implica a partilha de comandos militares e a utilização de plataformas estandardizadas em operações conjuntas levadas a cabo pela UE.

Mais do que um programa visando uma possível contenção de custos, significa também uma forma útil para racionalizar esforços e alcançar um nível de efetividade operacional reforçada a longo prazo na UE e a nível intercontinental, evitando a duplicação de esforços, seguindo o caminho da especialização e aproveitando as economias de escala.

Para a materialização do conceito, foi concedido à Agência Europeia de Defesa a identificação dos setores que podem ser alvo de ‘Pooling and Sharing’ no seio da União Europeia. Algumas das áreas potenciais a ser reestruturadas a nível europeu de cooperação são as seguintes: treino de pilotos aviadores; missões de vigilância marítima; de busca e salvamento; de comunicação satélite; de estruturas e pessoal médico no terreno. E ainda o reabastecimento aéreo; treino logístico naval; armas inteligentes; e a partilha de instrução militar. (European Defence Agency, 2011).

O conceito de ‘Pooling and Sharing’ e a intenção de implementação do mesmo no quadro da União Europeia abre um conjunto de oportunidades, mas também de desafios, aos diversos Estados-membros. Ao dividir em duas as áreas de ação de ‘Pooling and Sharing’,

---

<sup>59</sup> Área a que os Governos constantemente recorrem.

seriam conseguidos ganhos significativos e enfrentar-se-iam crescentes dificuldades ao nível do setor de apoio à atividade operacional e diretamente na boa condução da própria capacidade operacional.

#### **4.2.1 Apoio à Atividade Operacional**

Esta caracteriza-se por uma partilha e intercâmbio de processos, meios e recursos que suportam a capacidade operacional<sup>60</sup>.

O valor criado pela utilização de ‘Pooling and Sharing’ neste campo de ação, caracteriza-se por:

- a) Excelência Operacional: a partilha de doutrinas e procedimentos dos 28 países Estados-membros permite a obtenção de maiores capacidades operacionais;
- b) Redução de Custos: por redução de funções redundantes nas áreas da logística, transporte, formação, e da manutenção, entre outras;
- c) Competitividade da Indústria da Defesa da União Europeia: unificando os processos e requisitos a cumprir na área da Defesa, isso permitirá à indústria de defesa europeia aumentar a sua competitividade ao nível mundial;
- d) Rentabilização do efeito de escala, pela redução de custos via aumento do poder negocial da UE junto dos fornecedores [europeus e de outros continentes].

Em suma e relativamente aos desafios, haverá que ultrapassar a inércia inicial, tradicional característica dos governos europeus para áreas tão sensíveis como a Defesa e a Segurança, numa altura em que se tornaram mais agressivas multifacetadas e mais perigosas as ameaças que a Europa enfrenta, nomeadamente a sul e a leste.

#### **4.2.2 Capacidade Operacional**

Caracteriza-se por uma partilha das capacidades operacionais de defesa. Nesta área os ganhos são ainda mais significativos mas haverá que avaliar a confrontação com os novos desafios que se colocam. A criação de valor baseia-se essencialmente em três componentes:

- a) Acesso a Novas Capacidades Operacionais: por conjugação das capacidades operacionais atuais ou investimentos futuros, em estreita combinação com o efeito de escala resultante da junção de esforços da UE, será possível desenvolver e criar capacidades

---

<sup>60</sup> Também conhecido por Grupo de Apoio à Atividade Operacional.

atualmente não disponíveis ou limitadas a diferentes países da União, nomeadamente nas áreas da cyber segurança ou na dos veículos não tripulados;

b) Redução de Custos Operacionais: que se verifica pela eliminação de estados de prevenção duplicados de forças de reação rápida – um exemplo concreto deste facto é o número total de esquadras de aviões de combate em prevenção ou de alerta na União Europeia que poderia ser reduzido;

c) Aumento da perceção externa dos outros atores quanto ao poder militar dos Estados-membros da União Europeia, por cada país poder dispor de meios defensivos nominais mais numerosos e tecnologicamente avançados. A elevação da perceção da capacidade defensiva dos Estados irá traduzir-se numa redução da necessidade de utilização do aparelho defensivo com a correspondente redução de custos humanos e económicos.

No entanto, os desafios que surgem pela aplicação do conceito “Pooling and Sharing” também deverão ser considerados, nomeadamente quanto aos seguintes aspetos:

i) Limitação da autonomia e perda de soberania: a utilização de meios no conceito de “Pooling and Sharing” limita a liberdade de ação de cada país individualmente, nomeadamente na prossecução de interesses que não coincidam com os interesses dos outros países;;

ii) Redução da perceção exterior da necessidade de emprego de forças militares em situações «menores», pelo facto de diferentes Estados-membros terem distintas ideias sobre as ações hostis de outros países. Ao aumentar a necessidade de uma conjugação de vontades de todos os Estados-membros, a perceção da capacidade de ação em situações «menores» ficará sensivelmente mais afetada na medida em que persistirá a dúvida se os restantes Estados membros estarão disponíveis para empregar as suas forças em situações de menor relevância, ou que interesse apenas a um número restrito de Estados-membros.

#### **4.3 Contextualização de Portugal na análise**

Portugal encontra-se numa situação complicada, em parte pela sua condição de país com uma grande projeção internacional devido à existência da lusofonia nas sete partidas do mundo a que se associam os interesses económicos, culturais e soberanos difundidos pelo mundo, mas sofrendo de uma reduzida dimensão Geo bloqueante, quanto à defesa dos seus interesses.

Neste contexto o país deverá optar por duas vias: modernizar as suas Forças Armadas com equipamentos semelhantes a outros países pertencentes à NATO e à UE e de igual

eficácia, com o objetivo de prolongar o tempo de vida útil dos seus equipamentos, através de um ‘upgrade’ conjunto; e permitir a partilha destes equipamentos em missões conjuntas para obter um custo de manutenção menor.

Neste sentido, será fácil constatar que Portugal teria tudo a lucrar com uma integração segundo a política de ‘Pooling and Sharing’ protagonizada pela UE, permitindo que as atuais limitações operacionais e, proporcionalmente, os elevados custos de manutenção associados ao aparelho operacional, sejam atenuados de forma significativa. Mas sob a salvaguarda de esta situação não constituir incentivo para mais cortes, o que eliminaria as vantagens obtidas.

Por outro lado, Portugal deve aproveitar as suas condições naturais geopolíticas e geoestratégicas, associadas a boas condições meteorológicas durante quase todo o ano, e também a existência de algumas estruturas já existentes, para evitar um investimento inicial demasiado penoso. Um possível exemplo de uma adaptação eficaz dos recursos naturais poderia residir no espaço aéreo português o qual, aliado às excelentes condições de tempo atmosférico acima referidas fazem do campo de tiro de Alcochete, por exemplo, um dos melhores da Europa, utilizado por várias forças aéreas internacionais para treino de tiro ar-solo e testes de armas inteligentes de precisão.

Os mesmos fatores referidos anteriormente fazem da Base Aérea n.º11, em Beja, um excelente local para uma escola de pilotos Europeia, sendo que, também a Coreia do Sul já mostrou o seu interesse para a criação de uma escola internacional de conversão de pilotos de combate e treino básico em aviões a reação na Base Aérea n.º11, o que prova o argumento referido anteriormente.

#### **4.4 Considerações Finais**

Sobre esta modalidade de cooperação e entendimento parece então verificar-se que o aprofundamento da crise económico-financeira tem vindo igualmente a originar um conjunto de oportunidades positivas, nomeadamente a sensibilização dos responsáveis europeus para a implementação dos conceitos de ‘Pooling and Sharing’, centrados na otimização de formas de cooperação multinacional através do estabelecimento de sinergias que permitam integrar forças, reforçar capacidades, garantir a interoperabilidade dos sistemas e conferir maior alcance estratégico às políticas e ações em matéria de segurança e defesa na Europa.

De facto, e do ponto de vista económico, para alguns Estados-membros da UE será difícil manter a sua atual estrutura de Segurança e Defesa, pelo que o ‘Pooling and Sharing’ se apresenta como uma opção bastante atrativa.

Não obstante as vantagens decorrentes de um paradigma que advoga a complementaridade, a transparência e a não duplicação de recursos entre os Estados-membros, importa referir que a multiplicidade de posicionamentos e interesses estratégicos, inerentes à própria soberania dos Estados, poderá assumir-se como um obstáculo à sua concretização na medida em que pode fomentar uma dependência militar por parte dos países de menor dimensão, como seja o caso de Portugal, impossibilitando assim a consecução plena dos seus interesses estratégicos.

Será de recordar por fim que Portugal possui um espaço aéreo e marítimo pelo qual é responsável, nomeadamente no que se refere ao controlo aéreo das FIR's<sup>61</sup> de Lisboa e de Sta. Maria, sem dúvida o maior espaço aéreo da Europa e uma enorme Zona Económica Exclusiva; pelo que a componente marítima e principalmente a componente aérea terão de ser objeto de cuidada atenção por parte dos Órgãos de governação quanto às responsabilidades nacionais que esta realidade acarreta.

---

<sup>61</sup> Flight Information Region – Na aviação corresponde a um espaço aéreo específico onde é providenciado informação de voo e serviço de alerta às tripulações.

## **Capítulo V – A Política Comum de Segurança e Defesa e os novos desafios**

No seguimento do escrutinar do tema em análise pretende-se neste capítulo analisar a situação atual da União Europeia, nomeadamente através do estudo da Política Comum de Segurança e Defesa institucionalizada pelo Tratado de Lisboa e os seus desafios atuais. Para isso será analisado o seu projeto de implementação e respetivas repercussões, concluindo-se com a referência a algumas das ameaças para a segurança que se perfilam atualmente contra o continente europeu.

### **5.1 O chumbo do projeto Constitucional e a Identidade Europeia**

Depois de um longo processo de alargamento e de integração proveniente de novos dinamismos e de impulsos políticos a todos os níveis, inclusivamente na área da segurança e defesa, a UE parecia encaminhar-se para uma Constituição comum.

Neste sentido e parecendo dar corpo a uma estrutura próxima de um Estado Federal com uma Política de Segurança económica e monetária orientadora, existem várias referências que apelam a uma federação europeia de Estados, com uma Constituição supranacional na sequência da ambição sempre demonstrada desde os primórdios da sua história de integração.

É possível encontrar várias referências de autores de diferentes tendências, como Schumann e Jean Monnet, que apelaram a uma união de estados europeus, com vista a uma federação, nomeadamente desde o início do Séc. XX. No campo dos idealistas federais poderá citar-se Altiero Spinelli,<sup>62</sup> que ajudou a impulsionar o movimento para uma União Europeia. Ainda durante a Segunda Guerra já Spinelli juntamente com Ernesto Rossi elaborava acerca de uns Estados Unidos da Europa, marcando assim o início de uma cultura federalista com a mesma identidade para o continente europeu. (Comissione europea, n.d.).

Esta identidade europeia assume particular interesse nesta investigação, por se considerar que poderá estar diretamente ligada ao desenvolvimento da defesa europeia integrada como um todo, sentida na teoria, mas pouco traduzida na prática.

---

<sup>62</sup> “Il politico italiano Altiero Spinelli fu uno dei Padri dell’Unione europea. Fu inoltre una delle figure chiave dietro la proposta del Parlamento europeo per un Trattato su un’Unione europea federale, il cosiddetto “Piano [Plano] Spinelli”. Quest’ultimo venne adottato dal Parlamento nel 1984 con una maggioranza schiacciante e fu di grande ispirazione per il consolidamento dei Trattati dell’Unione europea negli anni ‘80 e ‘90.” (Comissione europea, n.d.).

Na verdade, os Estados europeus sempre estiveram ligados por um forte sentimento nacionalista próprio, entrosando nas respetivas culturas, linguagem, religião etc. Este sentimento pode ser benéfico para os objetivos de cada potência por estar diretamente ligada à respetiva vontade nacional que constitui uma variável constante da Equação do poder Nacional de Ray S. Cline explicada anteriormente. No entanto este excesso de nacionalismo, nalguns casos, correu sempre o risco de se traduzir em exageros de ambições de ordem Geopolítica, tal como aconteceu com as origens das duas guerras mundiais do séc. XX, com consequências catastróficas para o continente, ao exacerbar valores e ideologias radicais, como nas «Alemanhas» do Kaiser e de Hitler.

Conscientes deste perigo, os europeus foram evoluindo cautelosamente no sentido de uma Comunidade mais supranacional e com uma identidade comum, que pudesse ser partilhada e sentida por todos os cidadãos.

De facto, foi em 1984 que o primeiro Parlamento Europeu abriu a discussão em torno da Constituição europeia, com a adoção do relatório de Altiero Spinelli, aprovado por maioria, que propunha uma reforma aprofundada para a Comunidade Europeia. (Europa, n.d.). A proposta de Spinelli consubstanciava a aprovação por maioria, das decisões tomadas em Conselho e no Parlamento, bem como o alargamento dos poderes da Comissão com a partilha do poder legislativo com o Parlamento.

Embora não tivesse sido aprovada pelos governantes dos Estados-membros em Conselho Europeu, pode-se considerar que impulsionou as negociações para o Ato Único Europeu e para o Tratado de Maastricht, o que abriu a oportunidade para uma integração mais profunda dos países da UE.

Ainda e quanto à origem do projeto constitucional, Pedro Silva considera que esta surgiu na Cimeira de Laeken, em 2001, através do “... desafio democrático no plano interno e o novo papel da União no plano externo”; o que influenciou a conceção de uma Constituição. (2011, p. 211).

Pouco depois a UE iniciava os trabalhos para a elaboração de uma Constituição que substituísse uma série de tratados que compunham a União, simplificando assim a sua estrutura. A proposta de Tratado Constitucional é depois apresentada em Conselho Europeu, no encontro de Thessaloniki em Junho de 2003. No entanto, ainda no mesmo ano, verificou-se alguma resistência quanto à proposta da representação dos Estados membros na Comissão bem como da questão do voto por unanimidade. Os Estados de maior dimensão não eram a



favor de uma igual representatividade dos Estados na Comissão e, mais uma vez, a questão da aprovação por maioria levantou alguns receios. (Intergovernmental Conference, 2003, p. 30).

Finalmente, em 2004, os europeus chegam a um acordo e aprova o Tratado Constitucional, celebrando a sua assinatura em Roma com a presença dos 25 Estados-membros mais três dos países candidatos. Porém, em 2005, a aprovação total da Constituição é interrompida pela recusa francesa e holandesa manifestada em referendo. A França, promotora do projeto europeu desde os seus primórdios, foi mais uma vez responsável pelo bloqueio de uma grande proposta de integração tal como já acontecera com o projeto para a CED. Face a este impasse político, foi então aberto um período de reflexão durante o qual o projeto Constitucional ficaria congelado. De notar que ao longo da História europeia, a França funcionou mais como bloqueador de qualquer projeto europeu do que propriamente como parte ativa do mesmo.

Estarão os europeus a chegar perto dos limites de integração condicionados pelos sentimentos nacionalistas dos vários membros da União? E será a área da defesa a mais afetada por este sentimento?

Bendit & Verhofstadt alertam para o facto de os sentimentos nacionais, em que os países teimam em segurar-se, privam "... a União Europeia da oportunidade única de beneficiar plenamente da sua dimensão para exercer influência sobre os acontecimentos mundiais." (2013, p. 17).

De facto, quando nos referimos às Forças Armadas de um país, estas representam quase como que um símbolo nacional, com elevado sentimento de pertença e cuja aplicação externa requer bastante ponderação. Ao incluirmos as nossas forças militares integradas em missões conjuntas podemos correr o risco de estas ações não irem ao encontro dos interesses nacionais ou da opinião generalizada da população. Como refere o General Gabriel Augusto do Espírito Santo "...a ligação das forças armadas à nação é influenciada por dois fatores principais: o sentimento de identidade nacional (patriotismo) e a perceção das ameaças." (2013, parag. 13). Ora sabemos bem que os sentimentos de afeição ao País versus Europa difere de nação para nação, e também que a noção de ameaça varia em função da História, da posição geográfica e da perceção psicológica do líder em exercício. A clareza de ameaça de um cidadão português não pode ser comparável à de um lituano ou romeno, essencialmente pela proximidade geográfica e o passado recente que estes dois últimos têm com a Rússia. Assim e embora a União seja um espaço de livre circulação, a diversidade histórica e cultural aliada à falta de uma identidade comum europeia pode influenciar negativamente o processo

de integração na Defesa, por falta de consenso quanto às diferentes interpretações das possíveis ameaças e ainda devido às fortes divergências quanto às visões nacionalistas de cada Estado.

Depois de a UE atingir um elevado nível de integração política e económica, seguida de uma série de alargamentos, Isabel Leite considera que para a nova estrutura europeia funcionar, esta “deverá passar pela criação de uma estrutura tipo federalizante como garantia de um processo democrático” (n.d., p. 222). Foi este desafio democrático e a necessidade de aproximação dos cidadãos à identidade europeia que foram apontados como um dos grandes desafios no Conselho de Laeken, em 2001, que antecedeu o projeto Constitucional.

O Tratado Constitucional refletia algumas das medidas tomadas neste sentido, através da alusão aos símbolos oficiais da União Europeia como o hino e a bandeira; e de uma revisão da estrutura institucional da UE com vista a torná-la mais democrática e supranacional, condições essenciais para um gradual processo de coesão de uma Europa diversificada. O Tratado incluía também formalmente a Carta dos Direitos Fundamentais sedimentada no princípio da união dos povos que partilhavam valores comuns (Treaty Establishing a Constitution for Europe, 2005, p. 432).

Neste trabalho defende-se que a aprovação deste projeto teria sido benéfica para a políticas de defesa europeias, no sentido em que poderia ajudar a superar a médio prazo o interesse nacional sobreposto ao interesse europeu.

De facto, e como considera Carlos Coelho, “A ideia da UE ter uma Constituição é, em si, um passo na afirmação da identidade europeia.” (n.d., parag. 4). Não se pretende com isto defender no imediato a necessidade de uma federação para a União até porque, como defendem alguns autores, uma federação pode significar “... uma perda de soberania dos países europeus para Bruxelas e Estrasburgo”, com consequências negativas para os Estados mais pequenos. (Alves, 2012, parag. 2). No entanto é evidente que do debate sobressai a ideia de uma Comunidade mais unida, com menos individualismos por parte dos Estados membros, seguindo “... a expressão da supremacia do interesse coletivo sobre o individual, revelada pela ética Kantiana”, por forma a tornar a UE mais forte ao estruturar-se como um todo (blog de filosofia do wolgrand, 2011, 10 de maio).

Mas face ao chumbo deste projeto, rapidamente se seguiu a implementação do Tratado de Lisboa que desiste da ideia de uma Constituição europeia em prol de um Tratado modificativo. Na sequência, serão analisados os progressos feitos ao nível da União Europeia

derivados da aplicação do Tratado de Lisboa, nomeadamente com a implementação da Política Comum de Segurança e Defesa Europeia [PCSD].

## **5.2 O Tratado de Lisboa e a Política Comum de Segurança e Defesa**

Depois do chumbo do Tratado Constitucional, os europeus decidem avançar para um tratado que reformulasse o funcionamento da União Europeia, condição necessária face ao último alargamento.

Depois de um período de reflexão de dois anos e de alguma incerteza quanto ao futuro, foi no Conselho Europeu em junho de 2007 que a presidência portuguesa foi convidada a iniciar os trabalhos para a elaboração de um tratado reformulador, que respondesse adequadamente aos desafios colocados em Laeken, mas de certa forma menos ambicioso que o Tratado Constitucional.

O Tratado Constitucional previa a elaboração de um único documento que iria fundir os dois Tratados fundamentais da UE: O Tratado da União Europeia de 1992; proveniente de Maastricht e alterado em 1997 pelo Tratado de Amesterdão e em 2001 pelo Tratado de Nice; e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. Já o Tratado de Lisboa<sup>63</sup> altera a forma destes dois últimos mas opta por mantê-los em dois documentos distintos, passando o Tratado da Comunidade Europeia a designar-se por Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Quanto à alusão aos símbolos da UE, estes são retirados do Tratado bem como a Carta dos Direitos Fundamentais que passa a ser refletido num documento à parte, vinculado de direito jurídico (Tratado de Lisboa, 2008).

Com a abolição da Comunidade Europeia, o Tratado de Lisboa põe fim à arquitetura dos três pilares estratégicos criada em Maastricht, em que cada pilar tinha um conjunto distinto de regras específicas de decisão política. Porém e como se poderá constatar, o processo de decisão político nas questões da defesa pouco se vai alterar.

No caso concreto do tema em apreço, mais focado na Segurança e Defesa, o Tratado de Lisboa introduz algumas novidades apreciáveis que procuram responder às exigências dos atuais desafios internacionais.

É introduzida uma Política Comum de Segurança e Defesa como parte integrante da Política Externa e de Segurança Comum, em substituição do conceito anterior da Política

---

<sup>63</sup> Assinado em dezembro de 2007 entrando em vigor em 2009.

Externa de Segurança e Defesa. No que respeita ao processo de decisão são poucas as alterações. A PCSD é executada e definida pelo Conselho Europeu e pelo Conselho, dentro das suas competências<sup>64</sup>, sendo as deliberações tomadas sempre por unanimidade<sup>65</sup> e a sua execução assegurada pelo Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros. Continua a existir a possibilidade, já prevista anteriormente, de votação por maioria qualificada<sup>66</sup> nesta matéria, quando se trata de uma posição ou ação da União Europeia<sup>67</sup>. Também se mantem a disposição em que as decisões deliberadas por unanimidade podem ser vinculativas em nome da União, no caso de existirem membros do Conselho que se abstenham, não sendo assim obrigados a aplicar a decisão mas reconhecendo-a em nome da União.<sup>68</sup> Quanto ao papel do Parlamento Europeu nas questões da PESC, está previsto que este Órgão “pode dirigir perguntas ou apresentar recomendações ao Conselho e ao Alto Representante”<sup>69</sup>, devendo o Alto Representante tomar em boa conta as suas opiniões<sup>70</sup>. Contudo, o Parlamento, que significa a expressão máxima da democracia da União, por ser eleito diretamente pelos cidadãos europeus, continua a não ter poderes de decisão sobre as matérias da defesa e segurança.

Com a nova configuração do Tratado, a União ganha uma personalidade jurídica própria<sup>71</sup>, podendo assim assinar tratados internacionais e juntar-se a outras organizações internacionais; o que irá contribuir para a sua coesão, como um único ator na cena internacional.

Quanto ao processo de desenvolvimento e melhoria dos mecanismos de ação externa e de articulação entre os antigos pilares I e II da União, é criado o cargo do Presidente do Conselho e o já referido Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e para a Política de Segurança, que substitui assim o anterior cargo do Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum. Este último preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros e vê as suas funções de representação externa da EU reforçadas<sup>72</sup>, sendo apoiado

---

<sup>64</sup> Que identifica os seus objetivos e orientações gerais. (Art. 26º, n.º1).

<sup>65</sup> (Art.24º, n.º1),

<sup>66</sup> “A partir de 1 de Novembro de 2014, a maioria qualificada corresponde a, pelo menos, 55 % dos membros do Conselho, num mínimo de quinze, devendo estes representar Estados-Membros que reúnam, no mínimo, 65 % da população da União.” (Art.16º, n.º4),

<sup>67</sup> (Art. 31º, n.º2.),

<sup>68</sup> Se os membros do Conselho que façam acompanhar a sua abstenção da citada declaração representarem, no mínimo, um terço dos Estados-Membros que reúna, no mínimo, um terço da população da União, a decisão não será adotada. (Art. 31º, n.º1).

<sup>69</sup> (Art. 36º).

<sup>70</sup> (Art. 36º).

<sup>71</sup> (Art. 47º).

<sup>72</sup> (Art. 27º).

por um serviço diplomático europeu que irá assessorar e confirmar as suas ações. A criação destes dois cargos significa “... precisamente, promover uma maior articulação entre o Conselho e a Comissão ... Na verdade, dar maior coerência à acção externa da União”. (Teixeira, 2009, p. 216). Considera-se então que o posto do Alto Representante se reveste de extrema importância quanto à representação externa da UE, devendo por isso ocupar um lugar de destaque como principal representante e porta-voz da União. Lamentavelmente, nos dias de hoje, ainda vemos muitos líderes europeus a expressarem-se publicamente em assuntos externos que dizem respeito a toda a Europa, quando afinal existe um cargo criado para este propósito.

O papel da PCSD é reforçado com a introdução de uma provisão de defesa mútua, estipulando concretamente e de acordo com o artigo 42, n.º7: se um Estado-membro for vítima de ataque armado no seu território, os outros devem prestar-lhe auxílio, com todos os meios ao seu alcance; especifica porém que respeita as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para os Estados-membros que também pertençam à NATO. Assim e para os Estados que são membros desta Organização, os compromissos e a cooperação neste domínio continuam a referenciar a Aliança como o meio de defesa privilegiado. É estipulado ainda uma cláusula de solidariedade, que determina o dever de assistência dos Estados-membros com todos os recursos que tenha ao seu dispor, nomeadamente os militares, em caso de ataque terrorista; ou então desde que seja vítima de uma catástrofe natural.<sup>73</sup>

Quanto ao financiamento das Políticas Externas e de Segurança Comum, estas continuam a ser suportadas diretamente pelos Estados-membros. No entanto foram criados alguns instrumentos, como os “... processos de financiamento rápido cujas modalidades serão fixadas pelo Conselho” e que permitem o financiamento de ações mais urgentes. Porém, em caso de abstenção de uma decisão que procede de uma maioria e vincule a UE, previsto no art. 31 n.º1, o Estado não será obrigado a contribuir com o respetivo financiamento.<sup>74</sup>

Em relação à área operacional, esta é melhorada através de uma estrutura de cooperação permanente estabelecida entre os Estados-membros cujas capacidades militares respondam a requisitos mais elevados; constitui parte do compromisso manter as suas forças nacionais à disposição da União dependendo do tipo da sua participação.

As missões no âmbito da PCSD são introduzidas institucionalmente com novas operações militares previstas que vão para além das missões de Petersberg. Neste contexto, a

---

<sup>73</sup> (Título VII).

<sup>74</sup> (Art. 41º, n.º2).

União pode agora utilizar os seus meios civis e militares em ações conjuntas nas seguintes missões: operações de desarmamento; missões humanitárias e de evacuação; missões de aconselhamento e assistência em matéria militar; prevenção de conflitos e manutenção de paz; e missões de forças em combate para gestão de crises “... incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização no termo dos conflitos.”.<sup>75</sup> (Eur-Lex, 2010) ” É também expresso que estes meios poderão ser empregues: “... em missões no exterior a fim de assegurar a manutenção da paz, prevenção de conflitos e o reforço da segurança internacional, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas”<sup>76</sup>; e no combate ao terrorismo através da intervenção em Estados terceiros de forma a combater o terrorismo no seu respetivo território.<sup>77</sup>

Em suma, poderá então afirmar-se que a experiência operacional proveniente das várias missões em que a UE participou conduziu a uma contínua evolução das suas capacidades e contribuiu para a adaptação às novas realidades e possibilidades de atuação. Recorde-se os objetivos ‘Headline goals’ de 2003 e 2010, já anteriormente referidos.

Entretanto o conceito ‘Battlegroups’ constituiu, para além de outros objetivos estabelecidos, o foco central das autoridades europeias quanto à forma de agir em conformidade com as missões previstas. Estas missões incluíam as missões de Petersberg que, em conjunto com o Tratado de Lisboa, foram alargadas a outros âmbitos. Declarado este conceito como totalmente operacional em 2007, e visto que o Tratado de Lisboa entrou em vigor em Dezembro de 2009, poderá assim concluir-se que a União possui, com a PCSD, todos os instrumentos que projetou para a sua segurança e defesa, embora estes instrumentos se tenham demonstrado insuficientes.

Será de destacar também o papel da Agência Europeia de Defesa e de outras entidades financiadas pela UE, como a Agência Espacial Europeia, para fortalecer os meios operacionais da União e colmatar as suas fragilidades. A Agência Europeia de Defesa, formalmente inserida no Tratado, promove também exercícios comuns entre os membros da União nestas áreas mais sensíveis, assim como naquelas áreas já referidas respeitantes à falta de transporte aéreo estratégico e também no reabastecimento aéreo. A realização do exercício europeu ‘European Air Transport Training’, cuja edição de 2015 teve lugar em Portugal, permitiu aos seus participantes partilhar conhecimentos e conceitos, standardizando a sua

---

<sup>75</sup> (Art. 43º).

<sup>76</sup> (Art.42º, n.º1).

<sup>77</sup> (Art. 43º, n.º14).

forma de operar e permitindo elevar para patamares mais altos as suas capacidades operacionais.

Neste sentido, não será demais repetir a alusão ao já referido conceito de ‘Pooling and Sharing’, que também se encontra na essência desta nova forma de operar; processo que, depois do Tratado de Lisboa, foi ainda mais incentivado pela necessidade de racionalização, eficácia e rapidez no processo de decisão e no emprego de forças. Exemplo disso foi a criação da European Air Transport Command [EATC], em 2010 a qual, à semelhança da Agência Europeia de Defesa e trabalhando em parceria com esta, estabeleceu uma estrutura de Comando e Controlo que planeia e opera os meios de transporte e de reabastecimento aéreo estratégico dos seus países membros (2015).

### **5.3 Os desafios à Política Comum de Segurança e Defesa**

A denominada Europa Ocidental enfrenta hoje uma nova arquitetura de ameaças que têm vindo a testar severamente a sua Política Comum de Segurança e Defesa. Muitas destas manifestações surgem sob a forma de ameaças não convencionais, como o crime organizado e o terrorismo transnacional, que já estavam conjecturadas no novo conceito estratégico de defesa europeu como os novos desafios para o futuro da segurança europeia.

A instabilidade permanente Norte de África e na região do Médio Oriente têm vindo a proporcionar as condições para a fuga de milhares de refugiados para o continente Europeu. Mais recentemente, os eventos a Leste do continente causam forte preocupação, o que poderá fortuitamente destabilizar esta região da Europa Oriental. Há quem considere mesmo que esta é a pior crise Europeia desde o final da Guerra-Fria pelo que, e no âmbito deste tema, se optou por analisar a resposta dada pela PCSD às novas ameaças.

#### **5.3.1 O aumento das tensões com a Rússia**

Depois do final da Guerra-Fria tem-se vindo a diluir de forma aparente a tradicional ameaça oriunda de Leste, tradicionalmente o catalisador inicial da estruturação da União Europeia. Contudo, os eventos recentes têm mostrado que a política geoestratégica agressiva seguida pelo atual presidente da Rússia continua a estar no foco das preocupações quanto à segurança europeia.

Como afirma o Tenente Coronel lituano Vidmantas Raklevicius<sup>78</sup> “Russia still regards all post-Soviet countries as a space of its interest or influence therefore Russian ruling elite cannot accept the fact that majority of Eastern Europe countries independently choose their policies and the path for their further development.”. (entrevista pessoal, 3 de Dezembro, 2014). Este interesse da Rússia pelo Leste europeu tem como objetivo tornar todo este espaço dependente de Moscovo, elevando assim a Rússia a grande potência regional; o que por sua vez aumentará a sua área de influência geopolítica, com o seu consequente peso na cena internacional, com a sempre ambição russa de «quebrar o cerco ao enclave de Kaliningrado».

Para Moscovo a exportação dos seus recursos energéticos<sup>79</sup> torna-se de vital importância para a sua estabilidade financeira bem como para o orçamento militar e espacial destinado às suas Forças Armadas e sua modernização. Neste sentido, as tentativas dos países europeus em procurarem alternativas energéticas à Rússia são encaradas por Putin como uma violação dos seus interesses económicos e políticos bem como para a sua segurança militar. Consequência disso e por forma a promover uma integração em torno do seu eixo político, a Rússia tem perseguido uma ação assertiva contra os países vizinhos com o objetivo político de influenciar as suas escolhas. Estas ações passam essencialmente pelo recurso à dureza da política externa como meio de exercer pressão política, económica, diplomática nos países europeus a Leste. Como afirma o Coronel Audronis Navickas,<sup>80</sup> a Rússia tem em conta que “Significance of non-military measures in seeking political and strategic goals has increased tremendously, and such measures are sometimes more effective than engagement of Armed Forces.” (entrevista pessoal, 3 de Dezembro, 2014). Por conseguinte, “Should such tools to generate the expected outcome fail, the use of military measures will follow.” (Navickas, 2014).

De facto, as intervenções de conquista na Geórgia primeiro e na Ucrânia depois sem referir o cyber ataque à Estónia que paralisou o país durante várias semanas, constituem exemplos reais dos meios usados pela Rússia para atingir os seus fins geoestratégicos. Os eventos na Ucrânia mostraram não só que a Rússia é capaz de gerar operações militares de grande escala mas também que os seus líderes têm ganho auto confiança nas suas capacidades militares e noutros setores relacionados.

---

<sup>78</sup> Comandante atual da Base Aérea militar de Siauliai, Lituânia.

<sup>79</sup> Em 2013 as exportações de petróleo e gás natural representaram cerca de 68% das exportações russas. (U.S. Energy Information Administration, 2014).

<sup>80</sup> Comandante atual da Força Aérea Lituana.



“Entretanto, fica claro que o avanço ocidental às esferas de influência russas representou uma ameaça aos interesses políticos e securitários da Rússia.” (Mendes, 2014) Uma vez que a NATO e a UE são vistas como obstáculos às suas pretensões, a Rússia tem resistido ativamente às pretensões ocidentais de alargamento para Este.

Com o aumento das tensões entre o Bloco Ocidental e a Rússia desde o início da «Era» de Putin, gerou-se uma situação que faz lembrar o clima de Guerra-Fria; situação a que a NATO tem respondido com vários destacamentos militares a Este. Também Portugal tem participado ativamente nestes destacamentos táticos da NATO com o envio dos seus F-16 para os países bálticos e a Roménia. O Governo russo, por sua vez, tem contraposto com várias movimentações militares junto às fronteiras com a Europa, argumentando a defesa do seu território contra aquela que considera ser a sua maior ameaça; a NATO. Neste clima, têm sido constantes as várias violações de espaço aéreo da responsabilidade da Organização, por parte dos aviões militares russos, que voam sem ‘Transponder’<sup>81</sup> e sem plano de voo pela Europa como forma de demonstrar o seu poderio militar e autonomia de atuação.<sup>82</sup>

Esta forma de atuar por parte da Rússia tem preocupado os países europeus mais a Leste, que temem pela sua integridade, soberania e mesmo independência. Como militar que participou numa missão da NATO de defesa do espaço aéreo Báltico<sup>83</sup> no final de 2014, foi por nós testemunhado em primeira mão este nervosismo que se espalha sobre estes países, em consequência das ações militares de Moscovo. A somar a estas preocupações surgem avisos provenientes da Rússia de que os Estados Bálticos foram estabelecidos ilegalmente, uma vez que o órgão que reconheceu a sua independência era inconstitucional. (Real Clear World, 2015 1 de Julho). Estes três Estados fazem parte da NATO e da UE, estando a plenitude da sua autonomia para já assegurada. No entanto e face aos acontecimentos recentes, um aumento das tensões ou um eventual enfraquecimento ou decadência da NATO e da União, poderão levar a que estes países tenham o mesmo destino da Crimeia e do Leste da Ucrânia; daí a importância de manter Forças Armadas operacionais e credíveis.

Quando questionado acerca do papel da NATO e da PCSD na defesa da Lituânia Raklevicius não tem dúvidas em afirmar que a NATO “... is the key guarantee of a secure external environment of Lithuania...” afastando para segundo plano o papel da PCSD na

---

<sup>81</sup> Instrumento de navegação aérea que emite um sinal identificativo da informação de voo da aeronave, permitindo a sua identificação.

<sup>82</sup> Alguns destes aviões são bombardeiros estratégicos nucleares escoltados por aviões de superioridade aérea Su-27 “Flanker” que transportam armamento real. De referir também os bombardeiros russos Tupolev 95 que sobrevoaram toda a Europa até ao seu extremo sul em Portugal e que foram intercetados pelos F-16 da Força Aérea Portuguesa, no cumprimento das suas missões normais de soberania nacional e da NATO.

<sup>83</sup> Missão “Baltic Air Policing” onde Portugal intercetou e escoltou vários aviões militares russos.

defesa do seu país. Por outro lado, a Suécia, declarou recentemente que não precisa de ingressar na Aliança Atlântica uma vez que a UE tem os seus próprios meios de defesa fazendo referência à cláusula de segurança do artigo 42º. (Rettman, 2013) A Suécia e a Finlândia encontram-se em fase de estudo relativamente à sua entrada para a NATO, mas têm participado ativamente nos seus vários exercícios conjuntos<sup>84</sup> para adaptar a sua forma de operar aos restantes países da Aliança. Devido a isso, têm sido alvo de avisos e ameaças, por parte da Rússia, como forma de os dissuadir de ingressarem na NATO.

De facto, a crise na Ucrânia despoletou aquilo que alguns já consideram ser o um novo clima de Guerra-fria que ameaça a estabilidade e a segurança da região, pelo que interessará analisar qual o papel da PCSD para a estabilização da situação. Em consequência desta crise a UE respondeu recorrendo aos seus meios económicos, através de um corte parcial de relações com Moscovo. Kostiantyn Yelisieiev<sup>85</sup> vai mais longe, ao defender a necessidade da União ir para além das sanções impostas, através de uma missão militar da PCSD no terreno em grande escala. (2015) Efetivamente e em termos militares, a resposta tem sido dada essencialmente pela NATO uma vez que a PCSD, ainda longe de ser um exército europeu, não tem os instrumentos militares suficientes para demover Putin das suas intenções. No entanto os europeus têm procurado exercer influência, através dos seus meios diplomáticos e por meio do seu Alto Representante, procurando dialogar e negociar com Moscovo e obter uma solução duradoura e pacífica para a região que beneficie os interesses de ambas as partes. Considera-se que seria perigoso continuar pela via da confrontação e provocação militar entre a Rússia e as estruturas Euro-Atlânticas; o que poderia conduzir a uma nova corrida armamentista. Também Luís Tomé alerta para os efeitos negativos provenientes de uma confrontação com a Rússia, afirmando que a Europa deve articular-se com Moscovo, numa opção mais cooperativa, que traz ganhos económicos para os dois lados, uma vez que se insistir na linha da rutura tudo pode acontecer. (L. Tomé, 2015). Nas palavras de Adriano Moreira

“... seja qual for a perspectiva adoptada, não pode esquecer-se que a Rússia é um grande país, e que a memória dos desaires fará sempre parte do acervo inspirador da sua reparação, mais breve quanto possível, por qualquer governo, o que aconselha uma avaliação ponderada do processo de reorganização da ordem mundial.” (2009, p. 93).

---

<sup>84</sup> Como por exemplo o exercício “NATO Tridente Juncture 2015” ao qual Portugal foi anfitrião.

<sup>85</sup> Diplomata representante da Ucrânia na União Europeia.

### 5.3.2 O Magreb e o Médio Oriente

No seguimento das ameaças à Segurança europeia será então de analisar a evolução da conjuntura nas fronteiras próximas com o velho continente, em particular as inseguranças e perigos que se têm vindo a perfilar nas suas regiões mais vulneráveis nomeadamente nas regiões do Magreb e do Médio Oriente.

A bacia do Mediterrâneo Sul tem sido historicamente uma área geopolítica bastante vasta e complexa, embora sempre tenha constituído um espaço de cooperação estratégica para a União Europeia, pela proximidade geográfica, trocas comerciais e pelos laços históricos e culturais. No entanto é “... nas margens do Mediterrâneo que acontecem alguns dos maiores movimentos migratórios ... é também aqui que têm tido lugar ... alguns dos conflitos mais sangrentos, dolorosos e difíceis de resolver com que a humanidade se tem confrontado.” (Nação e Defesa, 2002, p. 5).

Por sua vez, a interdependência entre as duas margens do Mediterrâneo tem aumentado o sentimento de insegurança europeu, em função das causas de instabilidade da região em apreço; o que pode dar origem às denominadas «ameaças não tradicionais» que poderão sempre representar riscos e perigos acrescidos para a União Europeia. Estas ameaças surgem sob a forma de crime organizado, dos grupos traficantes do narcotráfico, na proliferação de armas de destruição maciça, do terrorismo do tráfico de armas, e de outras atividades da denominada área cinzenta que os Estados nem sempre controlam. “Mudanças políticas violentas no Magrebe ou Médio Oriente poderiam ainda levar à consolidação de alianças hostis na periferia da Europa, nomeadamente tornando ainda mais complexos os padrões de proliferação”, o que tornaria extremamente perigoso o risco de proximidade entre os dois continentes. (Pinto, 2004, p. 86).

Esta perceção de risco levou a União Europeia a estabelecer na década de 90 um programa de cooperação que contribuisse para a estabilização da região, denominado processo de Barcelona. Este último visava “favorecer o aparecimento de um espaço comum de paz e estabilidade no Mediterrâneo”, através de um quadro de cooperação bilateral com o objetivo de estabelecer uma série de relações que abrangem “... os aspectos económicos, sociais, humanos e culturais, bem como as questões de segurança comum.”<sup>86</sup>

Neste sentido, a UE tem seguido uma política equilibrada e de cooperação com os países do Mediterrâneo ocidental e do Médio Oriente, com vista ao seu desenvolvimento e ao

---

<sup>86</sup> Estabelecido em 1995. (Declaração de Barcelona, 1995).

fortalecimento de relações associando a sua evolução à segurança. No entanto, para Maria Pinto, esta disposição de «não-confrontação» tem vindo a mudar ligeiramente com a nova priorização ao terrorismo e à proliferação de ADM proveniente dos EUA em consequência do 11 de Setembro. Segunda a mesma, os americanos pretendem incentivar os seus aliados europeus a intervirem nos países mais favoráveis a estas ameaças, de acordo com a nova doutrina defensiva americana baseada na prevenção, depois dos atentados ao World Trade Centre e ao Pentágono (2004, pp. 88-89).

Será então de salientar a forma como o Bloco Ocidental<sup>87</sup> interage com as fronteiras europeias, através das políticas externas adotadas e missões militares bem como as consequências resultantes destas intervenções. De facto e por definição, o novo conceito de defesa atual “... precisa de ser dinâmica ... onde quer que estejam as ameaças. [Assim, passou-se] a ter que ir [mais longe] até onde haja que prevenir ou resolver conflitos que ameacem os nossos interesses”. (Rodrigues, 2009, pp. 102-103). Neste contexto os europeus devem procurar novos processos de atuação, negociação e de cooperação, uma vez que é de extrema importância que os europeus tenham próximos de si regiões estáveis e em paz, que possam diminuir o risco de insegurança que representam e aumentem em simultâneo as áreas de cooperação. No entanto, o processo de atuação, se não for conduzido com bastante ponderação, seja por interesses económicos, estratégicos ou securitários, poderá resvalar para um encadeamento de eventos bastante imprevisíveis ou mesmo contraproducentes como por exemplo, a intervenção na Líbia.

Nas relações entre o Ocidente e o Magreb/Médio Oriente haverá que ter em conta o facto da maioria destes países ser constituída por regimes essencialmente autoritários, com valores bem diferentes dos proclamados pelo Ocidente.

Depois do 11 de Setembro, muitos países com governos autoritários viram as suas relações bilaterais reforçadas com os Estados Unidos, depois de o governo de W. Bush decidir militarizar e apoiar os regimes que serviam os seus propósitos geopolíticos. No entanto, apoiar “a cooperação transnacional antiterrorista fortalece a capacidade de regimes que [se] utilizam da coerção para manter-se no poder e que têm um longo histórico de violação dos direitos humanos.” (Campos & Mattos, 2014, p. 141). Se a Comunidade Europeia seguir por esta via, militarizando alguns dos regimes autoritários que cooperam na luta contra o terrorismo, está incondicionalmente a fortalecer a sua estrutura política que não se coaduna com os valores europeus. Porém existe na equação outro dilema muito importante ou seja, se

---

<sup>87</sup> UE, NATO e seus parceiros

for decidido apoiar a democratização destes países, como forma de desenvolvimento e estabilização, poderá ser facilitada a entrada para o poder de partidos radicais islâmicos tal como aconteceu com o Hezbollah no Líbano. Adriano Moreira lembra que:

“Nenhuma perspectiva pode assegurar que os ideais democráticos ocidentais se vão conciliar harmoniosamente com os imperativos do Corão, podendo acontecer que a situação no Yemen, na Líbia, e na Somália favoreçam a Al-Qaida, e que na Tunísia e no Egito os partidos islâmicos...” (2012, p. 10)

Mais insiste Pinto que os excessos do islamismo extremo “... que tipicamente têm uma postura antiocidental e agressiva, poderiam intensificar os esforços de aquisição de ADM (armas de destruição maciça) ou lançar operações terroristas em solo europeu.” (2004, p. 86).

De acordo com o Artigo 8º do Tratado da União Europeia os europeus devem estabelecer “relações privilegiadas com os países vizinhos, a fim de criar um espaço de prosperidade e de boa vizinhança, fundado nos valores da União e caracterizado por relações estreitas e pacíficas, baseadas na cooperação”. Neste sentido, em 2004, a União Europeia criou a Política Europeia de Vizinhança [PEV]<sup>88</sup>:

“... com o objetivo de impedir o surgimento de novas linhas de fratura entre a UE alargada e os seus vizinhos, bem como reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança de todos. Esta política, que se baseia nos valores da democracia, no Estado de direito e no respeito pelos direitos humanos, aplica-se a 16 dos vizinhos mais próximos da União Europeia” (2015).

Em 2011 e em função dos acontecimentos recentes nos países Árabes, os objetivos para esta Política foram revistos por forma a reforçar a finalidade de promover a democracia, de acordo com os valores da UE. Por conseguinte, alguns países como a Síria e a Líbia não chegaram a acordo quanto aos planos de ação e não receberam a ajuda financeira prevista. Desta forma podemos comprovar que a União Europeia tem optado por uma fórmula que promove a cooperação bilateral, procurando “... desenvolver sociedades democráticas, socialmente equitativas e inclusivas, a fim de promover a integração económica e melhorar a circulação de pessoas através das fronteiras.” (Política Europeia de Vizinhança, 2015). Porém e como se irá demonstrar, o relacionamento dos europeus com alguns destes regimes ultrapassa a mera área da cooperação ou da negociação, nomeadamente através do apoio a revoltas internas com o objetivo de derrubar os respetivos governos de cariz totalitário ou ditatorial.

---

<sup>88</sup> Com base jurídica no Artigo 8º e Título V do Tratado da União Europeia e Artigos 206º, 207º, 216º e 219º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

De acrescentar que um dos grandes desafios provenientes da instabilidade destas regiões tem sido uma crescente crise migratória que vulnerabilizou as fronteiras europeias e tem colocado em causa o seu espaço Schengen<sup>89</sup>. O problema da imigração ilegal para a Europa é bastante antigo e tem origem, não só na instabilidade política e social das populações mais próximas, mas também nos fluxos migratórios vindos da África Subsariana, região cujas condições de vida precárias têm levado os seus habitantes a fugir dos seus países para Norte. Por sua vez, o Magreb tem sido visto como uma ponte para a Europa, o que fez nascer várias células criminosas que vendem passagens ilegais e perigosas para o sonho europeu aproveitando ainda para infiltrar células terroristas que mais tarde se irão manifestar.

A Líbia é um ponto estratégico para a passagem ilegal de pessoas para a Europa. Antes da intervenção militar na Líbia, que derrubou o Chefe de Estado Muammar al-Kadhafi, a UE financiava este Estado como forma de conter este fluxo migratório. Em 2010 o chefe de Estado da Líbia pedia à UE cerca de 5 mil milhões de Euros anuais para conter este fenómeno. (The Guardian, 2010).

Com a emergência do fenómeno designado por Primavera Árabe, vários Estados regimes opressivos do Norte de África e Médio Oriente viram a sua estrutura política ser confrontada por revoltas internas. Alguns destes protestos deram origem a guerras civis e ao derrube dos respetivos governos em funções.

Mas não é intenção deste Trabalho analisar o fenómeno da «Primavera Árabe», será no entanto de apontar que, no âmbito do tema em estudo, importará saber qual a melhor resposta que os europeus, através da sua PCSD, poderão dar para fazer face aos desafios securitários provenientes ou com origem nas suas fronteiras.

Convém salientar que algumas destas revoltas foram apoiadas diretamente por países europeus, como no caso da operação militar na Líbia, ou indiretamente com a militarização das forças opostas aos regimes autoritários no poder. Estas ações podiam estar camufladas por interesses estratégicos e/ou económicos. Porém, como anteriormente referido, o apoio ao derrube dos governos em países tradicionalmente autoritários, em prol de uma democracia, poderá ter consequências inesperadas. Para Francisco Carlos Teixeira este apoio prestado pelos Estados europeus à revolta originada pela «Primavera Árabe» teve como resultado o agravamento da crise migratória na Europa (2015). Efetivamente, a revolta na Tunísia e depois o derrube do governo de Kadhafi, transformou esta zona num paraíso para o crime organizado e o terrorismo, o que agravou significativamente a situação da migração ilegal de

---

<sup>89</sup> Espaço de livre circulação de pessoas estabelecido pelo acordo de Schengen, em 1985.

pessoas. Mais a Este, a guerra civil na Síria, tornou a situação ainda mais insuportável, com milhares de refugiados a atravessar o Mediterrâneo todos os dias, com as consequentes perdas de vidas. Os efeitos negativos para a Europa provenientes da Primavera Árabe são evidentes. Assim, “... Despite initial euphoria, the Arab Spring has turned on its head.” (Zahariadis, 2015, p. 89).

Como resposta à crise dos refugiados, a agência europeia Frontex<sup>90</sup> estabeleceu a operação Hermes, com início em 2011, com o objetivo de patrulhar o Mediterrâneo e travar esta corrente migratória. Também a Força Aérea e a Marinha Portuguesa têm participado ativamente nestas operações através do envio de vários meios aéreos e navais.<sup>91</sup> No entanto, a situação tem vindo a piorar e só em 2014 foram detetadas mais de 280.000 travessias ilegais. (Frontex, 2015, p. 5)

Jorge Sampaio critica, não tanto a forma como a União Europeia tem lidado com a crise dos refugiados deixando transparecer a sua “impotência decisória que parece ser agora [a] marca maior da sua política externa” como “A ausência de uma estratégia europeia, [e] a sua incapacidade de atuar em tempo útil de forma concertada” (2015).

De facto, não tem sido fácil chegar a um consenso no âmbito da PCSD, para uma estratégia eficaz que solucione o problema dos refugiados, e ajude a levantar uma verdadeira política decisória quanto a este momentoso assunto. Efetivamente a União Europeia, em consequência dos vários processos de alargamento, apresenta um largo espaço fronteiriço, com diferentes problemas, tornando-se assim difícil estabelecer prioridades. Os países a Leste, que se sentem intimidados pelas iniciativas recentes de Moscovo, não vêem o problema dos refugiados da mesma forma que os países mais afetados por esta crise, como a Itália e a Grécia. A resposta necessita evidentemente de um maior consenso europeu e poderá passar por ajudas financeiras, aos países mais afetados pela turbulência recente; ou mesmo por uma intervenção militar que vá à origem das fontes criminosas com “... uma força naval pelo menos capaz de deter a pirataria... “. (Moreira, 2012, p. 400) Ao contrário de Passos Coelho, uma ação militar não é descartada por António Costa. O mesmo afirma que esta crise é um sinal de que a Europa se encontra ainda incompleta e instável quanto à sua política externa. (2015, setembro 17).

---

<sup>90</sup> Agência estabelecida em 2004 com o objetivo de controlar de forma coordenada entre os seus membros as fronteiras externas europeias.

<sup>91</sup> A agência Frontex patrocina estas operações.

## Conclusão

A conjuntura que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial veio alterar drasticamente o panorama político global. Na Europa e em função deste novo contexto político, económico e militar, os governos europeus viram-se incentivados a seguir o caminho da integração, abdicando de parte da sua soberania, como única forma de alcançar a paz e recuperar dos efeitos da guerra.

Esta integração foi inicialmente motivada pela necessidade de os países europeus mais afetados se erguerem economicamente e por forma a estabelecerem um equilíbrio de forças interno que evitasse um novo conflito. Porém, perante o novo clima bipolar de confrontação geopolítica, geoestratégica e ideológica entre as duas novas superpotências mundiais, a Europa Ocidental de imediato começou a sentir-se ameaçada pelas intenções expansionistas da URSS, o que iria acelerar os planos para a instituição de uma comunidade defensiva. Assim e no campo militar, o Tratado de Bruxelas assinado entre a França, Grã-Bretanha e o Benelux deu origem ao surgimento da NATO, que passou a ser doravante a garantia de todo o sistema defensivo da Europa ocidental.

Nesta sequência, motivados pelos sucessos da integração económica e como forma de reforço da Aliança Atlântica, os países fizeram surgir o ambicioso projeto da Comunidade Europeia de Defesa, que conjecturava a criação de umas forças armadas europeias. No entanto, este projeto acabou por ser rejeitado, o que levou a Comunidade Europeia a depender dos seus aliados americanos para a defesa do continente.

A reflexão face ao chumbo do projeto da CED e à fundação da NATO levaram a Comunidade Europeia a colocar de parte os assuntos da defesa dando mais prioridade à integração económica.

O Plano Fouchet poderia ter relançado os planos europeus para uma política de defesa comum. No entanto este afastava-se do caminho do supranacionalismo europeu, à vista dos interesses do eixo franco-alemão, o que então foi considerado ser prejudicial para a construção europeia.

Em consequência destes avanços e recuos, o processo de integração para a defesa foi evoluindo lentamente, embora fosse reconhecida a necessidade de uma maior credibilidade europeia de reforço da Aliança Atlântica face à ameaça que representava a União Soviética.

Da análise da situação de então, verificou-se que existiu sempre no seio da Comunidade Europeia a vontade em criar uma componente mais autónoma no capítulo da



defesa, refletindo-se em recomendações prospetivas como o plano Genscher-Colombo. No entanto, como foi demonstrado, alguns países foram relutantes em aprofundar esta integração, por considerarem que esta via afastaria o aliado EUA da defesa da Europa ou por não se harmonizarem com os seus interesses nomeadamente os de ordem político-partidária.

Foram também amplamente explanados os motivos que catalisaram o início da integração da defesa integrada europeia e a sua tímida evolução, nomeadamente o novo contexto político e geoestratégico e o consequente clima de Guerra-Fria que ameaçava a Europa Ocidental.

Com o desmantelamento da União Soviética levantaram-se uma série de questões e teorizações em relação à progressão da integração europeia. As exigências internacionais, o alargamento e a crescente dimensão económica levaram os europeus a pensar em diversificadas formas quanto ao estabelecer dos mecanismos institucionais que dotassem a União de uma política externa e de defesa integrada.

Entretanto, a falta de consenso proveniente da «eterna» divergência de interesses políticos viria a surgir à data do conflito do Golfo, em que sobressaiu efetivamente a incapacidade dos europeus «falarem a uma só voz» no que concerne à sua política externa e de defesa. A WEU assumiu o papel de «braço armado» europeu, consequente de uma clara falta de anuência e de iniciativa conducente a uma política externa e de defesa integrada e que se consubstanciava essencialmente num fórum de consulta sem resultados práticos, nomeadamente no que respeitava à Cooperação Política Europeia.

Depois de alguma reflexão e de complexas negociações, aliadas à necessidade de um continente politicamente coeso em função dos novos desafios internacionais, os europeus avançaram para uma unidade política e institucionalizaram a Política Externa e de Segurança Comum, que abrangia todas as questões externas e de segurança relativas à agora União Europeia. Porém, este pilar estratégico da União apresentava insuficiências; relativas à sua fraca estrutura, por não dispor de orçamento próprio e se basear muito no intergovernamentalismo.

A escassez de consenso na PESC refletiu-se na incapacidade da União em dar uma resposta capaz ao conflito nos Balcãs, o que comprovou a sua «inoperabilidade» e levantou muitas críticas à sua «política a uma só voz». Na retaguarda deste insucesso está a clara falta de consenso político que impossibilitou a implementação e a operacionalização da sua política externa e de defesa. Também mais tarde, a operação ‘Iraqi Freedom’, evidenciou as

divergências internas no seio da União nomeadamente quanto às prioridades dos países nas suas áreas de interesse.

A Cimeira de St. Malo marcou a transição para um novo alinhamento do pensamento político necessário à construção de um projeto credível nesta área. Foi então possível alcançar um entendimento neste âmbito, o que possibilitou o início da edificação da Política Europeia de Segurança e Defesa.

A implementação da PESD prometeu solucionar e remover os inúmeros obstáculos que impossibilitavam a resolução do problema inicial que levou à escolha do tema estabelecido logo no início deste trabalho; ou seja, que a Comunidade Europeia carece de uma dimensão militar que se equipare ao seu peso económico por forma a poder enfrentar eficazmente e como um Bloco coeso os inúmeros problemas que afetam a sua segurança. Até porque e como a história tem comprovado, será sempre de citar que por detrás de um grande poder económico se encontra sempre um grande poder militar.

Mas aconteceu que na consecução destes seus objetivos, os europeus se precipitaram no projeto da PESD, por estabelecerem metas muito difíceis de concretizar face às lacunas existentes, o que obrigou a toda uma revisão do seu planeamento operacional.

No processo de construção da PESD a relação com a Aliança Atlântica ajudaram a redefinir os objetivos pretendidos a que se veio associar o estabelecimento do novo conceito estratégico definido pela UE, em muito semelhante ao conceito estratégico da NATO.

Quanto à relação transatlântica, cedo se voltou a levantar a questão crucial de saber se o caminho europeu preconizava um afastamento total dos EUA, algo que, no entanto, ia contra os objetivos estratégicos da superpotência. Por conseguinte, o projeto delineado envolveu as duas organizações, numa parceria estratégica que dava mais autonomia à Comunidade Europeia, por forma a lidar com os cenários respeitantes ao velho continente. Haverá aqui a salientar o papel que a NATO teve na progressão das políticas de defesa europeias através da influência dos Estados Unidos.

Com um novo conceito estratégico, adaptado às novas ameaças que se perfilavam crescentemente como mais difusas e imprevisíveis, os europeus desenvolveram uma série de projetos com a finalidade de preencher as suas lacunas operacionais.

Com base e proveniente deste novo conceito estratégico, baseado no conceito em que a segurança interna começa na eficácia da ação externa bem como no estabelecer de um nível de comprometimento político mais elevado, a União Europeia conseguiu então limitados sucessos quanto às suas de operações militares conjuntas no exterior. Esta experiência

operacional e a nova doutrina estratégica contribuíram para o implementar de um novo conceito de operação baseado em forças de pequena dimensão, altamente interoperáveis e capazes de destacar num reduzido espaço de tempo. Estas forças, designadas por ‘Battlegroups’, passaram a fazer parte de um leque de instrumentos operacionais que permitem à União atuar externamente e fora do seu tradicional campo económico.

Mas verificou-se que a nova disciplina orçamental europeia proveniente da crise económico-financeiro que se instalou na Europa, veio representar um desafio ao objetivo proposto para a Defesa.

Neste contexto e tendo em conta as pressões de ordem internacionais e nacionais visando a contenção da despesa, os responsáveis políticos tiveram então de enfrentar e têm cada vez mais necessidade de demonstrar que, a conservação do desejável clima de segurança tornará inevitável a manutenção de um setor de Defesa, sustentado numa base tecnológica moderna e interoperável com os restantes parceiros europeus.

No seguimento desta vontade política de ser conseguida uma maior operacionalidade, cooperação e interoperabilidade, o conceito de ‘Pooling and Sharing’ permite uma maior racionalização no sector da Defesa, acompanhada de uma gradual redução dos custos consequente da partilha de meios, recursos e processos. No entanto, existem alguns desafios a montante que limitam atualmente a captura de todo o valor potencial do conceito de ‘Pooling and Sharing’. De citar entre outros a perda erosiva de soberania por limitação da autonomia operacional dos Estados-membros.

Portugal, atendendo à sua reduzida dimensão, será um dos principais beneficiários da implementação de um conceito de ‘Pooling and Sharing’ por obtenção de acesso a meios e capacidades atualmente limitados ou não disponíveis.

Alguns projetos militares de cariz puramente europeu demonstraram que os interesses dos Estados ainda impõem alguma falta de consenso proveniente de uma competição «nacionalista» que continua a não beneficiar o projeto europeu. O sentimento de identidade nacional e a diferente perceção das ameaças são também considerados como fatores que afetam as decisões de cariz militar no seio da UE. Assim, a conceção de uma Constituição para a União Europeia poderia, a médio prazo, ajudar a atenuar o diferencial de interesses entre os diferentes Estados em prol de um interesse comum europeu que a todos beneficiasse.

Em boa verdade a institucionalização da Política Comum de Segurança e Defesa no Tratado de Lisboa constitui o culminar de um longo pensamento europeu para a área da

Segurança e Defesa e veio acrescentar, à luz do tema em análise, algumas novidades interessantes. Destaca-se a introdução de uma cláusula de defesa comum, semelhante ao artigo 5º da NATO, que veio conferir uma nova dimensão à defesa europeia como um todo.

Atualmente, a Europa enfrenta novos desafios securitários, nomeadamente a instabilidade a Leste e com uma crise migratória sem precedentes que testam a recente implementada Política Comum de Segurança e Defesa. Estes dois problemas ainda estão por resolver e em certa medida têm-se vindo a agravar. Verifica-se ainda falta coordenação e dos indispensáveis instrumentos por parte da PCSD para conduzir na prática ações concretas que respondam às intimidações da Rússia de Putin, que possam conter as suas ambições hegemónicas, e também concretizar a indispensável vontade política europeia que consiga solucionar o problema dos migrantes, que se encontra em descontrolo.

Conceptualmente, os europeus têm à sua disposição todos os instrumentos que projetaram, apesar dos avanços e recuos, para fazer face aos desafios internacionais que afetam o continente. No entanto, a incapacidade europeia em resolver os assuntos que colidem com a sua segurança provam que ainda existe graves dificuldade de implementação destas políticas que se configuram como urgentes.

Relativamente ao levantar da primeira pergunta de partida verificamos que as políticas integradas para a área da defesa foram evoluindo lentamente em função dos fatores externos que as foram condicionando. Os insucessos da política externa de defesa europeia, a necessidade de a Comunidade Europeia se afirmar como um ator internacional e o relacionamento com a Aliança Atlântica revelarem ser os fatores determinantes para a evolução destas políticas. Demonstrou-se também que a falta de consenso político, que deriva das inúmeras divergências e interesses que naturalmente existem no seio de um grupo tão heterogéneo como a União Europeia, nomeadamente as sensíveis diferenças existentes entre os objetivos nacionais dos países do norte da Europa face aos do sul, constitui o principal obstáculo à construção da política de defesa da UE. Ainda hoje os europeus agem muito unilateralmente em assuntos que afetam toda a União, o que acaba por descredibilizar a sua PCSD.

Também se julga ter ficado demonstrado que a Comunidade Europeia não tem conseguido lidar com os grandes desafios securitário internacionais em que se vê envolvida. Os europeus estabeleceram uma capacidade de operação limitada, com caráter *soft power*, que têm tido alguns resultados positivos em operações com menos exigência ou limitadas.

Ainda e quanto ao problema inicial, que constitui o ponto fulcral deste trabalho, continua a ser uma evidência o facto da capacidade da União Europeia atuar militarmente como um todo se encontrar ainda muito longe da sua dimensão económica. Esta situação tem-se refletido na sua forma de atuar externamente, baseando-se essencialmente em sanções ou em apoios económicos, em ordem a conseguir obter resultados favoráveis aos seus interesses. Até ao momento, a lacuna militar europeia é preenchida pela Aliança Atlântica e pelo aliado norte-americano, que teve e continua a ter um papel importante na definição da sua política de defesa; mas nada garante que assim continuará no futuro sobretudo devido à deslocação da área de interesses geoestratégicos da Europa para o Extremo Oriente.

Tal como demonstrado, conclui-se também que a União tem desenvolvido as suas políticas de defesa no campo conceptual mas defronta-se com grandes dificuldades quanto à sua operacionalização. Cita-se como exemplo a agora desaparecida UEO/WEU, onde desde o seu início se procedeu à criação de documentos concetuais e estruturantes de toda uma estrutura, bem como os respetivos planos operacionais que funcionavam apenas em reuniões colegiais mas que, na prática, nunca foram implementados ou testados.<sup>92</sup>

Neste sentido e à semelhança de outras políticas da UE, os europeus deveriam atribuir uma dimensão mais supranacional à sua PCSD criando uma estrutura independente que lhe permitisse dotar-se dos meios e de um orçamento próprio, à semelhança do que acontece na NATO onde esta política se encontra de há muito implementada e funciona. Um orçamento para a PCSD não significa exclusivamente meios militares; com efeito ele poderá ser sempre utilizado, por exemplo, na construção de infraestruturas críticas que melhorem a segurança europeia como um Bloco coeso. Referimo-nos a portos, aeroportos, estradas, caminhos-de-ferro, estruturas e meios de busca e salvamento [SAR] e de monitorização marítima; e principalmente no que se refere ao setor aeroespacial, com satélites especializados, sem os quais a informação e a decisão em tempo oportuno e real não será possível. A dimensão projetável que a União Europeia pretende adquirir só se tornará possível através de uma PCSD mais diversificada, autónoma e atuante que represente todos os seus membros.

Considerado o desiderato em análise procurou-se fazer uma aproximação o mais exata e possível à evolução verificada e à atual realidade da Política Comum de Segurança e Defesa europeia, com base em legislação, tratados, acordos, documentos oficiais e

---

<sup>92</sup> Entrevista com A. Tomé (2015) o qual, em acumulação com as suas funções na NATO, assistiu como delegado nacional a reuniões da UEO no período de 1982 a 1985 em Estrasburgo.

bibliografia de autores especializados no assunto; para além da matéria suplementar fornecida pelos entrevistados.

Considera-se que foram reunidos os elementos necessários para abordar a problemática em estudo e responder cabalmente às questões formuladas no início bem como confirmar as hipóteses enunciadas na Introdução.

Em função da investigação efetuada e face ao valor dos resultados obtidos, julga-se que esta Dissertação representa um contributo para o entendimento de um assunto tão importante e atual como a Segurança e Defesa europeia. No entanto e face à dinâmica do assunto em estudo, que tem marcado a atualidade europeia, julga-se poder existir alguma margem para que outros trabalhos mais específicos completem algumas facetas difusas ou equívocas que ainda se encontram em plena evolução, devido à contínua transformação da conjuntura; destarte que possam acompanhar a hodiernidade dos acontecimentos, por força a enriquecer e ajudar a compreender melhor esta problemática cuja resolução final se prolongará para os tempos mais próximos.

Ao concluir este trabalho e considerando as hipóteses de partida e as respetivas respostas haverá sempre que destacar as sábias palavras de Adriano Moreira; “ Porque as forças militares de nova invenção continuam indispensáveis para cooperarem não já apenas na defesa do território nacional, mas para enfrentarem ataques aos interesses à distância, para impedir a proliferação de armas de destruição maciça, para acompanharem a tensão dos grandes espaços de segurança e defesa de soberanias cooperativas, para integrarem um conjunto que inclua entidades e medidas não militares, para enfrentarem o ataque do forte ao fraco, designadamente pelo terrorismo, considerando que o ponto mais crucial da conjuntura é conseguir que a *Aliança de Civilizações* seja o alicerce mais firme de uma nova ordem mundial pacífica.” (2012, p. 397).

## Bibliografia

ALVES, A. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Peres-Soctip – Indústrias Gráficas.

ALVES, J. (1999). *Estratégia: Panorama Geral da sua Teoria*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Alves, R. (2012). Federalismo Europeu: Ingenuidade ou arrogância? In P3, <http://p3.publico.pt/>. Acedido em 1 de Setembro de 2015 em <http://p3.publico.pt/actualidade/politica/5657/federalismo-europeu-ingenuidade-ou-arrogancia>.

AMARAL, F. (2012). *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Editorial Almedina.

Andrade, A. (1984). Poder marítimo e poder nacional. *Revista Nação e Defesa*, 29, pp127-142.

Antona, D. (Coord.). (2007). Rumo a um parlamento único – a influência da assembleia comum da CECA sobre os Tratados de Roma In <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 13 de Outubro de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/pdf/cardoc/plmt\\_50ans\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/pdf/cardoc/plmt_50ans_pt.pdf).

Arikan, H. (n.d.) The European Union Policy towards the Balkan States in the Post-Cold War Era [Versão eletrónica]. *Journal of Social Sciences*. Acedido em 20 de Maio de 2015 em [http://sablonsdu.edu.tr/dergi/sosbilder/dosyalar/27/OS\\_2.pdf](http://sablonsdu.edu.tr/dergi/sosbilder/dosyalar/27/OS_2.pdf).

Arsénio, J. (1990). A Cooperação Política Europeia: Processo de Integração Intergovernamental. *Revista Nação e Defesa*, 55, 25-34. Acedido em 15 de Dezembro de 2014 em [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2677/1/NeD55\\_JoseManueldaCostaArsenio.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2677/1/NeD55_JoseManueldaCostaArsenio.pdf).

Avante (1998). Lais de Programação militar [versão eletrónica]. *Avante*, 1282, 25 de Julho. Acedido em 10 de Maio de 2016 em <http://www.avante.pt/arquivo/1282/8203e1.html>.

Bendit, D. & Verhofstadt, G. (2013). *Pela Europa! – Manifesto por uma revolução pós-nacional na Europa*. (A. Gomes & M. A. Vieira: Trad., 1º ed.). Lisboa: Editorial Presença.

Bindi, F. & Angelescu, I. (2012). *The Foreign Policy of the European Union: Assessing Europe's Role in the World* (2º ed., p. 24). Washington, DC: Brookings Institution Press (Original publicado em 2010).

Bispo, A. (2004). Política Europeia Comum de Segurança e Defesa - Enquadramento histórico [Versão eletrónica]. *Revista Militar*, 2429/2430, 0-0. Acedido em 4 de Junho de 2014 em [http://www.revistamilitar.pt/art\\_texto\\_pdf.php?art\\_id=409](http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=409).

Blog de filosofia do wolgrand. (2011, 10 de maio). O pensamento ético de Kant (ou "A ética do DEVER") [Texto colocado no Blog <http://blogdefilosofiadowolgrand.blogspot.pt/>] enviado para <http://blogdefilosofiadowolgrand.blogspot.pt/2011/05/o-pensamento-etico-de-kant-ou-etica-do.html>. Acedido em 1 de Setembro de 2015.

BOOKER, C. & NORTH, R. (2003). *The Great Deception: The Secret History of the European Union*. Londres: Continuum.

Branco, A. (2012). Comunicação apresentada na abertura solene do ano letivo 2012/2013 no Instituto Superior de Estudos Militares, Lisboa.

Brioni Declaration (1991). In Department of Peace and Conflict Research, <http://www.pcr.uu.se/>. Acedido em 5 de Fevereiro de 2015 em <http://www.pcr.uu.se/searchresult/?cx=011717781912689254944%3A63hbtazxlyw&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=brioni+declaration&sa=Search&siteurl=http%3A%2F%2Fwww.pcr.uu.se%2F>.

Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. (A. Sampaio: Trad., 1º ed.,). Lisboa: Grávida Publicações.

Campos, R. & Mattos, F. (2014). Os Estados Unidos e a região do Magreb-Sahel: securitização, militarização e terrorismo [Versão eletrónica]. *Leviathan*, 8, 124-150. Acedido



em 1 de dezembro de 2015 em [http://www.academia.edu/8531324/Os\\_Estados\\_Unidos\\_e\\_a\\_regi%C3%A3o\\_do\\_Magreb-Sahel\\_securitiza%C3%A7%C3%A3o\\_militariza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_terrorismo](http://www.academia.edu/8531324/Os_Estados_Unidos_e_a_regi%C3%A3o_do_Magreb-Sahel_securitiza%C3%A7%C3%A3o_militariza%C3%A7%C3%A3o_e_terrorismo).

Cannes European Council (1995). Cannes European Council Presidency Conclusion. In Parlamento Europeu, <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 25 Maio de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/summits/can1\\_en.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/can1_en.htm).

Carvalho, V. (1996). Possibilidades e limitações das pequenas potências. [versão eletrónica]. *Nação e Defesa*, 37, 21-34.

CARVALHO, V. (1999). *Elementos de Cultura Histórica, Política, Estratégica e Militar*. Entroncamento: Godal.

Causa Operária (n.d.). *A guerra civil grega, o colapso do capitalismo nos Balcãs e a traição do Stalinismo*. In Causa Operária, <http://www.pco.org.br/>. Acedido em 13 de Outubro de 2014 em <http://www.pco.org.br/historia/a-guerra-civil-grega-o-colapso-do-capitalismo-nos-balcas-e-a-traicao-do-stalinismo/izpe,s.html>.

Cline, R. (1975). *World power assessment*. Colorado: Westview Press.

Coelho, C. (n.d.). *Convenção sobre o Futuro da Europa* In <http://carloscoelho.eu/>. Acedido em 2 de Setembro de 2015 em <http://carloscoelho.eu/dossiers/view/12/531>.

Coelho, P. (2011). Comunicação apresentada na abertura solene do ano letivo 2011/2012 no instituto Superior de estudos Militares, Lisboa.

Comissione Europea (n.d.). *Altiero Spinelli: un federalista instancabile* In Europa, <http://europa.eu/>. Acedido em 10 de dezembro de 2015 em [http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/altiero\\_spinelli\\_it.pdf](http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/altiero_spinelli_it.pdf).

Conselho Europeu de Colónia (1999): *Conselho Europeu de Colónia: Conclusões da Presidência* In European Parliament, <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 1 de abril de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/summits/kol2\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/kol2_pt.htm).

Conselho Europeu de Laeken (2001). *Conclusões da Presidência Conselho Europeu de Laeken 14 e 15 de dezembro de 2001*. In Europa, <http://europa.eu/>. Acedido em 3 de Julho de 2015 em [http://europa.eu/rapid/press-release\\_DOC-01-18\\_pt.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_DOC-01-18_pt.htm).

Conselho Europeu de Nice (2000): *Conselho Europeu de Nice de 7 a 10 de Dezembro de 2000: Conclusões da Presidência* In Europa, <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 3 de Julho de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1\\_pt.htm#III](http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1_pt.htm#III).

Conselho Europeu Helsínquia (1999). *Conselho Europeu de Helsínquia 10 e 11 de Dezembro de 1999* In European Parliament, <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 1 de abril de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_pt.htm).

Conselho Europeu Santa Maria da Feira (2000). *Conselho Europeu de Santa Maria da Feira 19 e 20 de Junho de 2000; Conclusões da Presidência* In European Parliament, <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 5 Junho de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/summits/fei1\\_en.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/fei1_en.htm).

Copenhagen Report (1973). *Second report on European political cooperation in foreign policy matters* In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 10 de Fevereiro de 2015 em [http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/8b935ae1-0a38-42d4-a97e-088c63d54b6f/publishable\\_en.pdf](http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/8b935ae1-0a38-42d4-a97e-088c63d54b6f/publishable_en.pdf).

Corsi, L. (n.d.). *Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. As estratégias de desenvolvimento da América Latina*. Acedido em 2 de Agosto de 2015 em <http://www.iseg.ulisboa.pt/aphes30/docs/progdocs/FRANCISCO%20LUIZ%20CORSI.pdf>.

Costa, A. & Coelho, P. (2015, Setembro 17). *Debate Televisivo entre António Costa e Passos Coelho*. Lisboa: Rádio e Televisão de Portugal.

COSTA, J. (2012). *Europa – Política Comum de Segurança e Defesa ou Potência Civil?* Cascais: Cascais Editora.

Couto, A. (1992). A integração europeia e a defesa nacional [Versão eletrónica]. *Revista Análise Social*, 118/119, 871-888. Acedido em 11 de Novembro de 2014 em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055256L7wIW3co1Fw26UK6.pdf>.

CROCI, O. & VERDUN, A. (2006). *The Transatlantic divide: Foreign and security policies in the Atlantic Alliance from Kosovo to Iraq*. Manchester: Manchester University Press.

Cruz, A. (2013). *Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) > Política Europeia de Segurança e Defesa – PESD*. In Euroogle, <http://euroogle.com/>. Acedido em 10 de Abril de 2015 em <http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=730&parent=1073>.

Davignon Report (1970). *Davignon Report* In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 10 de Fevereiro de 2015 em [http://www.cvce.eu/content/publication/1999/4/22/4176efc3-c734-41e5-bb90-d34c4d17bbb5/publishable\\_en.pdf](http://www.cvce.eu/content/publication/1999/4/22/4176efc3-c734-41e5-bb90-d34c4d17bbb5/publishable_en.pdf).

De Gaulle, C. (1963). Conferência de Imprensa do General De Gaulle, em 14 de Janeiro de 1963, explicando as razões da sua oposição à adesão inglesa à CEE. In: Martins, J., Leite, B. (Eds.). *60 Anos de Europa: Os Grandes Textos da Construção Europeia* (pp. 53-54) In Infoeuropa biblioteca, <https://infoeuropa.euroid.pt/>. Acedido em 20 de Abril de 2015 em <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000042001-000043000/000042100.pdf>.

Declaração de Barcelona (1995). *Síntese da Declaração de Barcelona e parceria euro-mediterrânica* In Eur-lex, <http://eur-lex.europa.eu/> Acedido em 10 de dezembro de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:r15001>.

Duarte, A. (2011). Em busca de uma visão total da Estratégia. *Relações Internacionais*, 32, 215-220.

Duarte, G. (2008, 25 de Abril). A Europa da Segurança e Defesa. *Cadernos Navais*, 25.

Elias, L. (2013). A Externalização da Segurança Interna: As Dimensões Global, Europeia e Lusófona. *Relações Internacionais*, 40, 9-29.

Eur-lex (2010). *Common Security and Defence Policy* In Eur-lex, <http://eur-lex.europa.eu/>. Acedido em 10 de Outubro de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:l33501>.

Eur-lex (2014). Carta dos Direitos Fundamentais In <http://eur-lex.europa.eu/>. Acedido em 10 de Setembro de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV:l33501>.

Europa (2007). *Introdução* In Eur-lex – Legislação e publicações da UE, <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>. Acedido em 10 de Janeiro de 2015 em <http://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0025&from=PT>.

Europa (2010a). Acto Único Europeu In Europa – Legislação e publicações da UE, <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>. Acedido em 15 de Fevereiro de 2015 em <http://eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:xy0027&from=PT>.

Europa (2010b). Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Tratado da CECA). Acedido em 1 de Fevereiro de 2015 em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/institutional\\_affairs/treaties/treaties\\_ecsc\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_ecsc_pt.htm).

Europa (2015a). A Declaração Schuman de 9 de maio de 1950 In Europa, <http://europa.eu/>. Acedido em 20 de Outubro de 2015 em [http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_pt.htm).

Europa (2015b). A história da União Europeia – 1948 In <http://europa.eu/>. Acedido em 20 de Outubro de 2015 em [http://europa.eu/about-eu/eu-history/1945-1959/1948/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/1945-1959/1948/index_pt.htm).

Europa (2015c). Os fundadores da UE – 1948 In <http://europa.eu/>. Acedido em 20 de Outubro de 2015 em [http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/index_pt.htm).

Europa (n.d.). *A política externa e de segurança comum*. In Europa – Legislação e publicações da UE, <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>. Acedido em 30 de Janeiro de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=URISERV:a19000&from=PT>.

Europa (n.d.). *EU-NATO: NATO/EU Consultation, Planning and Operations* In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/>. Acedido em 20 de Julho de 2015 em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78414%20-%20EU-NATO%20Consultation,%20Planning%20and%20Operations.pdf>.

Europa (n.d.). *EU-NATO: The Framework for Permanent Relation and Berlin Plus* In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/>. Acedido em 20 de Julho de 2015 em <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/03-11-11%20Berlin%20Plus%20press%20note%20BL.pdf>.

Europa (n.d.). *Uma Constituição para a Europa*. In <http://europa.eu/> Acedido em 15 de Agosto de 2015 em [http://europa.eu/scadplus/constitution/introduction\\_pt.htm](http://europa.eu/scadplus/constitution/introduction_pt.htm).

European Air Transport Command (2015). Acedido em 13 de Outubro de 2015 em <http://eatc-mil.com/>.

European Council Stuttgart (1983). *Solemn Declaration on European Union* In Archive of European Integration, <http://aei.pitt.edu/>. Acedido em 3 de Março de 2015 em [http://aei.pitt.edu/1788/1/stuttgart\\_declaration\\_1983.pdf](http://aei.pitt.edu/1788/1/stuttgart_declaration_1983.pdf).

European Defence Agency (2015). *Defence Data 2013*. In <https://www.eda.europa.eu/>. Acedido em 4 de Agosto de 2015 em <https://www.eda.europa.eu/info-hub/press-centre/latest-news/2015/03/31/latest-defence-data-published>.

European Defense Agency (2011). *EDA's Pooling & Sharing*. Acedido em 3 de Agosto de 2015 em [http://www.eda.europa.eu/docs/documents/factsheet\\_-\\_pooling\\_sharing\\_-\\_301111](http://www.eda.europa.eu/docs/documents/factsheet_-_pooling_sharing_-_301111).

European External Action Service (n.d.). *About CSDP – The Western European Union*, In European External Action Service, <http://eeas.europa.eu/>. Acedido em 12 de Dezembro de 2014 em [http://eeas.europa.eu/csdp/about-csdp/weu/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/csdp/about-csdp/weu/index_en.htm).

European Security Strategy (2003). *A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy* In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/>. Acedido em 27 de Julho de 2015 em <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>.

Filho, D. (2011). A análise da proposta francesa de criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, CECA, dilema de segurança. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais orientada por Madalena Meyer Resende, Lisboa.

Fouchet Plan (1961). *Draft Treaty* In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 20 de Janeiro de 2015 em [http://www.cvce.eu/en/obj/draft\\_treaty\\_fouchet\\_plan\\_i\\_2\\_november\\_1961-en-485fa02e-f21e-4e4d-9665-92f0820a0c22.html](http://www.cvce.eu/en/obj/draft_treaty_fouchet_plan_i_2_november_1961-en-485fa02e-f21e-4e4d-9665-92f0820a0c22.html).

França, L. (n.d.). *Soft Power – Definição* In Análise Global, <https://analiseglobal.wordpress.com/>. Acedido em 1 de Junho de 2015 em <https://analiseglobal.wordpress.com/2011/07/26/soft-power-%E2%80%93-definicao/>.

Freitas, R. (2012). Força Aérea e os desafios do futuro. Comunicação apresentada no seminário subordinado ao tema Grandes Desafios Estratégicos para Portugal: implicações para as Forças Armadas, Lisboa.

Frontex (2015). *Annual Risk Analysis 2015*. Acedido em 10 de dezembro de 2015 em [http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk\\_Analysis/Annual\\_Risk\\_Analysis\\_2015.pdf](http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk_Analysis/Annual_Risk_Analysis_2015.pdf).

General Affairs and External Relations (2003): *2509th Council meeting* In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/>. Acedido em 29 de Junho de 2015 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/gena/75857.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/gena/75857.pdf).

Headline Goal 2010 (2004). *Headline Goal 2010 approved by General Affairs and External Relations Council on 17 May 2004 endorsed by the European Council of 17 and 18 June 2004* In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/en/home/>. Acedido em 1 de Agosto de 2015 em <https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/2010%20Headline%20Goal.pdf>.

Heine, J. (n.d.) *ESDP an overview* In University of Florida, <http://users.clas.ufl.edu/>. Acedido em 25 de Julho de 2015 em <http://users.clas.ufl.edu/zselden/Course%20Readings/Haine.pdf>.

HENSEL, S. (2006). *Global Cooperation: Challenges and Opportunities in the Twenty-first Century*. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

HILL, C. & SMITH, K. (2000). *European Foreign Policy: Key Documents*. London: Routledge.

IntegraRI. (2013, 9 de Abril). Funcionalismo e Neo-funcionalismo [texto colocado no Blog <http://integrariufu.blogspot.pt/>] enviado para <http://integrariufu.blogspot.pt/2013/04/funcionalismo-e-neo-funcionalismo.html>. Acedido em 13 de Outubro de 2015.

Intergovernmental Conference (2003). *Intergovernmental Conference* In European Commission, <http://ec.europa.eu/> Acedido em 20 de Agosto de 2015 em [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/flash/fl152\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl152_en.pdf).

Intergovernmental Conference of the European Union (1996). *The 1996 Intergovernmental Conference of the European Union* In Parliamentary Assembly, <http://www.assembly.coe.int/nw/Home-EN.asp>. Acedido em 2 de Junho de 2015 em <http://www.assembly.coe.int/nw/xml/XRef/X2H-Xref-ViewHTML.asp?FileID=7652&lang=en>.

JORGENSEN, K. (1997). *European Approaches to Crisis Management*. The Netherlands: Kluwer Law International.

Jornal Oficial da União Europeia (2004). *Acção Comum 2004/551/PESC do Conselho de 12 de Julho de 2004 relativa à criação da Agência Europeia de Defesa* In Eur-Lex, <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html>. Acedido em 12 de Dezembro de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32004E0551&from=EN>.

Juncos, A. (2005). The EU's post-Conflict Intervention in Bosnia and Herzegovina: (re)Integrating the Balkans and/or (re)Inventing the EU? [Versão eletrónica]. *Southeast European Politics*. 6, 88-108. Acedido em 7 de Maio de 2015 em <http://www.seep.ceu.hu/archives/issue62/juncos.pdf>.

KAPLAN, L. (2007). *NATO 1948: The Birth of the Transatlantic Alliance*. Maryland, USA: Rowman & Littlefield Publishers.

LAGADEC, E. (2012). *Transatlantic Relations in the 21st Century: Europe, America and the rise of the rest*. Ney York: Routledge.

Leite, I. (n.d.). *Alargamento e Integração Política Europeia* In Universidade Fernando Pessoa Repositório Institucional, <http://bdigital.ufp.pt/>. Acedido em 27 de Agosto de 2015 em <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/623/2/213-223FCHS2006-3.pdf>.

LESSA, A. (2003). *A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais*. Brasília: IBRI.

Maltez, J. (2009). In *Maltez.info*. Acedido em 15 de dezembro de 2015 em <http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Conceitos/Institucionalizacao%20do%20poder.htm>.

MAZZUCELLI, C. (1997). *France and Germany at Maastricht: Politics and Negotiations to Creat the European Union*. USA: Routledge.

Mendes, P. (2014). *Rússia, União Europeia e OTAN: as dinâmicas políticas por trás da crise ucraniana* In Mundorama, <http://www.mundorama.net/>. Acedido em 10 de Dezembro de 2015 em <http://www.mundorama.net/2014/12/08/russia-uniao-europeia-e-otan-as-dinamicas-politicas-por-tras-da-crise-ucraniana-por-pedro-simao-mendes/>.



MÉRAND, F. (2008). *European Defence Policy: Beyond the Nation State*. USA: Oxford University Press.

MERLINGEN, M. (2012). *EU Security Policy: What it is, How it Works, Why it Matters*. Colorado; Lynne Rienner Publishers.

Military Capabilities Commitment Declaration (n.d.). In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/pt/home/>. Acedido em 10 de Junho de 2015 em <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/Military%20Capabilities%20Commitment%20Declaration.pdf>.

Mitrany, D. (1943). *A Working Peace System; an argument for the functional development of international organization*. New York: Oxford Univ.

Modified Brussels Treaty (1954). Text of the Modified Brussels Treaty In Western European Union, <http://www.weu.int/>. Acedido em 3 de Janeiro de 2015 em <http://www.weu.int/Treaty.htm>.

MOLLER, J. (2008). *European Integration: Sharing of Experiences*. Singapore: Seng Lee Press Ltd.

Moreira, A. (1998). Definição do Fenómeno. In J., L Alves. *Estratégia: Panorama Geral da Sua Teoria*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MOREIRA, A. (2008). *Ciência Política*. Coimbra; Gráfica de Coimbra, Lda.

Moreira, A. (2008, Agosto 12). A França e a NATO. *Diário de Notícias*. Acedido em 20 de Fevereiro de 2015, em [http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content\\_id=1189877&especial=NATO%20-%2060%20Anos&seccao=MUNDO](http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1189877&especial=NATO%20-%2060%20Anos&seccao=MUNDO).

MOREIRA, A. (2008). *Teoria das Relações Internacionais* (4º ed.). .). Coimbra: Editorial Almedina.

Moreira, A. (2009). O Conceito Estratégico Mundial [versão eletrónica]. *Nação e Defesa*, 124, 87-96.

MOREIRA, A. (2011). *Teoria das Relações Internacionais* (7º ed.). Coimbra: Editorial Almedina.

Nação e Defesa (2002). Europa e o Mediterrâneo: Editorial [versão eletrónica]. *Nação e Defesa*, 101, 5-6 (editorial).

NATO (1999). *The Readers's Guide to the NATO Summit in Washington* In NATO, <http://www.nato.int/>. Acedido em 10 de Julho de 2015 em <http://www.nato.int/docu/rdr-gde/rdr-gde-e.pdf>.

NATO (2001). *NATO Update*. Acedido em 2 de Novembro de 2014 em <http://www.nato.int/docu/update/45-49/1948e.htm>.

NATO (2002). *EU-NATO Declaration on ESDP* In NATO, <http://www.nato.int/>. Acedido em 20 de Julho de 2015 em [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_19544.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_19544.htm).

NATO (2012). *Logistics* In NATO, <http://www.nato.int/>. Acedido em 29 de Julho de 2015 em [http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_61741.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_61741.htm?selectedLocale=en).

NATO (2015). *NATO Response Force*. Acedido em 1 de Dezembro de 2015 em [http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_49755.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49755.htm).

NATO (n.d.). *Basic Points* In NATO, <http://www.nato.int/>. Acedido em 11 de Novembro de 2014 em <http://www.nato.int/nato-welcome/>.

Navickas, A. (2014, Dezembro 3). Entrevista pessoal com Audronis Navickas por ocasião do destacamento 'Baltic Air Policing' da Força Aérea Portuguesa, Siauliai, Lituânia.

NYE, J. (2004). *Soft Power – The means to success in world politics*. United States of America: PyblicAffairs.

Official Journal of European Communities (2001). *Council Decision of 22 January 2001 setting up the Military Committee of the European Union* In Europa, <http://www.consilium.europa.eu/pt/home/>. Acedido em 1 de Julho de 2015 em [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/1\\_02720010130en00040006.pdf](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/1_02720010130en00040006.pdf).

Official Journal of the European Union (2003). *Council Decision 2003/432/CFSP of 12 June 2003 on the launching of the European Union military operation in the Democratic Republic of Congo*. In <http://eur-lex.europa.eu/>. Acedido em 2 de Agosto de 2015 em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:147:0042:0042:EN:PDF>.

Official Journal of the European Union (2004). *Council Joint Action 2004/551/CFSP of 12 July 2004 on the establishment of the European Defence Agency*. In <http://eur-lex.europa.eu/>. Acedido em 3 de Agosto de 2015 em [https://www.eda.europa.eu/docs/documents/council\\_joint\\_action\\_2004\\_551\\_cfs\\_p.pdf](https://www.eda.europa.eu/docs/documents/council_joint_action_2004_551_cfs_p.pdf).

Parlamento Europeu (n.d.). *Treaty of Amesterdam Amending the Treaty on European Union, The Treaties Establishing the European Communities and Certain Related Acts* In <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 2 de Junho de 2015 em <http://www.europarl.europa.eu/topics/treaty/pdf/amst-en.pdf>.

Pellet, A. (1992). *The Opinions of the Badinter Arbitration Committee: A Second Breath for the Self-Determination of People's* In Oxford Journals, <http://ejil.oxfordjournals.org/>. Acedido em 18 de Maio de 2015 em <http://ejil.oxfordjournals.org/content/3/1/178.full.pdf+html>.

Pereira, L. (2005). A Europa e a Defesa: O Fim do Limbo. [Versão eletrónica]. *Revista Nação e Defesa*, 110, 87-127. Acedido em 2 de Março de 2015 em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD110.pdf>.

Pereira, L. (2007, Julho 1). Segurança e Defesa na União Europeia: A Perspectiva Portuguesa em Análise. *NegóciosEstrangeiros*, pp. 161, 192.

Petersberg Declaration (1992). *Western European Union Council of Ministers Bonn* In WEU, <http://www.weu.int/>. Acedido em 3 de Maio de 2015 em <http://www.weu.int/documents/920619peten.pdf>.

Pimenta. (2009, 31 de Janeiro). Qual é o futuro das Forças Armadas Portuguesas? [texto colocado no Blog [camaradecomuns.blogs.sapo.pt](http://camaradecomuns.blogs.sapo.pt)] enviado para <http://camaradecomuns.blogs.sapo.pt/923780.html>.] Acedido em 2 de Agosto de 2015.

Pinto, M. (2004). Um Regime de Segurança para o Mediterrâneo: as Dificuldades do Processo [versão eletrónica]. *Nação e Defesa*, 109(2), 85-95.

Platform on European Security Interests The Hague (1987). In WEU, <http://www.weu.int/>. Acedido em 4 de Abril de 2015 em <http://www.weu.int/documents/871027en.pdf>.

Política Europeia de Vizinhança (2015). In Parlamento Europeu, <http://www.europarl.europa.eu/>. Acedido em 10 de dezembro de 2015 em [http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_6.5.4.html](http://www.europarl.europa.eu/atyourservice/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.5.4.html).

Raklevicius, V. (2014, Dezembro 3). Entrevista pessoal com Vidmantas Raklevicius por ocasião do destacamento ‘Baltic Air Policing’ da Força Aérea Portuguesa, Siauliai, Lituânia.

Real Clear World (2015, 1 de Julho). Russia: The Baltic States Were Created Illegally [texto colocado no Blog <http://www.realclearworld.com/blog/>] enviado para [http://www.realclearworld.com/blog/2015/07/russia\\_the\\_baltic\\_states\\_were\\_created\\_illegally\\_111289.html](http://www.realclearworld.com/blog/2015/07/russia_the_baltic_states_were_created_illegally_111289.html). Acedido em 1 de Dezembro de 2015.

Reichard, M. (2006). *The EU-NATO Relationship: A Legal and Political Perspective*. Hampshire: Ashgate Publishing Company.

Report on European Political Cooperation (1981). In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 20 de Fevereiro de 2015 em [http://www.cvce.eu/content/publication/2002/1/18/869a63a6-4c28-4e42-8c41-efd2415cd7dc/publishable\\_en.pdf](http://www.cvce.eu/content/publication/2002/1/18/869a63a6-4c28-4e42-8c41-efd2415cd7dc/publishable_en.pdf).

Report to the European Council (1985). *Ad hoc Committee for Institutional Affairs: Report to the European Council (Brussels, 29-30 March 1985)* In European External Action Service, <http://eeas.europa.eu/>. Acedido em 17 de Março de 2015 em [http://aei.pitt.edu/997/1/Dooge\\_final\\_report.pdf](http://aei.pitt.edu/997/1/Dooge_final_report.pdf).

Rettman, A. (2013). *Sweden: Who needs Nato, when you have the Lisbon Treaty?* In euobserver, <https://euobserver.com>. Acedido em 10 de dezembro de 2015 em <https://euobserver.com/news/119894>.

Rigby, V. (1994). *Bosnia-Herzegovina: The International Response* In Publications du gouvernement du Canada, <http://publications.gc.ca/>. Acedido em 15 de Maio de 2015 em <http://publications.gc.ca/Collection-R/LoPBdP/BP/bp374-e.htm#THE>.

Rodrigues, A. (2009). Reflexões sobre o Presente e a Evolução Futura do Quadro Geral de Segurança e Defesa. *Nação e Defesa*, 124. 97-120. Acedido em 2 de Dezembro de 2015 em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD124.pdf>.

Rome Declaration (1984). In WEU, <http://www.weu.int/>. Acedido em 13 de Março de 2015 em <http://www.weu.int/documents/841024en.pdf>.

Rome European Council (1990). In Archive of European Integration, <http://aei.pitt.edu/>. Acedido em 20 de Abril de 2015 em [http://aei.pitt.edu/1406/1/Rome\\_dec\\_1990.pdf](http://aei.pitt.edu/1406/1/Rome_dec_1990.pdf).

Rome European Council (1990). *The European Council Rome 14-15 December 1990*. In European External Action Service, <http://eeas.europa.eu/>. Acedido em 16 de Abril de 2015 em [http://aei.pitt.edu/1406/1/Rome\\_dec\\_1990.pdf](http://aei.pitt.edu/1406/1/Rome_dec_1990.pdf).

SANTOS, L. (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

SALMON, T. & SHEPERD, A. (2013). *European Army: A Military Power in the Making?* Colorado: Lynne Rienner Publishers.

Sampaio, J. (2003). *Discurso de SEJA PR por ocasião da Sessão de Abertura da Conferência Internacional "Relações Transatlânticas Europa-Estados Unidos"*. Comunicação apresentada na Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Sampaio, J. (2015, 10 setembro). Jorge Sampaio ataca falta de acção da ONU e EU na crise dos refugiados. *Diário de Notícias*. 8-9.

Santo, G. (2013). Valores, relações civis militares e cultura para a defesa [Versão eletrónica]. *Revista Militar*, 2531, 1147-1156. Acedido em 27 de Agosto de 2015 em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=781](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=781).

SILVA, A. (2010). *História da Unificação Europeia: A Integração Comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, N. (2005). Actualização da Política Externa de Segurança e Defesa (PESD). *Revista Militar*, 2441, 0-689. Acedido em 3 de Agosto de 2015 em [http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art\\_id=281](http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=281).

Silva, P. (2011). *Entre Ceres e Marte: A Segurança e Defesa na Europa do Século XXI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Single European Act (1986). In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 13 de Março de 2015 em [http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/972ccc77-f4b8-4b24-85b8-e43ce3e754bf/publishable\\_en.pdf](http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/972ccc77-f4b8-4b24-85b8-e43ce3e754bf/publishable_en.pdf).

Sloan, S. (2000). *The United States and European Defence*. In European Union Institute for Security Studies, <http://www.iss.europa.eu/>. Acedido em 1 de Julho de 2015 em <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/cp039e.pdf>.

Soares, A. (2009). O Tratado de Roma: A “Relíquia” da Construção Europeia. Acedido em 20 de Outubro de 2014 em <http://ghes.iseg.utl.pt/documentos/1277732699Q4jGD0ig9On05YD5.pdf>.

St. Malo Declaration (1998). *Franco-British St. Malo Declaration* In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 4 de Junho de 2015 em [http://www.cvce.eu/obj/franco\\_british\\_st\\_malo\\_declaration\\_4\\_december\\_1998-en-f3cd16fb-fc37-4d52-936f-c8e9bc80f24f.html](http://www.cvce.eu/obj/franco_british_st_malo_declaration_4_december_1998-en-f3cd16fb-fc37-4d52-936f-c8e9bc80f24f.html).

Stuttgart Summit (1983). *The European Council [Stuttgart Summit 1983]* In Archive of European Integration, <http://aei.pitt.edu/>. Acedido em 2 de Janeiro de 2015 em [http://aei.pitt.edu/1396/1/Stuttgart\\_jun\\_1983.pdf](http://aei.pitt.edu/1396/1/Stuttgart_jun_1983.pdf).

Sun Tzu (2002). *A arte da guerra*. (L. Serrão.: Trad.). Almargem do Bispo: Coisas de Ler Edições. (Original publicado em 2002).

TEASDALE, A. (2013). *The Fouchet Plan: De Gaulle’s Intergovernmental Design for Europe* In The Penguin Companion, <http://penguincompaniontoeu.com/>. Acedido em 2 de Fevereiro de 2015 em <http://penguincompaniontoeu.com/wp-content/uploads/2013/03/Teasdale-Fouchet-Plan-July-2013.pdf>.

Teixeira, F. (2005, 5 de Junho). Apoio europeu à Primavera Árabe intensificou crise migratória [texto colocado no Blog <http://www.blogdokennedy.com.br/>] enviado para <http://www.blogdokennedy.com.br/apoio-europeu-a-primavera-arabe-intensificou-crise-migratoria/>. Acedido em 5 de Dezembro de 2015.

Teixeira, N. (1999). Portugal e a NATO: 1949-1999 [Versão eletrónica]. *Revista Nação e Defesa*, 89, 15-41. Acedido em 13 de Dezembro de 2014 em [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1516/1/NeD89\\_NunoSeverianoTeixeira.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1516/1/NeD89_NunoSeverianoTeixeira.pdf).

TEIXEIRA, N. (2009). *Contributos para uma Política de Defesa*. Portugal: Ministério da Defesa Nacional.

The Brussels Treaty (1948). *Treaty of Economic, Social and Cultural Collaboration and Collective Self-Defence* In NATO, <http://www.nato.int/>. Acedido em 20 de Outubro de 2014 em [http://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_17072.htm](http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17072.htm).

The European Coal and Steel Community (1951). Draft in English. Acedido em 3 de maio de 2015 em [http://www.proyectos.cchs.csic.es/euroconstitution/library/historic%20documents/Paris/TRAITES\\_1951\\_CECA.pdf](http://www.proyectos.cchs.csic.es/euroconstitution/library/historic%20documents/Paris/TRAITES_1951_CECA.pdf).

The European Parliament's proposals (2012). In CVCE, <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 10 de Agosto de 2015 em [http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/9169f4c4-6aa2-40d7-af99-9004fb85332c/publishable\\_en.pdf](http://www.cvce.eu/content/publication/1999/1/1/9169f4c4-6aa2-40d7-af99-9004fb85332c/publishable_en.pdf).

The NATO-EU Strategic Partnership In NATO, <http://www.nato.int/>. Acedido em 20 de Junho de 2015 em <http://www.nato.int/docu/comm/2004/06-istanbul/press-kit/006.pdf>.

The North Atlantic Treaty (1949). *The North Atlantic Treaty* In <http://www.nato.int/>. Acedido em 10 de Novembro de 2014 em [http://www.nato.int/nato\\_static/assets/pdf/stock\\_publications/20120822\\_nato\\_treaty\\_en\\_light\\_2009.pdf](http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/stock_publications/20120822_nato_treaty_en_light_2009.pdf).

The World Bank (2015). *Military expenditure (% of GDP)* In World Bank Open Data, <http://data.worldbank.org/>. Acedido em 5 de Agosto de 2015 em <http://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS>.

The World Bank. (2015). *GPD (current US\$)* In World Bank Open Data, <http://data.worldbank.org/>. Acedido em 13 de Maio de 2015 em <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries/1W?page=4&display=default>.



TheGuardian (2010). EU keen to strike deal with Muammar Gaddafi on immigration. Acedido em 20 de Novembro de 2015 em <http://www.theguardian.com/world/2010/sep/01/eu-muammar-gaddafi-immigration>.

TOMÉ, A. (2011). *Geopolítica e Geoestratégia – O estudo e a problemática*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Tomé, A. (2013). Exposição apresentada durante as aulas de Estratégia, Diplomacia e Segurança do Estado para o curso de mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Tomé, L. (2015). *O Contexto Euro-asiático*. Exposição apresentada durante as aulas do Curso Básico de Comando na Academia da Força Aérea, Sintra.

Tomé, L. (n.d.). Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) – progressos e dilemas. In <http://europasia.net/>. Acedido em 4 de Julho de 2015 em [http://europasia.net/docs/12.PESD\\_Progressos\\_Dilemas.pdf](http://europasia.net/docs/12.PESD_Progressos_Dilemas.pdf).

Toussaint, E. (2015). *Conclusões da Auditoria à dívida Grega*. In infoGrécia, <http://www.infogrecia.net/2015/08/eric-toussaint-apresenta-conclusoes-da-auditoria-a-divida-legendado-em-portugues/>. Acedido em 26 de Agosto de 2015.

TRACHTENBERG, M. (1999). *A Constructed Peace: The Making of the European Settlement 1945-1963*. New Jersey: Princeton University Press.

Tratado da União Europeia (1992). In Europa, <http://europa.eu/>. Acedido em 5 de Março de 2015 em [http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty\\_on\\_european\\_union/treaty\\_on\\_european\\_union\\_pt.pdf](http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_pt.pdf).

Tratado de Amesterdão (1997). Tratado de Amesterdão que Altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que Instituem as Comunidades Europeias e Alguns Actos Relativos a Esses Tratados In Europa, <http://europa.eu/>. Acedido em 15 de Dezembro de 2015 em

[http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty\\_of\\_amsterdam/treaty\\_of\\_amsterdam\\_pt.pdf](http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_of_amsterdam/treaty_of_amsterdam_pt.pdf).

Tratado de Dunquerque (1947). *Treaty of Alliance and Mutual Assistance between the United Kingdom and France* In Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe [CVCE], <http://www.cvce.eu/>. Acedido em 1 de Novembro de 2014 em [http://www.cvce.eu/obj/treaty\\_of\\_alliance\\_and\\_mutual\\_assistance\\_between\\_the\\_united\\_kingdom\\_and\\_france\\_dunkirk\\_4\\_march\\_1947-en-1fb9f4b5-64e2-4337-bc78-db7e1978de09.html](http://www.cvce.eu/obj/treaty_of_alliance_and_mutual_assistance_between_the_united_kingdom_and_france_dunkirk_4_march_1947-en-1fb9f4b5-64e2-4337-bc78-db7e1978de09.html).

Tratado de Lisboa (2008). *Versão Consolidada do Tratado de Lisboa* In Assembleia da República, <http://www.presidenciaue.parlamento.pt/>. Acedido em 27 de Junho, 2015 de Assembleia da República em <http://www.presidenciaue.parlamento.pt/COPS/COPS.pdf>.

Treaty Establishing a Constitution for Europe (2005). In Europa: EU law, <http://europa.eu/eu-law/>. Acedido em 21 de Agosto de 2015 em [http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty\\_establishing\\_a\\_constitution\\_for\\_europe/treaty\\_establishing\\_a\\_constitution\\_for\\_europe\\_en.pdf](http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_establishing_a_constitution_for_europe/treaty_establishing_a_constitution_for_europe_en.pdf).

Treaty of Nice (2001). *Treaty of Nice Amending the Treaty on European Union, The Treaties Establishing the European Communities and Certain Related Acts* In European Central Bank, <https://www.ecb.europa.eu/home/html/index.en.html>. Acedido em 3 de Agosto de 2015 em [https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/en\\_nice.pdf](https://www.ecb.europa.eu/ecb/legal/pdf/en_nice.pdf).

TSF (2010, Setembro 8). Bloco de Esquerda fez cerimónia alternativa ao submarino Tridente. Acedido em 10 de Maio de 2016 em <http://www.tsf.pt/portugal/interior/bloco-de-esquerda-fez-cerimonia-alternativa-ao-submarino-tridente-1658119.html>.

U.S. Energy Information (2014). *Oil and natural gas sales accounted for 68% of Russia's total export revenues in 2013* In U.S. Energy Information, <https://www.eia.gov>. Acedido em 12 de Novembro de 2015 em <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=17231>.

Viana, V. (2014). Portugal e a Defesa Europeia. [Versão eletrónica]. *Instituto da Defesa Nacional, Policy Paper 6/2014*. Acedido em 1 de Junho de 2016 em

[http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing\\_papers/policy\\_paper\\_6\\_portugal\\_e\\_a\\_defesa\\_europeia.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/e-briefing_papers/policy_paper_6_portugal_e_a_defesa_europeia.pdf)

Vieira, R. (2012). O paradigma genético no processo de adaptação das Forças Armadas. Comunicação apresentada no seminário subordinado ao tema Grandes Desafios Estratégicos para Portugal: implicações para as Forças Armadas, Lisboa.

VILLA, R. (1999). *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo: ANNABLUME editora.

Western European Union (1990). *Communiqué* In WEU, <http://www.weu.int/>. Acedido em 12 de Novembro de 2014 em <http://www.weu.int/documents/900821en.pdf>.

Western European Union (1990). WEU Ministerial meeting In WEU, <http://www.weu.int/>. Acedido em 1 de Maio de 2015 em <http://www.weu.int/documents/900821en.pdf>.

Whitman, R., Wolff, S. (2012). The EU as a Global Conflict Manager In GOV.UK, <https://www.gov.uk/>. Acedido em 13 de Maio de 2015 em [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/224469/evidence-stefan-wolff-rodt-bosnia-and-herzegovina-and-macedonia.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/224469/evidence-stefan-wolff-rodt-bosnia-and-herzegovina-and-macedonia.pdf).

Yelisieiev, K. (2015). *The EU should send a CSDP mission to Ukraine* In euroactiv, <http://www.euractiv.com/>. Acedido em 25 de Novembro em <http://www.euractiv.com/sections/europes-east/yelisieiev-eu-should-send-csdp-mission-ukraine-312778>.

Zahariadis, N. (2015). *The Eastern Mediterranean in Transition: Multipolarity, Politics and Power*. (cap. 6). Retirado: Dezembro, 8, 2015, de [https://books.google.pt/books?id=ypW4BwAAQBAJ&pg=PA60&lpg=PA60&dq=Obama+politics+mediterranean&source=bl&ots=FN68Bas6A7&sig=eelnlWn8zxJ-s-yAmhHZ925Va8U&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwiL5q\\_VltbJAhWFUBQKHS3fDd0Q6AEIOTAE#v=onepage&q=Obama%20politics%20mediterranean&f=false](https://books.google.pt/books?id=ypW4BwAAQBAJ&pg=PA60&lpg=PA60&dq=Obama+politics+mediterranean&source=bl&ots=FN68Bas6A7&sig=eelnlWn8zxJ-s-yAmhHZ925Va8U&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwiL5q_VltbJAhWFUBQKHS3fDd0Q6AEIOTAE#v=onepage&q=Obama%20politics%20mediterranean&f=false).

